



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NUCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -
AMAZÔNIA ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS**

TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA

**A ÚLTIMA PEÇA DO MOSAICO DAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO DA TERRA DO MEIO – PARÁ - BRASIL:
O processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu**

**BELÉM
2009**

TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA

**A ÚLTIMA PEÇA DO MOSAICO DAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO DA TERRA DO MEIO – PARÁ - BRASIL:
O processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Prof. Dr. William Santos de Assis.

Belém
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Silva, Tarcísio Feitosa da

A última peça do mosaico das unidades de conservação da terra do meio – Pará - Brasil: o processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu / Tarcísio Feitosa da Silva; orientador William Santos de Assis. — 2009.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, 2009.

1. Áreas de conservação de recurso naturais - Pará. 2. Reserva Extrativista do Médio Xingu. I. Assis, William Santos de, *orient.* II. Título.

CDD: 22. ed. 333.72098115

TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA

**A ÚLTIMA PEÇA DO MOISAICO DAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO DA TERRA DO MEIO – PARÁ - BRASIL:
O processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em
Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas.
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.
Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de
Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e
Desenvolvimento Sustentável
Orientador: Prof. Dr. William Santos de Assis.

Data da aprovação. Belém - PA: ____/____/____

Banca Examinadora

William Santos de Assis

Prof. Dr. William Santos de Assis
UFPA/NEAF - Orientador e Presidente

Prof. Dra. Maria das Graças Pires Sablayrolles
UFPA/NEAF – Examinadora Interna

Prof. Dr. Juarez Carlos Brito Pezzuti
UFPA/NAEA – Examinador Externo

Prof. Dr. Paulo Fernando da Silva Martins
UFPA/NEAF – Examinador Suplente

Aos bravos seringueiros que deram suas vidas pela liberdade e pela floresta. Aos povos indígenas do Xingu que resistiram e mantiveram a proteção da floresta.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará.

Aos Professores do Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável que, incansavelmente, e com pouca estrutura, fazem o debate qualificado sobre o futuro da agricultura familiar na Amazônia.

Ao Professor Doutor Gutemberg Armando Diniz Guerra que coordenou o curso do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, e a Professora Doutora Maria das Graças Pires Sablayrolles atual coordenadora do curso que trazem importantes contribuições na construção das análises sobre a agricultura familiar na Amazônia, além empenho incansável no decorrer do Curso.

Ao Prof. Dr. William Santos de Assis pela orientação competente, conhecimento transmitido, conselhos, críticas; enfim, pela sua opção de ter escolhido a Amazônia para postular na construção do conhecimento voltado para os agricultores familiares, e que sem o seu apoio este trabalho não teria sido concluído.

A meus pais Orlando e Olga pelo apoio aos meus estudos.

Os meus filhos Diego Renato e Deivisson Rogério, pelo convívio e apoio ao meu trabalho, meus amores eternos.

Aos meus irmãos Marcelo e Sônia Feitosa pelo apoio.

A Marcela Lins pelo carinho e apoio.

A Alany Gonçalves pelo apoio e pelas explicações sobre a biologia pesqueira e as intensas conversas sobre as populações tradicionais.

À Equipe do IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, escritório de Belém (Manuel Amaral e Katiúscia Fernandes) que me receberam em seu escritório por um ano.

Aos padres da Congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue que me acolheram durante os primeiros meses em Belém; e as histórias contadas pelos missionários mais velhos me ajudaram a entender melhor o povo do Xingu.

Aos membros do Laboratório Agroecológico da Transamazônica que, desde 1993, realizam intervenções qualificadas junto aos grupos de trabalhadores rurais organizados na região da Transamazônica – região oeste do Pará.

À Professora M.Sc. Carla Giovana Rocha, esteio das reflexões sobre a dinâmica da agricultura familiar na Transamazônica, pelas discussões e acolhimento em seu local de trabalho.

Não posso respirar, não posso mais nadar
A terra está morrendo, não dá mais pra plantar
E se plantar não nasce, e se nascer não dá
Até pinga da boa é difícil de encontrar
Cadê a flor que estava aqui?
Poluição comeu.
E o peixe que é do mar?
Poluição comeu
E o verde onde é que está ?
Poluição comeu
Nem o Chico Mendes sobreviveu

Xote Ecológico
Luíz Gonzaga

RESUMO

A Amazônia nestas últimas décadas vem chamando atenção pelo potencial de sua biodiversidade e pela presença de populações tradicionais que usam os recursos naturais com baixo impacto sobre os ecossistemas. Por causa da importância da biodiversidade, do aumento do desmatamento e da usurpação de terras públicas, os governos federal e estaduais, apoiados por algumas ONGs passaram a propor a criação de unidades de conservação em grandes blocos atendendo também demandas das populações locais, como exemplo famílias ribeirinhas, e autóctones. Este estudo se propõe a analisar o processo de criação da Reserva Extrativista do Rio Xingu, localizado no Município de Altamira, no Estado do Pará, e vem abordar o processo de ocupação da bacia do Rio Xingu, o de colonização, a presença dos povos indígenas, a grilagem de terras públicas, a descrição do trabalho das ONGs e do governo federal na criação da reserva extrativista, e avaliar como as populações tradicionais buscaram a proteção de seus territórios. Para compor este trabalho foi necessário realizar viagens de campo, entrevistas com pesquisadores, agentes de governo e lideranças comunitárias, apoiados com leituras com os temas de unidades de conservação e populações tradicionais. Observamos neste trabalho que os conflitos entre governo federal e ribeirinhos surgem por causa da decretação das áreas de proteção integral em região de uso dos ribeirinhos. Os resultados analisados da pesquisa apontaram que há necessidade de se gerar conhecimento e de um diálogo constante com as comunidades locais, antes de propor uma intervenção ecológica de criação das unidades de conservação; mostrou também que a mesma reduziu os processos de grilagem, desmatamento e de violência contra as populações locais. E por fim propõe a criação de um mecanismo de proteção dos territórios, onde há presença de populações tradicionais, que garanta o uso dos recursos naturais pelas mesmas, por tempo indeterminado, até a destinação da área por parte do Estado Brasileiro. Os estudos foram realizados no Mestrado em Agriculturas Amazônicas: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas.

Palavras-chave: Amazônia. Populações tradicionais. Unidade de conservação. Plano de manejo.

ABSTRACT

In recent decades, the Amazon region has been drawing attention for its biodiversity potential and for the presence of traditional populations that use natural resources with a low impact on the ecosystem. Because of the importance of biodiversity, the rise in deforestation, and the encroachment on public lands (including "land-grabbing"), the government supported by NGOs, has proposed the creation of conservation units in large blocks. A study on the process of creating the Extractive Reserve of Rio Xingu, in Altamira, Pará is addressing the occupation of the Xingu River basin, colonization, the presence of indigenous peoples, "land grabbing" of public lands, and the description of non-governmental and governmental work for the creation of extractive reserves and protected territories for the traditional population. Conflicts between the government and the riparian (traditional river-dwelling) communities arise because the government adjudicates protected areas that are used by riparian communities for their livelihoods. The results of the research indicate that there is a need to generate knowledge and a constant dialogue with local communities before proposing an ecological intervention. The study also shows that ecological intervention reduces land grabbing, deforestation and violence against local communities. Lastly, the study proposes the creation of a mechanism to protect territories where there is a presence of traditional populations, which guarantees the population the use of natural resources for an indefinite period until the government designates the land for a particular use. The studies were conducted in a Masters Program in Family Farming and Sustainable Development at the Amazon Center for Agrarian Sciences and Rural Development at the Federal University of Pará.

Keywords: Amazonia. Extractive Reserve. Traditional Populations. Conservation Unit. Management Plan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Complexo de Unidades de Conservação e Terras Indígenas na Bacia do Xingu, formando um cinturão de proteção para a região da Terra do Meio.....	20
Figura 2 - Forte de Santo Antonio de Gurupá, Gurupá-PA.	36
Figura 3 - Localização dos seringais na região da Terra do Meio utilizados na grilagem de terra.....	52
Figura 4 - Localização dos Planos de Manejo para exploração do Mogno na Terra do Meio.	54
Figura 5 - Foto de Policiais trabalhando para empresa CR. Almeida	55
Figura 6 - Manchete do jornal impresso Jornal da Terra “denunciando” ação criminosa de ONGs em Altamira	56
Figura 7 - Placa de proibição da entrada e uso dos recursos na região do médio Xingu, em frente a casa do Chico Branco, colocada pela Amazônia Projetos Ecológicos, filiada a CR Almeida.	58
Figura 8 - Declaração enviada pelo IBAMA aos moradores da região do médio Xingu mostrando que havia um procedimento aberto para criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu.....	64
Figura 9 - Complexo de Unidades de Conservação da Terra do Meio. A – Unidades de Conservação propostas; B – Unidades de Conservação decretadas.....	68
Figura 10 - Áreas propostas pelo MDTX para criação de reservas florestais.....	73
Figura 11 - Site da CPT, com divulgação mundial, denunciando as ameaças de morte sofrida por Herculano Costa e Silva.....	75
Figura 12 - Carta escrita pelo senhor Lauro Freitas, morador do Morro	

Grande, no Médio Xingu e enviada a Tarcísio Feitosa da Silva informando a 78
invasão de sua terra por grileiros.....

Figura 13 - Área da reserva extrativista do rio Xingu, a última unidade de 80
conservação criada que forma o Complexo de Unidades de Conservação da
Terra do Meio.....

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Seringais Existentes na região da Terra do Meio entre os Rios Xingu e Iriri (Município de Altamira e São Felix do Xingu -Pará), 1970 – 2000.....	50
Tabela 2 - Mosaico da Terra do Meio – Orçamento previsto no programa ARPA para ações integradas a ESEC Terra do Meio, PARNA Serra do Pardo, a RESEX Riozinho do Anfrísio, e as futuras RESEXs Iriri e Médio Xingu.....	66
Tabela 3 - Unidades de conservação propostas e criadas para a formação do Complexo de Unidades de Conservação da Terra do Meio e suas respectivas áreas.....	67
Tabela 4 - Reservas extrativistas criadas em todo o Brasil e suas respectivas áreas (ha).....	84
Tabela 5 - Divisão dos moradores da RESEX do rio Xingu, por setores e o número de famílias em cada área no ano de 2009.....	93

LISTA DE SIGLAS

ADAFAX	Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu
ARPA	Programa de Áreas Protegidas na Amazônia
CATP	Contrato de Alienação de Terras Públicas
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CITES	Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPT	Conselho Nacional de Populações Tradicionais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ED	Environmental Defense
ESEC	Estação Ecológica
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDO DEMA	Fundo de Desenvolvimento do Meio Ambiente
FVPP	Fundação Viver Produzir Preservar
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GRET	Groupe de Recherche et Échanges Technologiques
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
INCENXIL	Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAM	Instituto de Pesquisa da Amazônia
ISA	Instituto Socioambiental

ITERPA	Instituto de Terras do Pará
IUCN	International Union for Conservation of Nature
KfW	KfW Entwicklungsbank (banco alemão de desenvolvimento)
LAET	Laboratório Agroecológico da Transamazônica
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento na Transamazônica e Xingu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MPST	Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica
ONG	Organização Não Governamental
PARNA	Parque Nacional
PRODEAM	Projeto do Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira
PRONABIO	Programa Nacional da Diversidade Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia
SECTAM	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STTR – ALTAMIRA	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TNC	The Nature Conservancy
UFPA	Universidade Federal do Pará
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	SITUANDO O DEBATE SOBRE EXTRATIVISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	25
2.1	POPULAÇÕES TRADICIONAIS: USO DA FLORESTA E TERRITÓRIOS DE USO COMUM.....	25
2.2	EXTRATIVISMO: UMA NOÇÃO EM DISPUTA.....	28
2.3	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA TENTATIVA DE REGULAR O USO DOS RECURSOS NATURAIS.....	31
3	O CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO DO MÉDIO XINGU.....	34
3.1	OS PRIMEIROS DESBRAVADORES DO XINGU.....	34
3.2	A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS NO XINGU.....	35
3.3	O TEMPO DA EXPLORAÇÃO DA BORRACHA.....	38
3.4	A CHEGADA DA ESTRADA NO CORAÇÃO DA FLORESTA.....	41
3.5	A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA REGIÃO DO XINGU.....	44
4	O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO XINGU.....	47
4.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E AÇÃO DOS ATORES.....	47
4.2	A GRILAGEM DE TERRA, A USURPAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS.....	49
4.3	OS PRIMEIROS ANÚNCIOS PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA TERRA DO MEIO.....	58
4.4	AS PRIMEIRAS RESERVAS EXTRATIVISTAS CRIADAS NA TERRA DO MEIO.....	66
4.5	A POSIÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO XINGU.....	70
5	ACORDOS PRELIMINARES E ENTRAVES PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE MANEJO.....	81
5.1	O QUE QUER A LEI E O QUE PODE SER FEITO.....	81
5.2	A ESTRATÉGIA DO INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO) PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO XINGU.....	92

5.3	ACORDOS PRELIMINARES PARA USO DOS RECURSOS: ANÁLISE DOS CONFLITOS EM FUNÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS DIFERENTES ATORES.....	94
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS.....	105

1 INTRODUÇÃO

O uso dos recursos naturais pelas populações na Amazônia foi e continua sendo uma questão polêmica que gera um amplo espaço de reflexões e discussões nos diversos meios da sociedade, assim como nos meios acadêmico e político. Este procedimento, influenciado por diferentes interesses, como os de ordem econômica, mantém a pressão de uso sobre os recursos naturais e tem provocado um efeito notadamente devastador. Tal situação vem contribuindo consideravelmente para ocupação de diferentes espaços da Amazônia por populações migrantes.

A região do Xingu, localizada entre os Estados do Mato Grosso e Pará sofreu processo de ocupação semelhante a tantos outros na Amazônia. Num primeiro momento os colonizadores, interessados em produtos como as conhecidas drogas do sertão, madeira e ouro, estabeleceram uma verdadeira guerra contra os ocupantes autóctones, neste caso, os índios.

As populações indígenas da região do Xingu faziam uso dos recursos da floresta e dos rios por meio de uma interação forte, porém com um baixíssimo impacto sobre os estoques dos recursos naturais, notadamente a floresta.

Com o processo de ocupação da região, por onde instalou pessoas advindas de diversas partes do Brasil, formou-se uma população local/residente e com características próprias, composta por ribeirinhos, seringueiros e pescadores. Aqui, adaptaram-se ao clima, ao modo de vida simples, incorporando a cultura local (RIBEIRO, 1986).

Em tempos mais recentes, pós-segunda guerra mundial, novos interesses ameaçam com uma forte investida contra a população local e os recursos naturais. O interesse capitalista na exploração de produtos como a madeira tem gerado conflitos e acelerado os impactos sobre a floresta e os rios. Os conflitos, em geral, têm ao centro os recursos naturais que, em última instância, são fundamentais para a manutenção e reprodução dessas populações (PINTON; AUBERTIN, 2000).

A população local sempre reagiu a esse processo de ocupação. As lutas sangrentas entre colonizadores e indígenas em tempos passados são provas cabais dessa resistência.

A população atual dispõe de outros mecanismos que não apenas sua própria força física. Mudanças significativas no aparato jurídico formal permitem que esta população lance mão de diferentes mecanismos de proteção. Desse modo, o objetivo central dessa pesquisa foi analisar o processo de criação da Reserva Extrativista do Rio Xingu, denominada antes de sua criação oficial de Médio Xingu, observando as relações estabelecidas entre os diferentes atores institucionais e individuais. Neste sentido, buscou-se analisar o papel das instituições

(governamentais e não governamentais) e a participação das famílias ribeirinhas, os acordos preliminares para a construção do Plano de Manejo da RESEX e os principais entraves na construção do Plano de Manejo.

Meu interesse por esse tema decorre de um extenso período de atuação na região junto às populações indígenas. Entre 1987 e 1990, tive o primeiro contato com a região conhecida como Terra do Meio, através do trabalho voluntário ligado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O primeiro trabalho realizado foi um levantamento da situação das populações indígenas presentes naquela região, no qual tive a oportunidade de organizar os artefatos indígenas pertencentes ao acervo da Prelazia do Xingu, construir um banco de dados sobre os povos indígenas no Xingu e fazer campanha de sensibilização sobre a causa indígena na sociedade de Altamira. Em 1990 fui contratado para trabalhar efetivamente no CIMI em Altamira.

Após a contratação, dediquei-me ao trabalho de assessoria às comunidades indígenas na garantia e gestão de seus territórios, no acompanhamento das lideranças indígenas em reuniões com órgãos públicos, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Prefeitura Municipal de Altamira e outras. As solicitações das comunidades indígenas eram sempre por reconhecimento de seus territórios, proteção ambiental destes e efetivação de políticas sociais tais como educação, saúde e transporte.

Em 1994, tive a oportunidade de participar ativamente do processo integral de identificação, delimitação e, posteriormente, de demarcação da Terra Indígena Araweté do Igarapé Ipixuna, sendo uma das primeiras terras indígenas a ser demarcada fisicamente por um organismo não governamental. O Centro Ecumênico de Documentação e Informação¹ (CEDI) assumiu, junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e com a ajuda de recursos do Banco Nacional Austríaco, a demarcação física da terra indígena, com aprovação dos Araweté.

As comunidades indígenas Xikrin – Kayapó, Assurini do Xingu, Kayapó - Kararaô, Arara do Pará, localizadas nas proximidades da Terra do Meio, entre São Felix do Xingu e Altamira, ao longo dos rios Xingu, Iriri e Curuá - tiveram suas terras identificadas, demarcadas e homologadas, ficando apenas as terras indígenas Curuaia, Xipaia, Cachoeira Seca e Arara do Maia entre as fases de identificação e demarcação.

No Xingu, as disposições das terras indígenas ficaram à margem esquerda do rio, entre Altamira e São Felix do Xingu, a exceção da Reserva Indígena Kararaô, localizada entre

¹ Atualmente o acervo de documentos do Cedi faz parte do Instituto Socioambiental.

os Rios Xingu e Iriri. No Iriri e no Curuá, as terras indígenas também mantiveram as mesmas disposições. Esta configuração acabou sendo uma barreira para garantir a proteção ambiental da região conhecida como Terra do Meio (Fig. 1).

No período entre 1987 e 2000, pude observar a presença de populações ribeirinhas nas duas margens dos rios, algumas dentro das terras indígenas e outras habitando as áreas de terras devolutas do Estado, na região da Terra do Meio.

No ano de 1995, recebi a informação através dos moradores locais de que um total de 4,7 milhões de hectares da Terra do Meio havia sido negociado entre antigos seringalistas e uma empresa do Paraná, conhecida como CR. Almeida. A negociação foi feita em nome da empresa Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda. (INCENXIL). Um total exato de 4.772.000 (quatro milhões, setecentos e setenta e dois mil) hectares foram titulados ilegalmente em nome da sociedade empresarial². Neste período, algumas famílias ribeirinhas tiveram que abandonar suas localidades em virtude de não possuírem documentos fundiários que pudessem garantir suas posses de terra e das ameaças exercidas pelos funcionários da empresa.

² Após 10 anos, dia 14 de abril de 2005, decorridas várias investigações, o Ministério Público Federal propôs uma ação civil pública solicitando o cancelamento da matrícula, registro e averbações existentes no Cartório de Registro de Imóveis de Altamira do referido imóvel.

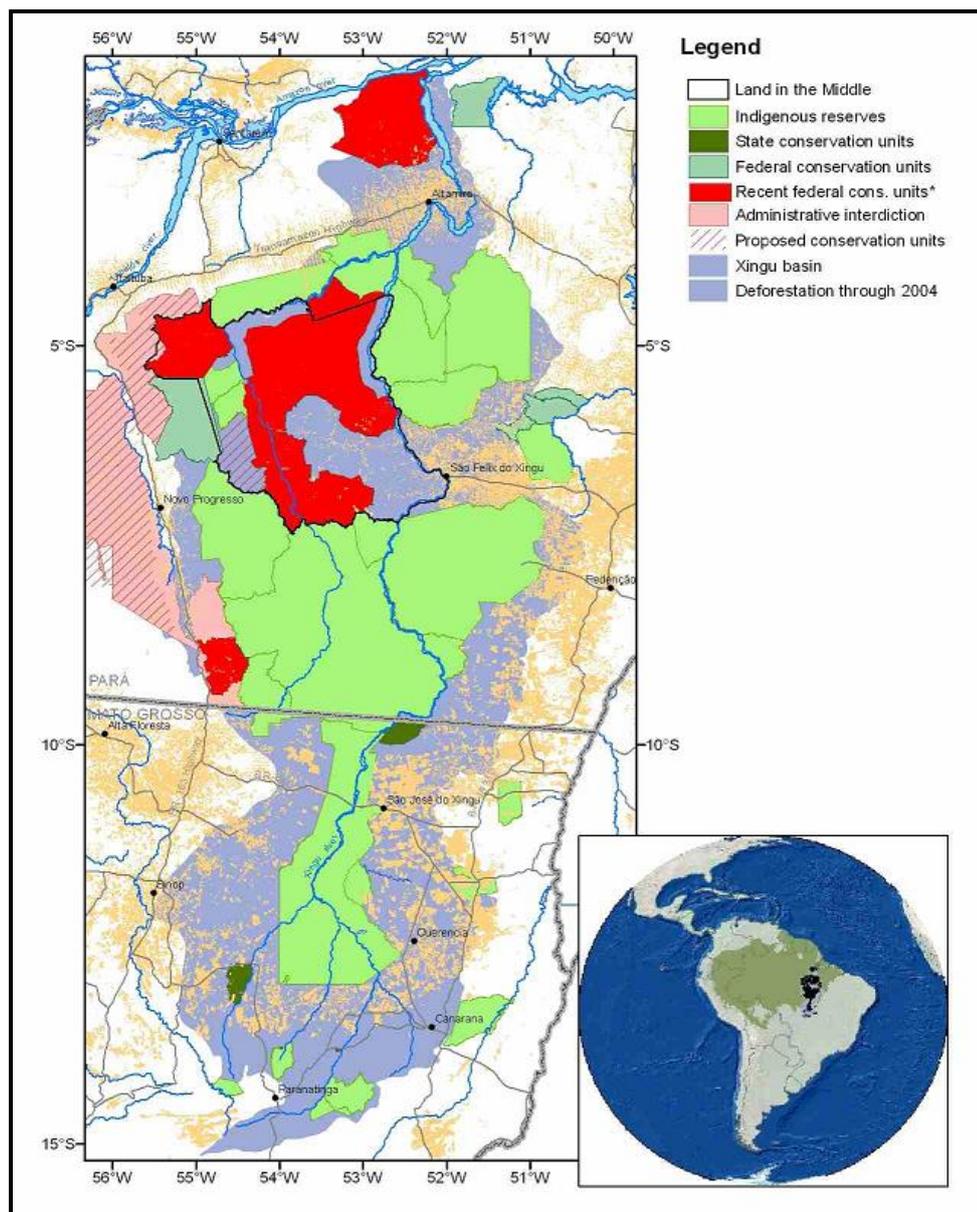


Figura 1 - Complexo de Unidades de Conservação e Terras Indígenas na Bacia do Xingu, formando um cinturão de proteção para a região da Terra do Meio.

Fonte: ALENCAR, Ane /IPAM/2007.

Entre os anos de 1995 e 1998, coordenei uma instituição conhecida como “Mutirão pela Cidadania”, a qual enviou várias cartas ao Ministério Público Federal, sediado em Santarém, informando o processo dessa compra de terra e colocando a questão sobre a posse tradicional dessas populações sobre as áreas que elas ocupavam.

Neste período, observei que surgiam nas instituições não governamentais da Transamazônica as primeiras preocupações quanto ao futuro das porções de terras e florestas ao norte e ao sul da rodovia. Tais ansiedades de proteção das áreas verdes, vividas pelas

organizações tinham o foco voltado para a Terra do Meio, alimentadas pelas notícias de grilagem de terra e seus efeitos sobre os ribeirinhos que lá viviam.

Nessa época, respondia pelo Ministério Público em Santarém o Dr. Felício Pontes Júnior.³ Ao receber a notícia da grilagem, solicitou a abertura de inquérito policial para apurar tal crime. A ação ainda solicitava condenação da INCENXIL aos danos morais causados à coletividade. No processo, o IBAMA passou a fazer parte da lide sendo proibido de realizar qualquer eventual pagamento de indenização para a INCEXIL a título de desapropriação da área.

Em meados da década de 90 até o ano de 2001, instalaram-se na Terra do Meio as empresas madeireiras vinculadas à exploração do mogno. Neste mesmo ano, o Greenpeace, o IBAMA e a Polícia Federal realizaram várias ações de denúncia e de combate contra a exploração ilegal desta espécie madeireira. A participação do Greenpeace era voltada, sobretudo, para incluir o mogno (*Swietenia macrophylla* King) no apêndice II da Cites - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora⁴, no qual obrigaria um controle mais rigoroso da cadeia de custódia de espécies ameaçadas dentro do comércio internacional. Colaborei no processo de investigação das áreas onde havia a exploração ilegal desta espécie na Terra do Meio e na Terra Indígena Apiterewa, constatando-se ali um total de 13 (treze) planos de manejo autorizados pelo IBAMA, os quais sustentavam a exploração ilegal de mogno nessa região com o fornecimento de documentos para “esquentar a madeira⁵”.

Em 2001 acompanhei as ações de campo no combate à exploração ilegal do mogno às margens direitas dos Rios Xingu e Iriri, onde havia as concentrações de esplanadas⁶ ilegais de mogno. Em várias localidades, as esplanadas de mogno⁷ ficavam localizadas ao lado das casas dos ribeirinhos, alguns deles participaram como trabalhadores na localização das árvores e na extração, todavia não recebiam qualquer pagamento com a comercialização de uma árvore de grande valor.

Em apenas dois casos, pude averiguar relações comerciais entre empresas e ribeirinhos para extração do mogno: O Sr. Dirce Viana fazia a extração de mogno e descolava

³ Felício Pontes Jr. é atualmente Procurador da República em Belém

⁴ Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas.

⁵ Esquentar a madeira é o termo utilizado acobertar madeira ilegal com papéis falsos dando condições de transporte e comercialização da mesma.

⁶ Esplanada é o local a céu aberto onde o madeireiro armazena as toras recolhidas do meio da floresta.

⁷ Foi encontrado um total aproximado de seis mil toras de mogno doadas para formar o capital principal do Fundo Dema administrado hoje pela ONG FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional em parceria com FVPP (Fundação Viver, Produzir, Preservar/ Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu) e Prelazia do Xingu.

a madeira no sistema de “calango”⁸; e o Sr. Izaltino Curuaia que, aproveitando do conhecimento da área e de ser um piloto experiente na região, deslocou algumas toras de mogno retiradas por sua família.

Nesta relação entre ribeirinho e madeireiro, aparentemente, estavam ali sob ordem de um acordo de boa convivência, já que a terra pertencia ao patrão de seringa. O ribeirinho usava a terra e o madeireiro vinha com a autorização do patrão para retirar a madeira. E se o patrão vendesse a terra, as famílias ribeirinhas teriam que sair da terra, com ressarcimento somente por suas poucas benfeitorias.

Em 1985, o padre Ângelo Pansa, missionário da Congregação Xaveriano, realizou um cadastramento dessas famílias e chegou a apresentar ao ITERPA - Instituto de Terras do Pará - os pedidos de posse, haja vista que essas terras pertenciam legalmente ao Estado do Pará. Este documento produzido por Pansa era o único documento fundiário que as famílias possuíam segundo informaram alguns ribeirinhos; Por vários anos fiz guarda da cópia desses documentos que hoje se encontram na Casa dos Padres Xaverianos em Belém.

No ano de 2002, o Instituto Socioambiental recebeu o convite do Ministério do Meio Ambiente para realizar o estudo sobre a destinação ambiental da área conhecida como a Terra do Meio. Este estudo foi apoiado financeiramente pela Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos. Participei deste estudo como consultor de duas equipes: a do levantamento fundiário e do levantamento socioeconômico.

Os resultados dos estudos foram entregues ao Governo Federal em 2003 (ISA, 2003). Este foi o primeiro embasamento técnico para uma proposta preliminar de criação de um mosaico de unidades de conservação na região do Médio Xingu, logo conhecido por Terra do Meio. Estes estudos não foram divulgados pelo governo, contudo, vieram a público em meados de 2003 quando Paulo Adário⁹ teve acesso aos mesmos e solicitou ao Governo Brasileiro providências para a criação das unidades.

Em 2004 fui convidado a integrar a equipe da Comissão Pastoral da Terra, onde tive a oportunidade de trabalhar com a Irmã Dorothy Mae Stang, missionária da Congregação Notre Dame de Namur. Meu trabalho ao lado da Irmã Dorothy foi de fazer um levantamento da situação dos Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATPs) na região da Transamazônica. Tais contratos representavam um total aproximado de 721.987 hectares (setecentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta e sete hectares) distribuídos em 261 (duzentas e sessenta e uma)

⁸ Calango é forma utilizada por comunidades tradicionais para rolar toras de madeira, o sistema consiste em abrir um pequeno ramal entre árvores e colocar a tora sobre pequenas varas de madeira e empurrar a rola de forma que ela deslize sobre estas.

⁹ Coordenador Geral do Greenpeace para Amazônia.

propriedades; Todas essas áreas estavam sendo solicitadas pelos Sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais do eixo da Transamazônica para a criação de novos assentamentos.

Neste novo trabalho houve momentos de reflexão com a Irmã Dorothy sobre como a reforma agrária poderia ser “amiga da floresta”, como ela mesma dizia. E como as reservas extrativistas poderiam ser uma saída para as populações tradicionais, considerando-as como uma forma de regularização fundiária que poderia reconhecer a forma de uso dos recursos naturais e a posse dos extrativistas. No ano de 2001, o Governo Federal reconhecia, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, essa modalidade de unidade de conservação. As RESEXs poderiam responder às necessidades das famílias, oportunizando-lhes o acesso aos recursos naturais existentes na região da Terra do Meio e, ainda, garantindo-lhes a concessão de uso de grandes áreas.

Irmã Dorothy acreditava na proposta da RESEX, e chegou a apresentar ao Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), com apoio das organizações sociais com atuação na região de Anapu, como o Sindicato dos trabalhadores rurais, associação de mulheres, associações de assentados, uma proposta de criação da reserva extrativista localizada à margem direta do Rio Xingu, na região da Volta Grande do Xingu no Município de Anapú.

Em 12 de fevereiro de 2005 a Irmã Dorothy foi assassinada. Na mesma hora de sua morte, eu estava na Comunidade do “Carmelino” em Porto de Moz, ao lado da então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

Do Carmelino até o local do assassinato de Dorothy havia uma distância de aproximadamente 150 km. A Ministra Marina recebeu a notícia pelo telefone celular via satélite, usado pelos ativistas do Greenpeace.

Naquele momento, houve uma determinação direta da Ministra, de enviar a Polícia Federal para a área do conflito, após um contato com o Ministro da Justiça. Marina repassou a orientação do Ministro que havia pedido apuração rigorosa do crime.

Cinco dias após o assassinato de Dorothy, o Governo Federal criou duas unidades de conservação de proteção integral na região da Terra do Meio: a Estação Ecológica da Terra do Meio e o Parque Nacional da Serra do Pardo, somando um total aproximado de 3.818.503 ha (três milhões, oitocentos e dezoito mil, quinhentos e três hectares).

O Ministério do Meio Ambiente informou na época que tais medidas já tinham sido planejadas e que a criação de unidades de conservação não foi motivada pelo assassinato da Irmã Dorothy e nem pela pressão as organizações sociais da região.

Participando ativamente de todo este processo com as populações indígenas e ribeirinhas, percebi a necessidade de refletir esta realidade que permeia o contexto de que

participamos, dando um enfoque principalmente à criação da RESEX do Médio Xingu, e também, de refletir sobre as dificuldades encontradas na construção dos planos de manejo dessas unidades.

Compreendo hoje que os espaços de uso dos recursos naturais estão limitados, haja vista que possuem uma demarcação que não havia antes, pois as comunidades indígenas viviam livres, diferente das famílias ribeirinhas que podem migrar para outras localidades se assim desejarem, adaptando-se facilmente as outras regiões, o que não ocorre com as populações autóctones.

Com a criação da reserva, as famílias ribeirinhas passam a ter suas áreas de uso dos recursos naturais restritas. Como pensar num modelo de gestão dos recursos naturais compatível com esse território reconfigurado no nível de limite geográfico? Como a ferramenta hoje chamada de plano de manejo pode contribuir com a gestão dos territórios tradicionais agora limitados?

Nos meus 20 anos de trabalho com essas populações, senti a necessidade de buscar novas reflexões sobre o uso dos recursos naturais nesse novo contexto de território limitado.

Para construir a dissertação foram realizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas com ribeirinhos (os mesmo autorizaram serem citados neste trabalho), observações de campo, dados colhidos pelo autor durante o processo de criação, os cadernos de campos compostos durante as viagens antes e durante o mestrado, e anotações de conversas feitas com técnicos, pesquisadores e pessoas ligadas ao processo de criação da RESEX estudada.

Essa dissertação é composta de 06 (seis) capítulos, sendo eles: uma introdução, quatro capítulos e a conclusão. No primeiro capítulo, foi situado o debate sobre o extrativismo e as unidades de conservação; no segundo capítulo apresentamos o contexto histórico de ocupação da região do Médio Xingu; no terceiro capítulo descrevo como se deu o processo de criação da RESEX do Médio Xingu; no quarto capítulo vamos discutir os acordos preliminares e os principais entraves para a construção do Plano de Manejo da unidade de conservação estudada; e, por último, retomamos algumas reflexões acerca dos principais aspectos que influenciam a criação e implantação de uma RESEX, em situação específica, como a do Médio Xingu.

Neste trabalho com o título - A ÚLTIMA PEÇA DO MOSAICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA TERRA DO MEIO – PARÁ - BRASIL: O processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu, tem o objetivo de analisar a construção desta unidade de conservação de uso sustentável e a participação dos diversos atores que conjugaram na destinação das terras e florestas na margem esquerda do rio Xingu.

2 SITUANDO O DEBATE SOBRE EXTRATIVISMO E UNIDADES CONSERVAÇÃO

O objetivo desse capítulo é situar o debate atual sobre Populações Tradicionais, Extrativismo e Unidades de Conservação, dando ênfase aos principais conceitos e categorias que darão suporte às análises no decorrer do texto. A base da discussão referente ao conceito de Populações Tradicionais será referenciada a partir dos trabalhos de Diegues (1999) e Alegretti (2002); no que tange as Unidades de Conservação e categorias relacionadas, apoiar-se-á na produção acadêmica dos autores Santilli (2005, p. 303) e Araújo (2007) e; da mesma forma, a discussão em torno do Extrativismo terá como base os estudos de Silva (1996) e Allegretti (2002) entre outros autores citados no decorrer do texto.

2.1 POPULAÇÕES TRADICIONAIS: USO DA FLORESTA E TERRITÓRIOS DE USO COMUM

Na década 1980, surgem no Brasil às primeiras discussões sobre populações tradicionais e o acesso às extensas áreas de florestas. É imprescindível fazer uma diferenciação entre população tradicional e povos indígenas a fim de garantir uma boa leitura sobre a realidade amazônica.

Consideramos os povos indígenas como aqueles povos autóctones com uma diversidade de língua, religião, organização social, e profundos conhecimentos do meio em que vivem. As populações tradicionais apreciamos não autóctones que adquiriram o conhecimento a respeito da biodiversidade com os povos já estabelecidos, através do tempo de ocupação nessas regiões, o que permitiu a ampliação de suas práticas culturais, capacitando-os a realizar determinadas atividades de manejo de espécies florestais ou animais. Estão organizadas com características como as dos agricultores familiares e possuem uma relação de reciprocidade e de solidariedade com os demais moradores da região.

Segundo Diegues (1994), essas populações nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes, manipulam e domesticam muitas espécies selvagens no período em que habitam em determinada área, assim como os povos indígenas o fazem.

A discussão sobre populações tradicionais e o uso dos recursos naturais tem sido objeto de debate entre vários autores como Allegretti, Santilli, Pinton e Aubertin entre outros.

Segundo Diegues (1999), as populações tradicionais podem ser classificadas segundo seu modo de uso dos recursos naturais.

Nesse sentido, decidimos agrupar os caboclos/ribeirinhos, seringueiros e castanheiros como populações tradicionais extrativistas. Darcy Ribeiro (1995) considera os seringueiros, castanheiros e ribeirinhos como “caboclos”, pois eles apresentam um modo de vida semelhante. No entanto, existem diferenças entre elas, na medida em que os ribeirinhos vivem nas várzeas e beiras de rio, dependendo fundamentalmente da pesca. Muitos dos seringueiros e castanheiros vivem à beira de rios, igapós e igarapés, mas outros vivem em terra firme, dependendo menos das atividades pesqueiras. Os caboclos/ribeirinhos vivem, principalmente, à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas. Quando as chuvas enchem os rios e riachos, estes inundam lagos e pântanos, marcando o período das cheias, que por sua vez regula a vida dos caboclos. Esse ciclo sazonal rege as atividades de extrativismo vegetal, agricultura e pesca dos habitantes da região (Maybury-Lewis 1997). Quando começa a cheia, torna-se impossível fazer roça e mesmo a pesca e a caça tornam-se mais difíceis. Esses caboclos são extrativistas e agricultores, que produzem em regime familiar, vendendo o excedente e, freqüentemente, em períodos de maior demanda de força de trabalho lançam mão da troca de dias entre vizinhos. (DIEGUES, 1999, p. 51).

Entendemos que a categoria “ribeirinho” discutida por Diegues pode ser aplicada à região de estudo. Os principais elementos constitutivos dessa categoria são: viver nas beiras dos rios, desenvolver atividades orientadas pelos ciclos sazonais e praticar atividades extrativistas (coleta de castanha-do-brasil). Ribeirinha é também como a população local se autodenomina. Lauro Freitas Lopes (52 anos, morador do Morro Grande), na Reserva Extrativista do Médio Xingu, disse essa frase quando perguntado durante a reunião da Rede Terra do Meio, ocorrida em Altamira, em março de 2009, sobre o que ele era: “Sou ribeirinho, pois eu moro na beira do rio e é do rio que eu tiro o peixe para comer.”.

Allegretti (2002) apresenta as populações tradicionais como detentoras de um vasto conhecimento, portadoras de soluções inovadoras sobre o uso dos recursos naturais. O próprio conceito de Reserva Extrativista desenvolvido pelos seringueiros, conforme relata Allegretti, é um marco no avanço das discussões políticas sobre conservação e reforma agrária.

Analisando o nascimento do movimento dos seringueiros no Acre, podemos entender que tal mobilização social e seus atores aprofundaram e rediscutiram os conceitos de conservação da biodiversidade.

Ao refletir sobre a discussão de conservação dos recursos naturais, Allegretti justifica a importância da criação das reservas extrativistas e também a forma de uso das comunidades tradicionais sobre seus recursos:

Não significava, por outro lado, a cristalização da forma atual dessa utilização, mas uma alternativa para a introdução de novas tecnologias, para a aplicação de resultados de pesquisas que vinham sendo realizadas por órgãos especializados em florestas tropicais, bem como a melhoria de qualidade de vida (ALLEGRETTI, 2002, p. 716).

Poderemos citar que as populações das reservas extrativistas passam a utilizar os recursos naturais, como os madeireiros, empregando a noção e o domínio de novas tecnologias para exploração dos recursos e vem moldando e buscando o equilíbrio da conservação.

A experiência que vem ocorrendo na comunidade do Arimum localizada hoje no interior da Reserva Extrativista Verde Para Sempre, no município de Porto de Moz no Estado do Pará, pode de forma simples referenciar o debate sobre a forma dos usos dos recursos.

Em 1993, iniciou-se a construção do plano de exploração dos recursos madeireiros da área comunitária do Arimum e, em 2004, a Reserva Extrativista Verde Para Sempre foi criada. A área da comunidade onde foi proposto o plano de exploração ficou no interior da reserva extrativista. Após a criação da reserva extrativista a comunidade do Arimum fez um esforço com objetivo de convencer o órgão governamental responsável pela unidade de conservação, na época o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para aprovação do plano de extração madeireira.

O plano de extração madeireira apresentado pela comunidade Arimum utilizava novas técnicas de extrativismo, tais como, uso de máquinas pesadas, como caminhões, tratores e skidetes.

Maria Margarida Ribeiro da Silva, ex-presidente da Associação Comunitária do Rio Arimum e membro do Grupo de trabalho sobre Manejo Florestal Comunitário¹⁰, durante a reunião ocorrida em Belém no dia 22 de janeiro de 2009, afirmou que: “Nós (ribeirinhos) temos o direito de usar tudo que existe, mas devemos respeitar sempre a floresta”. Na fala de Maria Margarida vamos encontrar a atenção das populações tradicionais sobre a floresta e a necessidade de construir inovações que assegurem o bem estar destas populações locais.

¹⁰ O Grupo de Trabalho Sobre Manejo Florestal Comunitário é formado por pesquisadores, membros de ONGs, extrativistas e funcionários do governo que discutem sobre as políticas voltadas para apoiar o manejo florestal comunitário e familiar. Este grupo se reúne desde a década de 1990.

O extrativismo pode adquirir novas formas e novas tecnologias, levando assim a garantia da estratégia de uso e de conservação adotada para o uso dos recursos florestais.

O uso dos recursos assim como a visão sobre as reservas extrativistas estão em processo de construção, já que a unidade de conservação é uma instituição criada recentemente, diferente das terras indígenas e das unidades de conservação de proteção integral que já possuem um arcabouço de ordenamento do processo de criação e do manejo bem mais estruturados.

2.2 O EXTRATIVISMO: UMA NOÇÃO EM DISPUTA

A concepção de Reserva Extrativista surgiu a partir das intervenções políticas de um grupo de seringueiros, liderados por Francisco Alves Mendes Filho¹¹, mais conhecido como Chico Mendes, que viveu em Xapuri, no Acre. Chico Mendes, como ficou conhecido, construiu em nível local, nacional e internacional, uma liderança sobre a discussão acerca de conservação das florestas e populações extrativistas. Mendes foi conhecido internacionalmente pelas ações em defesa das florestas e pela organização dos seringueiros do Acre, que irradiou para os outros estados brasileiros.

Essas ações colocaram em evidência temas como a conservação da biodiversidade, o manejo dos recursos naturais e o uso de extensos territórios por populações tradicionais, forçando o reconhecimento desse tema pelo Estado Brasileiro. Pela primeira vez esse conjunto de temas foi considerado no Programa Nacional de Reforma Agrária, com a possibilidade de crédito, assistência técnica, mas principalmente a definição e o reconhecimento dos territórios de uso coletivo por populações tradicionais, segundo afirma Allegretti (1994).

A construção da idéia da reserva extrativista está ligada à questão do uso do espaço e dos recursos naturais. “As reservas extrativistas têm na extração da borracha e da castanha apenas o ponto de partida do modelo econômico que se pretende ver implantado na Amazônia” (ALLEGRETTI, 1994, p. 19). Segundo essa autora, os seringueiros no Acre começaram a usar táticas de impedir o avanço da pecuária sobre seus seringais, os chamados “Empates¹²”, garantindo a segurança de vários seringais na região de Brasiléia no Acre.

¹¹ Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, nasceu no dia 15 de dezembro de 1944 e foi assassinado por causa da sua luta em defesa da floresta em Xapuri na data de 22 de dezembro de 1988.

¹² O termo empates era a forma de ação usada pelos seringueiros para impedir a derrubada dos seringais. Mulheres, homens, adolescentes e crianças se colocavam na frente dos trabalhadores das fazendas contratados para fazer a derrubada da floresta.

Entre 1976 e 1980, foram feitos os primeiros acordos que reconheciam a posse dos seringueiros sobre suas áreas por parte do Governo Brasileiro. De 1980 a 1985, surgem as primeiras iniciativas para a criação de assentamentos de seringueiros. Mesmo com essa proposta, os conflitos sobre o uso dos recursos florestais ainda permaneciam, pois as áreas designadas eram pequenas e não correspondiam às necessidades do sistema extrativista. De 1985 a 1990, surgiu a proposta de criação de reserva extrativista. A criação deste sistema de assentamento especial, que reconhecia a área de uso florestal das comunidades foi elaborada no Encontro Nacional de Seringueiros em 1985, a proposta das reservas extrativistas estava baseada no uso coletivo das áreas de floresta, na forma tradicional de exploração dos recursos, sem perder de vista a possibilidade de melhorias tecnológicas e a reivindicação de um conjunto de políticas sociais, notadamente de educação e saúde.

De 1995 a 2000, conforme analisa Santilli (2005), a Política Ambiental Nacional incorporou, de certa maneira, as reservas extrativistas por meio da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), colocando-as na categoria de unidade de conservação de uso sustentável.

O SNUC respeitou as atividades extrativistas e as unidades produtivas familiares formadas por áreas de coleta, caça e pesca, como sendo uma alternativa aos modelos tradicionais de assentamento, onde a distribuição da terra tinha por base principalmente a área de agricultura e não a área de extrativismo.

Os modelos antigos de assentamento mantinham a propriedade individual e não conseguiam respeitar as áreas de uso coletivo. A base extrativista atualmente existente assegura a ocupação e a proteção de largas extensões de terra, florestas, rios e mares que podem ser destinadas às populações tradicionais através de um termo de concessão real de uso entre o Estado e as organizações das comunidades tradicionais.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê a regulamentação fundiária para o uso coletivo de recursos florestais através das Reservas Extrativistas, bem como, conforme o SNUC, as populações tradicionais residentes e usuárias¹³ da reserva extrativista são autorizadas a continuar suas atividades de extrativismo na exploração de produtos da floresta ou outros recursos, sendo garantida a agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais.

¹³ Estamos considerando populações usuárias como grupos humanos que usam os recursos naturais por períodos ou temporadas quando da safra do produto, a exemplo dos coletores de óleo de andiroba ou semente de castanha.

O SNUC trabalha também com a possibilidade das comunidades manejarem recursos madeireiros como uma situação especial, ou seja, essa atividade deve ser complementares às demais atividades desenvolvidas.

As populações tradicionais residentes no interior da reserva recebem do Estado uma concessão de uso por tempo determinado. Tal concessão é orientada por um plano de manejo, elaborado em comum acordo entre o órgão ambiental responsável pela gestão da unidade de conservação e a população residente e usuária dos recursos naturais ali existentes.

O plano de manejo é um documento técnico que deve reconhecer os territórios tradicionais como espaços de reprodução social, cultural e econômica, considerando a conservação da biodiversidade, segundo a Instrução Normativa número 1, de setembro de 2007 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)¹⁴.

A Lei da Política de Populações Tradicionais publicada em 2007 e o SNUC (2000) atribuem ao Estado o reconhecimento de territórios tradicionais, a conservação da biodiversidade, a proteção e a garantia da reprodução social, física, cultural, religiosa e econômica das populações tradicionais (BRASIL, 2007a).

Segundo Pinton e Aubertin (2000), a reserva extrativista é uma figura jurídica que possibilita a exploração regular e a comercialização privilegiada, através do manejo do território e de seus recursos, controlado pela população local.

Ao analisar diversas comunidades que fazem uso comum de florestas e territórios, Ostrom e McKean (1995) mostram que com o tempo é necessário estabelecer, além das regras jurídicas gerais, normas que estabeleçam as fronteiras das áreas onde esses recursos florestais estão presentes. Ainda segundo esses autores há possibilidade de modificar as regras de uso ao longo do tempo. Essas mudanças podem reforçar as condições para estabelecer bases sustentáveis que garantam o uso dos recursos naturais por mais tempo.

Essa discussão, no entanto, deve ser inserida conceitualmente no âmbito do debate sobre extrativismo na Amazônia, que conceitualmente é abordado por Drummond (1996, p. 116) da seguinte maneira:

O extrativismo – ou uma economia extrativista – é, no sentido mais básico, uma maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, em contraste com a agricultura, o pastoreio, o comércio, o artesanato, os serviços ou a indústria. A caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais são os três exemplos clássicos de atividades extrativistas.

¹⁴ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é o mais novo órgão ambiental do governo brasileiro. Foi criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. É uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. A sua principal missão institucional é administrar as unidades de conservação (UCs) federais, que são áreas de importante valor ecológico.

A atividade do extrativismo marca o processo da evolução humana e, durante muito tempo, manteve-se ligada à agricultura. A coleta, principal atividade do extrativismo, determinou a quantidade e o deslocamento de populações em determinadas áreas do planeta. Segundo Magalhães Filho (1991):

Os bandos humanos eram nômades, isso é, viviam em constante movimento, à procura de alimento. Seus refúgios eram temporários quer fossem árvores, cavernas ou tocas cobertas de galhos e folhas. O roteiro seguido por esses bandos era condicionado pelo meio ambiente e pelas espécies das quais se alimentavam, formando um ciclo regular que os trazia de volta aos mesmos lugares nas mesmas épocas do ano. (MAGALHÃES FILHO, 1991, p. 3).

A relação de equilíbrio com a natureza é lentamente rompida quando as populações humanas aperfeiçoam os sistemas de agricultura que alteram e modificavam o meio onde vivem. A manutenção desse equilíbrio foi uma das bases defendidas para a construção do modelo das reservas extrativistas.

2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA TENTATIVA DE REGULAR O USO DOS RECURSOS NATURAIS

A relação homem e natureza, o domínio do mundo selvagem, foram as primeiras discussões estabelecidas entre cientistas e autoridades públicas na busca de garantir a conservação da natureza.

A determinação de áreas especiais para manutenção da vida selvagem tem um marco importante no final do século XIX, onde cientistas começavam a dar importância ao levantamento das belezas naturais.

Araújo (2007) relata que, em 1857, Henry Thoreau, com base na teoria filosófica, literária e artística, argumentou que as áreas selvagens americanas deveriam ser percebidas como um bem Americano.

Em 1872, nasce o Parque Yellowstone, marcando o nascimento do conceito das unidades de conservação, tendo como base os seguintes princípios: separação da colonização, ocupação, e venda, e benefício, uso e desfrute de uso público, garantindo a não desterritorialização do bem, livre de uso comercial e manejo voltado para conservação dos recursos naturais, assim mencionado por Araújo (2007).

Diegues (1994) lembra do avanço da colonização no século XIX para o oeste americano, que vinha causando vários danos ambientais à conservação da natureza. Outros países, inspirados no modelo americano, copiaram a experiência e passaram a criar seus parques, a exemplo dos países africanos.

De acordo com Pádua (1997), no Brasil independente, em 1815, nascia, através de José Bonifácio, a percepção em relação à preservação ambiental. Bonifácio chegou a manifestar sua preocupação sobre a necessidade de conservar os rios e as florestas no intuito de se ter uma quantidade de chuvas ideal para a agricultura.

Mais tarde, em 1883, Joaquim Nabuco alertava para a questão da exploração extrativista na Amazônia, pois era feita de forma gananciosa e poderia acarretar futuramente um risco à economia. Conforme relatado por Drummond (1997), em 1937, foi criado o Parque Nacional do Itatiaia entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro; todavia houve um atraso na criação das unidades de conservação em comparação aos restantes dos países do continente Americano.

Os parques nacionais tinham a função de garantir áreas de importância para a biodiversidade e a beleza cênica de certa região que poderia ser usada para observação de animais silvestres ou até para passeios turísticos.

Em 1962, em Seattle, nos Estados Unidos, registraram-se as primeiras discussões a respeito da presença de comunidades locais e a criação de áreas de parques.

Na 11ª Assembléia Geral da International Union for Conservation of Nature - IUCN¹⁵, no ano de 1972, em Banff, no Canadá, surgia a necessidade de realizar zoneamento nas áreas pretendidas para conservação. Nessa Assembléia, reconheceu-se que comunidades humanas faziam parte desses ecossistemas (ARAÚJO, 2007).

A questão da criação de parque em áreas que tinham populações humanas foi discutida em outros momentos, como Bali em 1982, Caracas na Venezuela em 1992, em 1997 na Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Mundial pela Natureza e em Durban na África do Sul em 2003.

Para Diegues (1999), a criação das áreas protegidas para conservação integral nas primeiras décadas do século XX, nas regiões dos continentes africano, asiático e na América Latina, gerou diversos conflitos sociais e culturais com as populações locais devido à proibição de uso das terras e recursos pelas famílias.

Na década de 1970, com um maior nível de organização dessas comunidades locais, o número de conflitos aumentou. Verificou-se uma crescente mobilização por parte das

¹⁵ União Internacional para Conservação da Natureza

comunidades em resistir à implantação das áreas de conservação integral e à transferência das moradias para fora dos territórios tradicionais. Questionava-se, portanto, o próprio modelo de Unidades de Conservação.

Vários autores refletiram acerca desses impactos sociais sobre as populações tradicionais que tiveram em seu território estabelecimento de unidades de conservação de proteção da biodiversidade, dentre eles: Amend (1992), Gomez-Pomka e Kaus (1992), Diegues, (1994) e Schwartzman (1999). Segundo Diegues (1999), autores europeus também refletiram sobre esses conflitos, como Colchester (1997), Pimbert e Pretty (1997) e Larrère (1997).

Os impactos que atingiram essas populações, como restrição ao uso dos recursos, ao acesso em territórios tradicionais e a transferência para outras áreas, foram observados em várias partes do mundo. Um caso citado por Ghimire (1993, apud DIEGUES, 2005), diz respeito ao caso do povo Tharus do Nepal, de tradição agropastoril, que encontrou muitas dificuldades em manter sua integridade física e cultural como uma unidade tribal, em decorrência das proibições de suas atividades tradicionais.

No Brasil podemos citar o caso exemplar das populações quilombolas dentro da Reserva Biológica do Rio Trombetas, criada em 1979. Tais populações usam os recursos como caça, pesca, coleta de castanha e outros produtos florestais no interior da área da reserva biológica, e isso vem causando conflitos com o órgão ambiental. A reserva biológica é a unidade de conservação de maior restrição à presença de populações humanas na legislação brasileira hoje. Esses autores apontaram como uma das causas para o insucesso de muitas dessas áreas protegidas, o fato de não conceberem populações humanas em seu interior; observando que a presença de populações tradicionais e povos indígenas havia garantido a conservação de áreas de floresta com alta biodiversidade. O manejo realizado por essas comunidades foi essencial para garantir a preservação ambiental.

3 O CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO DO MÉDIO XINGU

A ocupação da bacia do Xingu é similar a tantas outras na Amazônia Brasileira. Historicamente, esse processo de ocupação tem produzido profundas mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas. Uma característica marcante são os conflitos sociais entre povos colonizadores e povos autóctones. A ocupação desenfreada de áreas de florestas foi então facilitada pela abertura de grandes estradas e pelo atrativo de abundância de recursos naturais “livres”. A disputa pela posse da terra e pelos recursos naturais intensificou os conflitos.

Neste capítulo apresentaremos uma descrição da chegada dos primeiros desbravadores, da presença dos povos indígenas, da chegada dos primeiros colonizadores, do período de exploração da borracha, da abertura da Transamazônica (BR 230) que ligou as matas do Xingu às demais regiões do Brasil e, por fim, da criação do bloco de unidades de conservação na região da Terra do Meio.

3.1 OS PRIMEIROS DESBRAVADORES DO XINGU

As disputas pelo território do Xingu entre holandeses, ingleses e portugueses, no século XVII, obrigaram o deslocamento de vários grupos indígenas ou o processo forçado de contato. Coudreau (1977) relata a beleza e as corredeiras do rio Xingu, que asseguraram por muito tempo o isolamento dessas terras, os povos indígenas foram usados pelos invasores e garantiram a força de trabalho para os projetos de colonização dos portugueses.

O registro do padre João Daniel, jesuíta que trabalhou no Xingu no século XVIII, citado por Baena (2004), relata a importância da foz do Xingu para a navegação. Baena (1989) descreveu as características e o ambiente do rio Xingu, onde alguns rios menores eram usados pelos indígenas para realizar incursões até pequenos vilarejos para troca de produtos e animais. Também registrou a existência das drogas do sertão como o cravo. Pesquisadores como Adalberto de Prússia em 1842, Steinen em 1884, Spix e Martius em 1820 e Coudreau em 1896, contribuíram para um detalhado mapeamento social e geográfico das terras do Xingu na segunda metade do século XIX.

A existência de seringais e castanhais favoreceu uma onda de ocupação desse território no século XIX. No século posterior foram registradas ocupações que avançaram por cima das corredeiras da Volta Grande do Xingu, seguindo o sentido norte - sul. Isso foi feito

com o uso da força de trabalho dos negros, índios e colonos. Até então, os recursos da floresta, baseado no extrativismo, eram importantes mercadorias que moviam a economia local e regional.

Geograficamente, vamos observar que a primeira ocupação dos colonizadores no Xingu ocorre no sentido Norte-Sul, usando como eixo de entrada a calha do rio e seus afluentes. Já na década de 1970, a ocupação ocorre no sentido Leste - Oeste, apoiado pela implantação dos projetos de desenvolvimento, como, por exemplo, as estradas planejadas pelo Governo Militar.

3.2 A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS NO XINGU

A presença dos povos indígenas no Xingu foi registrada, pela primeira vez, a partir da chegada dos Europeus nos pequenos vilarejos próximos à foz do Xingu. Em Santo Antonio de Gurupá, os europeus mantiveram contatos com mais de cem aldeamentos, conforme relata a pesquisadora Kelly-Normand (1984). Os holandeses disputaram essa área chegando a ocupar fisicamente a região entre os rios Peri e Acaraí no Xingu, onde hoje é a Reserva Extrativista Verde Para Sempre; tal movimentação é registrada por Baena (2004).

As diversas disputas militares se deram ao longo da bacia do Xingu, principalmente na região compreendida entre as cidades de Souzel, Porto de Moz e Gurupá. O século XVII foi marcado pelas guarnições portuguesas para conquistar terras e garantir o comércio, sempre cruzando fogo com holandeses e ingleses. Segundo Castro (1999), em 1625, houve uma guerra entre portugueses e holandeses que culminou com a expulsão dos holandeses das terras xinguanas. Os portugueses, com apoio dos indígenas, construíram o forte de Santo Antonio de Gurupá como relata Castro (1999) (Fig.2).



Figura 2 - Forte de Santo Antonio de Gurupá, Gurupá-PA.

Fonte: FEITOSA, Tarcísio, 2005.

Em meados de 1650, registraram-se novos conflitos da disputa entre portugueses e holandeses na região de Gurupá, próxima foz do rio Xingu com o rio Amazonas, guerras onde se usou a força indígena.

Baena (1969) menciona diversos conflitos no processo de conquista da terra pelos portugueses, usando os indígenas, muitos dos índios foram exterminados pelas forças dos exércitos com violência e truculência.

Santa Rosa (1922) relata casos de violência contra povos indígenas do Xingu como incêndio de aldeias, aprisionamento e escravidão, causando uma drástica redução da população indígena. As missões religiosas foram uma forma de conquista das terras do Xingu, principalmente as jesuíticas. De acordo com Meira (1994) os aldeamentos organizados pelos jesuítas exploravam os produtos da floresta como salsaparrilha, castanha e cacau, destinados ao mercado regional, garantindo a subsistência da missão.

Depois que os colonizadores portugueses conseguiram vencer as corredeiras da Volta Grande do Xingu, fundaram em 1639, a missão Tavaquara, onde hoje está situada a cidade de Altamira. A missão era comandada pelos padres jesuítas e tinha a presença de indígenas Juruna, Penas, Araras e Achipayas. Tavaquara tinha sua base produtiva na atividade de agricultura e extrativismo.

Kelly-Normand (1984) cita três aldeamentos organizados pelos jesuítas no Xingu: a aldeia de Itacuruçá fundada em 1694 e dedicada a São João Batista, a aldeia Piraguari fundada em 1727, e a aldeia de São Ignácio de Aricari em 1739. As missões no Xingu tiveram fim em 1755, quando Marquês de Pombal decretou a saída dos padres jesuítas¹⁶.

Kelly-Normand (1984) registra ainda que os padres Manoel dos Santos, de origem portuguesa, e Roque Hundertpfundt, de origem austríaca, organizaram o aldeamento Javari. Francisco Xavier Mendonça Furtado modifica os nomes dos aldeamentos, como forma de apagar a resistência histórica desses povos sobre seus territórios tradicionais.

No fim do século XIX, deu-se início ao processo de ocupação dos seringais nessa região. Foram registrados vários conflitos entre seringueiros e grupos indígenas. Os donos dos seringais – seringalistas, como eram conhecidos – armavam grupos para defender as colocações¹⁷ no centro da mata e garantir a atividade de coleta da seringa. A hostilidade de grupos armados causava grandes deslocamentos de grupos indígenas que passaram a ocupar territórios de outros grupos, provocando conflitos entre etnias, como relatado por Frias e Vasconcelos (1859).

Em 1845, o príncipe Alberto da Prússia vem realizar no Xingu os primeiros contatos com povos não contactados. Adalberto da Prússia (2002) encontrou os Juruna na Aldeia Tavaquara; além dos Juruna, os Aripais, os Peapais, os Taconhapés, os Curieraís, relatando a hostilidade existente entre eles e o tamanho dos grupos. Na expedição foram encontradas 23 tribos residindo ao longo do Xingu e seus afluentes. Essas tribos detinham o controle sobre vários afluentes e florestas do Xingu.

Coudreau (1977), em sua expedição realizada em 1896, ocorrida de maio a outubro daquele ano, relata seu encontro com os Açurinis, Penas, Jurunas, Axipaies, Araras, Curinais, Araras bravos, Carajás, Carurias ou Mundurucus. No final do século XIX, estes grupos possuíam seus territórios tradicionais ameaçados pela frente de exploração dos seringais.

Na contagem realizada por Coudreau (1977) foram registradas, entre o rio Tucuruí, na sua foz com o rio Xingu, onde é atualmente a sede do município do Vitória do Xingu, e a Pedra Seca no Xingu, incluindo a bacia do Iriri, um total de 1351 pessoas, sendo 177 índios e 804 civilizados¹⁸; registrou-se ainda a existência de dois aldeamentos, sendo eles: Praia Grande onde moravam 11 indígenas e o Nuratu onde havia 12 indígenas do grupo da etnia Jurunas.

¹⁶ Além dos Jesuítas, tem-se registro também de outras missões religiosas no Xingu, dentre os Capuchos da Piedade.

¹⁷ Colocações são os locais onde os seringueiros construíam suas casas e que ficavam próximos à área onde estavam localizadas as árvores de seringa; na maioria das vezes ficavam no interior da floresta ou nas cabeceiras dos igarapés.

¹⁸ Civilizados é a forma que Coudreau utiliza para referir-se aos não - índios presentes na região.

Curt Nimuendaju (1948) registra a diversidade lingüística do Xingu no Mapa Etnográfico onde apresenta os grupos lingüísticos Tupi, Gê e Karib, mostrando que essa região conservada garante a sociodiversidade dos povos no interior da floresta e nas margens dos rios e seus afluentes.

3.3 O TEMPO DA EXPLORAÇÃO DA BORRACHA.

A floresta na região do Xingu tem uma grande densidade da espécie *Hevea brasiliensis* (Willd. ex A. Juss.) Müll. Arg. Pertencente a família Euphorbiaceae é conhecida popularmente como: Seringueira-verdadeira ou árvore-da-borracha. Ainda no domínio da Coroa Portuguesa, em meados dos séculos XIX, a borracha passou a ser explorada de forma comercial. Mesmo com dificuldade de navegação, o rio Xingu foi considerado um importante pólo de exploração de seringa chegando a competir com o baixo Tapajós, Madeira, e Juruá. Parte da mão-de-obra utilizada nesta atividade extrativa era indígena segundo registro de Weinstein (1993).

Condreau (1977) relatou a mobilização realizada para garantir a exploração dos seringais Xingu acima. Os estudos de Condreau mostraram a construção de estrutura para manter a comercialização da seringa e a segurança das terras, a edificação do Forte Ambé, a construção de estrada ligando a Vitória do Xingu ao igarapé Ponte Nova e deste até a antiga missão Tavaquara.

Algumas autoridades locais, como o Coronel Agrário Cavalcanti, foram responsáveis por garantir o acesso pela estrada da vila de Vitória do Xingu até Altamira, excluindo a passagem pelo trecho de corredeiras da Volta Grande do Xingu. O autor Condreau (1977) relata também os bons preços executados nessa região para os produtos agrícolas e florestais.

A construção de barracões por seringalistas garantia o domínio sobre porções do território. A região acima de Altamira foi dividida em várias áreas de exploração de seringais. Na região do Iriri, o controle dos seringais foi dado ao Coronel Ernesto Acioli conforme cita Galvão (1996).

O Coronel Acioli forneceu armas aos seringueiros com o intuito que os mesmos “defendessem” os seringais das investidas dos indígenas, que estes eram considerados obstáculo à exploração da seringa.

As colocações dos seringueiros atingiam o centro dos territórios de caça, pesca e coleta dos povos indígenas. Essa situação foi o estopim para diversos massacres, tanto de índios quanto de seringueiros.

Alguns grupos indígenas foram reconhecidos como bons trabalhadores, a exemplo dos Arara, que ocuparam parte da região do Iriri e foram registrados durante a passagem de Coudreau pelo Xingu: “Trabalhadores, bons agricultores, honestos, inteligentes e corajosos [...] tidos em mais alta conta que os Jurunas, os Axipaies e os Penas.” (COUDREAU 1977, p. 28). Tal região estava sob o controle do seringalista Coronel João Henrique Lemos segundo relata Coudreau.

Apesar da hostilidade dos colonizadores para com os indígenas, em alguns casos, as mulheres indígenas eram forçadas a estabelecer esta relação. É dessa época a expressão “pega no laço¹⁹”, uma referência à maneira como as mulheres indígenas eram “conquistadas” como esposas de seringueiros.

Coudreau (1977), em 1859, realizou o levantamento dos maiores seringalistas do rio Xingu. Esses documentos foram utilizados, mais tarde, para garantir a grilagem de terras na região da Terra do Meio. Segundo o mesmo autor foram encontrados na época do levantamento, 135 civilizados e 60 índios trabalhando nos seringais do Xingu.

Os principais seringalistas presentes em meados do século XIX eram: Pinheiro, os irmãos Pedro e João Gomes, João Batista da Costa, Manuel Joaquim da Costa, Raimundo de Paula Marques, Manoel Felício Filho, Doroteu Marques do Reis, Ursina Galvão, Antonio Galvão, Anandio e Francisca Galvão.

A lista dos detentores de seringais na região do Xingu, depois deste período, ainda apresenta três nomes de forte influência política: José Leocádio de Souza, Ernesto Accioli da Silva e José Porfírio de Miranda Junior. Tratados com a patente de coronéis tais seringalistas foram responsáveis pela marcação de grandes extensões de terras no Xingu e no Iriri.

Além dos seringais, esses coronéis controlavam politicamente os territórios de Souzel²⁰ e suas vilas, o transporte fluvial, pequenos garimpos de ouro, plantações e barracões no Xingu, segundo informa Kelly Normand (1975).

A dinâmica e a direção de ocupação do Xingu, como anteriormente mencionado, era no sentido norte – sul. Os interesses dos governos eram de garantir o escoamento dos produtos, como a seringa, até Belém - capital do Estado do Grão-Pará. No entanto, as corredeiras da Volta Grande do Xingu eram, e ainda o são, um obstáculo à navegação. Para

¹⁹ O casamento “pega no laço” é a forma para explicar como mulheres indígenas foram seqüestradas das aldeias pelos seringueiros e mantidas sob domínio do “esposo”.

²⁰ O território de Souzel completava parte da bacia do Xingu na região considerada como baixo Xingu. Hoje esse território é dividido pelos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Brasil Novo e São Felix do Xingu

isso, os comerciantes, seringueiros e membros do governo passaram a planejar a abertura de estradas, uma delas chamada de Estrada Pública, ligando o povoado de Altamira até o rio Tucuruí e de lá até Vitória do Xingu, conforme informado acima.

O traçado da nova estrada entre a vila Vitória do Xingu e o povoado de Altamira, além do grande barracão localizado na vila acima citada, abriu novas possibilidades de comércio e escoamento da produção.

Com a abertura da estrada, os seringalistas aproveitaram para concentrar maiores propriedades de terra, dentre tais podemos citar os coronéis José Porfírio e Antonio Lemos, registrados por Kelly Normand (1975).

Um dos coronéis mais violentos com os índios, em virtude da expansão de seus seringais, foi Ernesto Accioli da Silva. Seus seringais estavam localizados entre Altamira até acima da foz do Rio Iriri. Com muita influência sobre o governo do Estado, Accioli chegou a dominar grande parte das áreas de seringais.

Outros momentos históricos ocorridos nessa região, diz respeito ao apoio dado pelo governo, em 1788, a Alexandre Rodrigues Ferreira, o qual subiu o Xingu com o intuito de verificar possíveis rotas que garantissem o deslocamento de produtos na direção do Mato Grosso.

Segundo Galvão (1996), Karl Von De Stein, em 1884, desceu o Xingu registrando a presença de vários grupos indígenas e acampamentos de exploração de seringa.

Em meados de 1868, os padres capuchinhos, dentre eles, freis Venâncio Maria de Ferrara, Ludovico de Mazarino e Carmelo de Mazarino, realizaram manutenção na estrada que ligava Vitória à Altamira. A estrada permitiu o acesso até o morro do Capacete que possui uma vista do vale à beira do Xingu, entre a foz dos igarapés Panela e Ambé, e neste morro construíram uma fortificação designada de Alta Mira²¹.

A queda do valor da borracha fez alguns dos seringalistas mudarem de ramo comercial, como foi o caso do coronel José Porfírio, que logo investiu na agricultura, na criação de gado e na plantação de cana-de-açúcar. Porfírio, na década de 1930, também se tornou um importante representante político da região.

A Revolução de 1930 traz para o Xingu novas transformações na cadeia de domínio político, estabelecendo novos atores na região, como os soldados da borracha²², os

21 Segundo os moradores locais mais antigos de Altamira foi esse forte que deu o nome a Cidade de Altamira, Alta Mira quer dizer mirar do alto.

22 Soldados da borracha são os homens que foram recrutados pelo governo brasileiro para exploração da seringa na Amazônia. Eram advindos principalmente da região nordeste do país.

arigós²³ e outras famílias detentoras de poder aquisitivo que aqui chegaram e se transformaram em patrões da seringa.

Um segundo momento na história da região do Vale do Xingu elevou um novo furor na exploração da borracha. Com a II Guerra Mundial houve o aumento da necessidade de borracha a fim de garantir os pneus para as frotas dos veículos de guerra na Europa.

Neste contexto, foi necessário abrir novos seringais no Xingu e nas cabeceiras dos rios Curuá e Riozinho do Anfrísio. Nesta época, Altamira detinha uma área de agricultura estabelecida com diversas culturas voltadas para o abastecimento da região entre Vitória e Altamira.

Com a chegada dos novos habitantes, através do chamamento do governo central para servir nas frentes de exploração de borracha, como forma de apoiar a presença do Brasil na guerra em terras européias, os conhecidos “soldados da borracha”, chegaram à cidade de Altamira e viajaram rios acima, foi onde os seringais voltaram a ter uma grande movimentação econômica nunca experimentada na região.

Os milhares de arigós e soldados da borracha foram trazidos do nordeste brasileiro para o interior das matas do Xingu em busca novamente da *Hevea brasiliensis*. A reativação dos seringais também teve como consequência as guerras inter-tribais em virtude da redução dos territórios de perambulação indígena.

Neste período, alguns grupos indígenas mantiveram intermináveis guerras com os “soldados da borracha”, outros grupos foram inseridos como mão-de-obra, fazendo o trabalho de mateiro²⁴ e/ou pilotos de embarcações. Três grupos indígenas, Xipaia, Curuaia e Juruna, se afinaram com esses novos tempos.

Com o fim desse período as famílias dos soldados da borracha buscaram outras atividades econômicas. A pele de gato garantiu após a fase da extração da borracha o sustento de várias famílias até sua proibição, ocorrida no início da década de 1970, pela Lei de Proteção à Fauna publicada no ano de 1967.

3.4 A CHEGADA DA ESTRADA NO CORAÇÃO DA FLORESTA

Com o golpe militar de 1964, estabeleceu-se uma nova política desenvolvimentista direcionada principalmente ao norte do Brasil. Como relata Souza (1988), este processo

²³ Arigós são os homens que vieram espontaneamente explorar seringa na Amazônia.

²⁴ Mateiro é considerado na região como um guia na floresta.

promoveu a expansão capitalista na região. O Xingu e o restante da Amazônia viveram novos momentos de ocupação, agora não mais pelos rios, no sentido norte – sul, mas sim, no sentido leste – oeste, avançando sobre a floresta e abrindo caminhos entre os territórios de perambulação e tradicionais de vários grupos indígenas.

Almeida (1982, apud SOUZA, 1988), descreveu as intenções do Plano de Desenvolvimento da Amazônia que apresentava a construção de rodovias federais como Transamazônica e Cuiabá – Santarém, e permitiu profundas modificações no cenário amazônico: a implantação de rodovias estaduais interligando pontos no interior da Amazônia; a expansão do contingente populacional em áreas prioritárias; o aparelhamento dos portos fluviais de Belém e Santarém; a exportação de madeira; as plantas de mineração e; a expansão da agropecuária na Amazônia.

Lendo o Plano de Recuperação Setorial da Eletrobrás de 1986, podemos destacar que a disposição dos empreendimentos para a produção de energia na Amazônia, “as grandes barragens” acompanharam o traçado das rodovias como, por exemplo, a Rodovia Transamazônica (BR 230) e o Complexo Hidroelétrico de Kararaô²⁵. Parte da energia gerada por esse empreendimento seria destinada à produção de liga de alumínio, como era intenção de parte do projeto do Governo Militar no Brasil.

Em 31 de março de 1972, o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – José Francisco de Moura Cavalcanti lançou o Projeto de Colonização Altamira I, com objetivo de assentar 3.000 famílias. Essa iniciativa compunha o Projeto de Integração Nacional (INCRA, 1972)

O projeto de colonização do INCRA teve como um dos objetivos sócio-políticos: “eliminação de tensões sociais em áreas saturadas, sobretudo no Nordeste, mediante absorção dos excedentes de agricultores sem terra”. Outro objetivo que chamou a atenção foi: “marcar, pela presença do homem brasileiro em terras amazônicas, a conquista, para si e para seu País, daquilo que sempre lhes pertenceu, a fim de que ninguém jamais ouse contestá-lo neste objetivo” (INCRA, 1972, p. 07).

Com esse plano, o governo militar esquece os milhares de seringueiros, soldados da borracha e arigós que subiram Xingu, Iriri, Curuá e Riozinho acima, além da presença de povos indígenas. A colonização traz novamente para o Xingu um novo palco de conflito. Os agricultores deslocados do sul e nordeste brasileiro foram jogados na região no meio de territórios indígenas.

²⁵ Hoje o Complexo Hidroelétrico de Kararaô é chamado de Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte com modificações no tamanho do lago e na capacidade de geração de energia.

A região nordeste vinha seguindo os passos da concentração fundiária e como resultado disso, conflitos e tensões fundiárias vinham abalando profundamente o interesse no latifúndio. Para garantir a política da concentração de terras no Nordeste, o governo estabeleceu uma política de reforma agrária para a Amazônia conforme reflexão de Henchen (1995). “Homens sem-terra do Nordeste para as terras sem-homens da Amazônia” era o principal brado do Presidente Medici, que com este anúncio atraiu agricultores do nordeste e do sul do Brasil com a promessa de dias melhores.

Tendo em vista que o planejamento de ocupação contemplou somente os 30 km ao lado da rodovia Transamazônica, o governo não conseguiu visualizar um cenário futuro. Em 36 anos, após a criação do Projeto de Assentamento Integrado Altamira I, com 1.319.500 hectares, foram criados mais 8.264.684 hectares de assentamento, totalizando uma 229.574 hectares/ano de novas áreas ocupadas, mediante análise dos dados do INCRA (2008).

Esse avanço de colonização no sentido norte – sul da rodovia Transamazônica, levou nos anos de 1971 – 1986, um contato forçado com os grupos indígenas Arara, Asurini do Koatinemo, Arawete do Igarapé Ipixuna, Kararaô, Parakanã – Apiterewa por parte do Serviço de Proteção ao Índio e, logo depois, pela Fundação Nacional do Índio. Tais contatos foram desastrosos para esses grupos indígenas, ocasionando a redução drástica desta população, como foi o caso dos Asurini do Xingu, conforme registra Müller (1987).

A expansão da colonização da Transamazônica levou os antropólogos que trabalhavam com estes grupos, dentre eles, Antonio Carlos Magalhães, Eduardo B. Viveiros de Castro, Lux Boeltiz Vidal, Márnio Teixeira Pinto e Regina Müller, a expor para o Governo Brasileiro a necessidade de criação de um corredor de terras indígenas ao longo dos rios Xingu, Bacajá, Iriri e Curuá. Com isso, no final da década de 1990, podemos observar o estabelecimento deste corredor de terras indígenas, que passou a proteger as terras entre os rios Xingu e Iriri, conhecidas hoje como Terra do Meio.

As terras indígenas Trincheira-Bacajá, Koatinemo, Kararaô, Arara, Cachoeira Seca, Apiterewa, Araweté do Igarapé Ipixuna, Curuaia, Xipaia, e o grande território Kayapó, formado pelas terras indígenas Baú, Mekragnoti e Kayapó, serviram nos últimos anos como bolsões de proteção, impedindo o avanço da colonização no sentido sul da Transamazônica.

3.5 A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA REGIÃO DO XINGU

A exceção da Floresta Nacional de Altamira, criada na década de 1980, a conservação da região da Terra do Meio teve alguns momentos ímpares. Inicialmente, em 1994, com o encontro regional do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), no qual se discutia, entre outras ações, o ordenamento fundiário, ouvimos os primeiros relatos a respeito do avanço da exploração madeireira nos fundos dos travessões. Logo mais adiante, após a transformação do MPST para MDTX ocorrido no final da década 1990, 114 entidades passaram a integrar o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), apresentaram ao governo brasileiro uma proposta de ordenamento territorial e de desenvolvimento sustentável para região.

Nesta proposta o MDTX, mencionou a necessidade de proteger os “pulmões da Transamazônica”²⁶, apontando para três áreas com uma quantidade de floresta significativa: o norte de Pacajá e Anapú; o norte de Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará, onde hoje é a Reserva Extrativista Verde Para Sempre e; as florestas localizadas entre os rios Xingu e Iriri, denominada pela população local como Terra do Meio.

Com esse discurso, o movimento de agricultores da Transamazônica aproximou-se dos demais movimentos e ONGs ligados ao tema da sociobiodiversidade, conseguindo construir acordos com fundos de financiadores internacionais, relacionados ao movimento ecológico internacional.

A proposta foi recebida pela Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA e contou com o apoio da SECTAM - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, onde ambas as entidades promoveram a realização dos estudos preliminares e a formulação de uma proposta de mosaico²⁷ de unidades de conservação na Terra do Meio.

Em 2001, a forte campanha contra a exploração ilegal do mogno, levou o governo brasileiro a dar prioridade aos estudos de conservação da área. O relatório do Greenpeace denominado de “Parceiros no Crime: A extração ilegal de mogno - A Amazônia à mercê de “acordos entre cavalheiros”, publicado em Outubro de 2001, em várias línguas, alertava para necessidade de conservação dessa região, como trataremos *a posteriori*.

O governo brasileiro propôs a realização dos estudos preliminares para levantar, organizar e analisar as informações socioeconômicas, fundiárias e biológicas com objetivo de

²⁶ Pulmões da Transamazônica faz alusão à espinha vertebral do corpo humano, cujas vértebras representam a estrada principal (Rodovia Transamazônica), e os travessões (estradas secundárias) são as espinhas, e a floresta no fim desses travessões são os pulmões. E era a forma que as lideranças do MDTX se referiam a proposta de criação de reservas florestais na região.

²⁷ O termo mosaico é um complexo de unidades de conservação e terras indígenas contíguas podendo ser administrada de forma conjunta.

“Formulação de uma Proposta Técnica para a Implantação de um Mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu” (ISA, 2003).

Para este trabalho foi contratado Instituto Socioambiental (ISA) através do Projeto do Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira – PRODEAM (PROGRAMA PRODEAM-OEA/SUDAM). O ISA convidou ainda o Instituto de Pesquisa da Amazônica (IPAM) e a Fundação Viver Produzir Preservar (FVPP) para a elaboração dessa proposta.

Na construção dos estudos, foi necessário envolver a participação de técnicos e pesquisadores de várias instituições de pesquisa, governamentais e não governamentais, além de organizações e movimentos sociais locais. Tais movimentos tiveram uma ação promissora e repassaram várias informações que embasaram o estudo.

Outra parte do estudo aprofundou a caracterização dos fatores abióticos, bióticos e socioeconômicos. A área geográfica do estudo, situada no Estado do Pará, na região do médio Xingu, conhecida como Terra do Meio, detinha um total de 7,9 milhões de hectares.

Segundo Capobianco (2001), a região estudada é coberta em grande parte pela floresta amazônica, com a presença de cerrado e zonas ecotonais consideradas também zona de transição, ricas em biodiversidade por apresentarem espécies de dois biomas, no caso do Xingu, podemos observar zona de transição: cerrado e Amazônia.

Os resultados dos estudos indicaram uma extrema relevância para conservação da Terra do Meio, cuja biodiversidade e sociodiversidade, pela presença de populações tradicionais e extrativistas, indígena e ribeirinha, apontou a presença de espécies economicamente viáveis como o mogno, a seringueira e a castanha-do-pará.

Os estudos do ISA (2003) identificaram a presença de endemismos e de grande diversidade de paisagens, mantidos pelo isolamento do contexto regional, por causa das dificuldades de navegação, garantindo a sua quase inacessibilidade.

O estudo ainda confirmou que o cinturão de terras indígenas ao redor da Terra do Meio garantiu a proteção da biodiversidade. Outro importante aspecto foi a baixa densidade populacional com apenas 0,001 hab/km² conforme cita o ISA (2003).

As terras encontradas nessa região, a maioria sob domínio do Instituto de Terra do Pará (ITERPA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não tinham sido destinadas a nenhum projeto de assentamento ou ao estabelecimento de grandes propriedades, mas recaíam sobre essa área muitos títulos falsificados em cartório, dando suporte às explorações ilegais dos recursos florestais.

O estudo apontou graves ameaças a essa região como os impactos das obras de infra-estrutura, dentre elas o asfaltamento das rodovias Cuiabá – Santarém, BR 158 e

Transamazônica e a construção do Complexo Hidrelétrico Xingu. Também passou a indicar urgência no ordenamento, no uso e na ocupação das terras para assegurar biodiversidade e sociodiversidade da Terra do Meio. A Terra do Meio foi considerada pelo Programa Nacional da Diversidade Biológica – (PRONABIO) como uma das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Estado do Pará, sendo necessário construir políticas para sua conservação.

Outro fator motivador para concretizar as unidades de conservação da Terra do Meio contemplava a histórica oportunidade de formação de um corredor ecológico, envolvendo o Cerrado e a Floresta Amazônica, constituindo um corredor de unidades de conservação e terra indígenas ao longo da bacia do Xingu, nos estados de Mato Grosso e do Pará.

O corredor teria papel fundamental na conservação ecológica, no fluxo biológico entre os ecossistemas, na proteção dos recursos hídricos e no equilíbrio do clima regional, conforme orientou os Estudos de Macapá (CAPOBIANCO, 2001). A proposta final do estudo (ISA, 2003), apontou a criação de duas unidades de conservação de proteção integral e três unidades de conservação de uso sustentável na bacia do Xingu.

4 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO XINGU

O objetivo desse capítulo é analisar o processo de mobilização para a criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu, Considerando as intervenções realizadas pelas organizações não governamentais, governamentais e pelos ribeirinhos. O processo de criação da RESEX e a posição dos atores envolvidos serão neste capítulo, onde também far-se-á uma abordagem do envolvimento das famílias ribeirinhas e do papel do Governo Brasileiro na construção da proposta da RESEX do Médio Xingu.

4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E AÇÃO DOS ATORES

A definição de Terra do Meio ainda é algo em discussão e há vários entendimentos sobre o espaço geográfico, ambiental e político desse território. Há o entendimento do Procurador da República Felício Pontes Jr., que atuou em vários casos de grilagem nessa região, até o posicionamento de organizações não governamentais como o Greenpeace, o WWF e o Instituto Socioambiental (ISA). Cada um apresenta uma versão diferente para configuração territorial dessa região.

A região da Terra do Meio para as populações tradicionais (ribeirinhos e pescadores) e para os índios é a porção de terra compreendida entre os rios Xingu e Iriri. No caso do Instituto Socioambiental, essa definição inclui as terras entre o Xingu e o Iriri assim como acrescenta a região da bacia do Riozinho do Anfrísio e do Rio Curuá. Para o Dr. Felício Pontes Jr. o mesmo considera a região da Terra do Meio toda a área da porção de terra entre os rios Xingu e Tapajós, incluindo a região de Anapú e Porto de Moz. Para a ONG Greenpeace a Terra do Meio é a região do meio do Estado do Pará entre os rios Tapajós e Tocantins, incluindo a região do Porto de Moz e Anapú. O WWF em sua concepção apresenta a Terra do Meio como a região que engloba o leito do Rio Xingu até as margens da Rodovia Santarém Cuiabá (BR 163).

Ter a leitura sobre as diferentes concepções de localização espacial da Terra do Meio contribuirá na compreensão das intervenções realizadas pelas diversas organizações, com objetivo de garantir a conservação desse território.

A construção e delimitação das áreas de uso das famílias ribeirinhas passaram por vários momentos, desde a chegada dos seringueiros e arigós na região do Médio Xingu²⁸ até 2008, ano da criação da unidade de conservação.

Neste processo houve a presença de vários atores que realizaram ações diversas nessa região, tanto para conservação da biodiversidade quanto para destruição da mesma.

Em 1985, Pe. Ângelo Pansa, cadastrou as famílias moradoras da região do Médio Xingu, Iriri e Curuá, com o apoio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Pe. Ângelo, aproveitando a desobriga²⁹, para fazer o censo levantou na região do Médio Xingu um total de 130 famílias, sendo 68 na margem direita e 62 na margem esquerda do rio Xingu.

Hoje a margem esquerda do rio Xingu, no trecho limitado com a RESEX do Médio Xingu, pertence aos povos indígenas Parakanã-Apiterewa, Araweté do Igarapé Ipixuna e Asurini do Xingu.

Muitas famílias que moravam nessa margem de rio tiveram seus castanhais, seringais e moradias incluídos nas terras indígenas. Como no caso do Seu Francisco Barbosa Brasil dos Santos, conhecido como Chico Paca, 51 anos, que reside atualmente em uma ilha em frente à aldeia dos Parakanã.

“Ficou tudo lá, quando os índios saíram do mato, o pessoal da FUNAI disse que era melhor eu ir procurar outro lugar, pois os índios eram ainda brabos não estavam amansados. Ai, eu saí de lá, e vim morar nessa ilha, lá ficou meus castanhais, meu seringal e minha roça. Antes dos índios chegarem eu trabalhei lá dentro no garimpo, foi no garimpo que os índios saíram primeiro, o Seu Eloi chamou a FUNAI, o pessoal da FUNAI tinha vindo uma vez só que eles não andaram muito na mata e não encontraram os índios. (Francisco Barbosa, 51 anos, morador de São Felix do Xingu, 2009)”

Segundo os registros de Pansa (1985), os anos de chegada famílias ribeirinhas nessa região do Médio Xingu, compreenderam entre 1937 a 1985, distribuídas em diferentes locais ao longo do médio rio Xingu, a década de 1980 foi o período com maior registro de migração dessas para a região (Gráfico 1).

²⁸ Vamos considerar aqui a região do Médio Xingu que inclui as terras entre São Felix do Xingu e Altamira ao longo do rio Xingu como região do Médio Xingu.

²⁹ Atividade missionária onde o missionário católico vai de casa em casa fazendo orientação espiritual, realizando os sacramentos e celebrando missas.

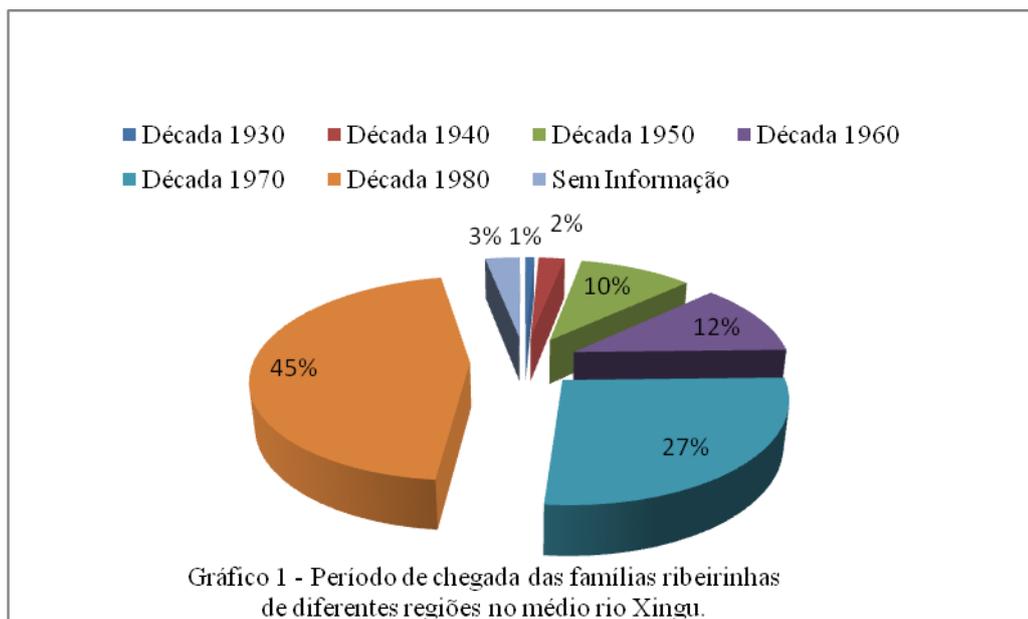


Gráfico 1 - Período de chegada das famílias ribeirinhas de diferentes regiões no médio rio Xingu. Fonte: DO AUTOR

A partir desses dados constatou-se que 01 família chegou na década de 1930, 03 famílias chegaram na década de 1940, 13 na década de 1950, 15 na década de 1960, 35 na década de 1970, 59 na década de 1980 e 4 não colocaram essa informação nos questionários aplicados por Pansa. Pansa orientou os ribeirinhos a demarcarem uma área de 10 km quadrados como forma de garantir que os castanhais ficassem dentro da área de uso das famílias.

4.2 A GRILAGEM DE TERRA: A USURPAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Nas décadas de 1970 e 1980, com a chegada dos projetos governamentais de infraestrutura na região, algumas áreas de antigos seringais na região próxima de São Felix do Xingu e Altamira tiveram seus registros de imóveis fraudados (Tab. 2).

Tabela 1 - Seringais existentes na região da Terra do Meio entre os Rios Xingu e Iriri (Município de Altamira e São Felix do Xingu -Pará)1970 – 2000.

Imóvel	Proprietário	Área (ha)
Fazenda Ribeiro	Adeládio Correia Maués	262.998,95
Fazenda Arraial	Jorge Vieira de Melo	327.570,90
Seringal Praia de São José	Espólio de Anfrísio da Costa Nunes	396.000
Fazenda Jabuti	Benedito Batista da Gama	663.831,50
Fazenda Jatobá	Benedito Batista da Gama	182.764,82
Seringal Mossoró	Raimundo Ciro de Moura	456.864,40
Seringal Monte Alegre	Raimundo Ciro de Moura	329.600,00
Seringal Forte Veneza	Raimundo Ciro de Moura	96.558,80
Seringal Humaitá	Raimundo Ciro de Moura	133.320,00
Seringal Belo Horizonte	Raimundo Ciro de Moura	279.375,50
Seringal Caxinguba	Raimundo Ciro de Moura	151.721,34
Fazenda Terra Nova	MANOBRE- Madeireira Nobre do Norte Ltda	82.764,00
Fazenda Incravado (16 lotes)	Renildo José Zucatelli	69.696,00
Seringal Califórnia	Espólio de Manuel Menezes Filho	316.750,00
Seringal Laranjeiras	Iolanda Neto Menezes	298.809,00
Seringal Fortuna	Espólio de Manuel Menezes Filho	465.250,00
Fazenda Montevideo	Claudemiro Pereira Machado	305.250,00
Seringal São Jorge (Área Indefinida)	Benedito Batista da Gama	0
Fazenda Novo Pardo	Jairo Alves Fontilenele	743.952,98
Fazenda Muntuca I	Benedito Lourenço de Lima	331.610,60
Fazenda Mutuca II	Benedito Lourenço de Lima	252.261,70
	Total	6.146.950,49

Fonte: FEITOSA, Tarcísio (2002).

A operação de fraude requereu uma habilidosa rede de pessoas ligadas aos cartórios de imóveis, técnicos agrimensores, autoridades públicas dos poderes judiciários e administração pública.

Todas as fraudes se baseavam na alteração do tamanho da área dentro do livro dos cartórios, no registro do imóvel junto aos órgãos fundiários com mapas topográficos anexados e depois na procura de venda do mesmo para interessados em adquirir terras na Amazônia segundo Treccani (2001).

Para Treccani (2001) “Os “grileiros” da Amazônia têm se beneficiado, sobretudo da atuação irresponsável e sem controle dos cartórios das comarcas do interior”. Treccani ainda informa que os cartórios da Amazônia estão envolvidos no processo de titulação indevida de terras públicas, isso no descumprimento da lei de registros públicos.

O Ministério Público Federal na Ação Civil Pública, com pedido de antecipação parcial da tutela apresentado contra a Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda. – INCENXIL e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, transcreve como foi feita uma alteração de cartório para alterar uma área grilada.

Nesse passo, também intriga o fato do memorial descritivo atribuir ao imóvel a dimensão de 4.772.000 (quatro milhões setecentos e setenta e dois mil) hectares. Na averbação AV-6, anterior ao registro do memorial, inscreveu-se a alienação de *“uma parte ideal do imóvel desta (sic) objeto com área total de 772.000 ha. (setecentos e setenta e dois mil hectares) pelo preço de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) a INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO SHALON LTDA”* – grifo próprio. Ora, muito estranho que a fração ideal da INCENXIL - que passou a corresponder a exatos 04 milhões de hectares em 1989 - fosse aumentada inexplicavelmente no novo memorial descritivo, averbado apenas quatro anos depois com a mesma extensão territorial anterior (BRASIL, 2005).

Ao ganhar, de forma ilícita, enormes áreas, os grileiros buscavam conseguir bons negócios com a chegada de novos investimentos na região, como, por exemplo, as aberturas de novas fazendas de pecuária. As primeiras áreas negociadas estavam mais próximas de São Felix do Xingu e de lá passaram a ser negociadas terras entre os rios Xingu e Iriri.

Dos seringais citados na Tabela 2, apenas Novo Pardo, Monte Alegre, Forte Veneza, Humaitá, Belo Horizonte e Caxinguba tinham suas terras sobrepostas à área onde moravam as famílias ribeirinhas levantadas por Pansa (1985), sendo que o Seringal Mossoró tinha parte de suas terras sobre a área do Iriri e do Xingu (Fig. 3). Os seringais pertencentes ao Senhor Raimundo Ciro de Moura e foram negociados com empresas ligadas ao Grupo CR Almeida.

se beneficiam de diversas outras formas de renda ou de financiamentos associados ao controle sobre a terra (PINTO, 2005 p. 105).

As empresas ligadas ao Grupo CR Almeida promoveram de forma irregular uma das maiores compras de áreas de terras públicas na Amazônia, um total aproximado de 6 milhões de hectares e logo chamaram a atenção das autoridades públicas que promoveram investigações sobre o caso.

Além da batalha judicial, duas comissões parlamentares de inquérito investigaram o caso de grilagem de terras públicas e a empresa foi acusada pelos ribeirinhos de queimar casas e destruir roçados. Herculano Costa e Silva denunciou a ação dos funcionários da empresa (TERRA, 2005). A violência exercida a mando dos grileiros foi tal que chegaram a destruir a casa do Sr. Edmilson, morador ribeirinho do Morro do Felix, e construíram outra casa da empresa no local, impedindo-o de estabelecer nova residência ali.

A documentação fundiária dos seringais foi usada entre 1980 e 2001 para aprovação de 13 planos de manejo destinados à exploração do mogno (Fig. 4). Vários desses planos eram somente para esquentar a madeira conforme as investigações realizadas pela ONG Greenpeace (2001).

Os planos estavam ao redor e no interior da Terra do Meio em nome de Anísio de Moraes Sobrinho, José Gleidiston P. da Gama, Cilla Ind. Com. Imp Exp. Mad, Kopaja Ind. Com. Imp. Exp. Mad., Mad. Serra Dourada Ltda., Nilberto J. Oliveira - Mad. Pirizina, Premier Garcia, S/A Bitar Irmãos, SEMASA - Serraria Marajoara e W.L.B. de Freitas Ltda, conforme informações do IBAMA (2001).

A apresentação dos documentos falsos para a aprovação do plano de manejo foi a estratégia encontrada para garantir a exploração ilegal de mogno até 2001, pela Máfia do Mogno³⁰. Em fevereiro de 2002, o Promotor de Justiça do Estado, Mauro José Mendes de Almeida pediu a prisão preventiva de 11 pessoas integrantes desse grupo organizado, sendo eles: Adnaldo Cabral Cunha, Meire Cabral, Edson Gonçalves Freire, Rivaldo Martins Honostório, Clainor Scalabrin, Renildo José Zucatelli, Wagner Luiz Bernardes de Freitas, Almir Nunes Gomes, Abdon Lustosa Neto, Francisco Domingos dos Santos, Francisco Xavier Ferreira e Osmar Alves Ferreira.

30 Máfia do Mogno foi o nome dado pelo Ministério Público do Estado à organização criminosa que agia na retirada ilegal de madeira na Terra do Meio.

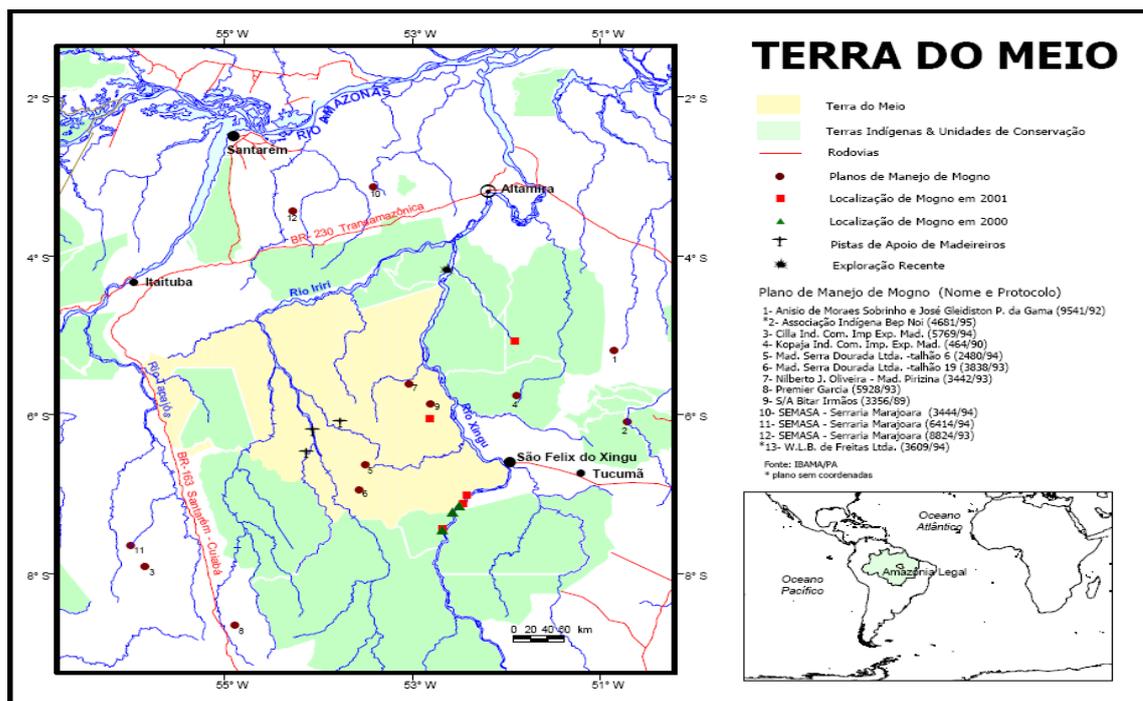


Figura 4 - Localização dos Planos de Manejo para exploração do Mogno na Terra do Meio

Fonte: GREENPEACE (2001).

Vale ressaltar que o período da exploração ilegal do mogno é reconhecido também pelas populações ribeirinhas, que o descreve como um período de abundância e muita movimentação no rio, lembrando os tempos auges da borracha. “Eu ganhei foi muito dinheiro, eu puxei mogno de calango da minha área, vendi para o madeireiro, ele vinha buscar a madeira no meu porto” disse o Sr. Dice Viana do Nascimento, ribeirinho e morador das proximidades do Igarapé do Pardo no Xingu.

As empresas ligadas ao grupo CR Almeida moveram ações na justiça estadual contra os madeireiros, e ainda bancaram as operações das polícias civil e militar e de agentes do IBAMA na região para impedir o furto do mogno das áreas que supostamente estavam sobre o domínio dessas empresas (Fig. 5).



Figura 5 - Foto de Policiais trabalhando para empresa CR. Almeida

Fonte: Arquivos WWF, 2005.

Logo em seguida à operação realizada pelas empresas ligadas a CR Almeida contra os madeireiros na região, veio a operação do IBAMA com agentes de Brasília e uma segunda operação ocorreu recolhendo o mogno já apreendido.

Na operação de apreensão de mogno na Terra do Meio, ocorrida em outubro de 2001, o IBAMA recuperou um total de 7.165 metros cúbicos de mogno ilegal avaliado em US\$ 7 milhões no mercado internacional. Nesta operação estavam presentes ativistas do Greenpeace, agentes da Polícia Federal e do IBAMA. Mais tarde essa madeira foi ofertada para a formação do Fundo Dema.

O segundo resultado da operação foi a imposição de barreiras comerciais nos Estados Unidos e na Europa para o mogno originário da Amazônia Brasileira (ISA, 2008), o que acabou levando o governo brasileiro a instituir alterações no art. 3º do Decreto nº 4.722 de 05 de junho de 2003, que estabelece critérios para exploração da espécie *Swietenia Macrophylla King* (mogno) através do Decreto nº 6.472 de 05 de Junho de 2008.

Uma das formas encontradas pelas empresas ligadas à CR ALMEIDA de tentar convencer a população local sobre as compras indevidas de terras públicas foi prometer apoio e bolsas de estudos aos universitários de Altamira dos cursos de Agronomia e Biologia da Universidade Federal do Pará – Campus de Altamira.

Um grupo de alunos fundou uma organização não governamental chamada Bioambiente, que declarou apoio ao projeto das empresas e passou a publicar jornais e a realizar visitas na região onde havia uma proposta de criação da RESEX DO Médio Xingu. (GLASS, 2006).

A intromissão de membros de uma ONG “ambientalista” de Altamira (PA) no processo de consulta pública para a criação de reservas extrativistas (RESEX) que o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNTP) do IBAMA está encaminhando na região da Terra do Meio, no Pará, está preocupando técnicos do órgão. Segundo eles, com explícita ligação com o latifundiário Cecílio Rego de Almeida, acusado de grilar grandes extensões de terra na região, a ONG Bio Ambiente estaria intimidando e confundindo as comunidades para que se posicionem contrárias às RESEX (GLASS, 2006).

As visitas realizadas pelos membros da Bioambiente eram parte da campanha contra a criação da RESEX, apoiada pelas empresas ligadas a CR Almeida na região. Uma publicação chamada Jornal da Terra passou a circular na cidade e na região do Oeste do Pará com várias matérias contra a criação das unidades de conservação (Fig. 6).

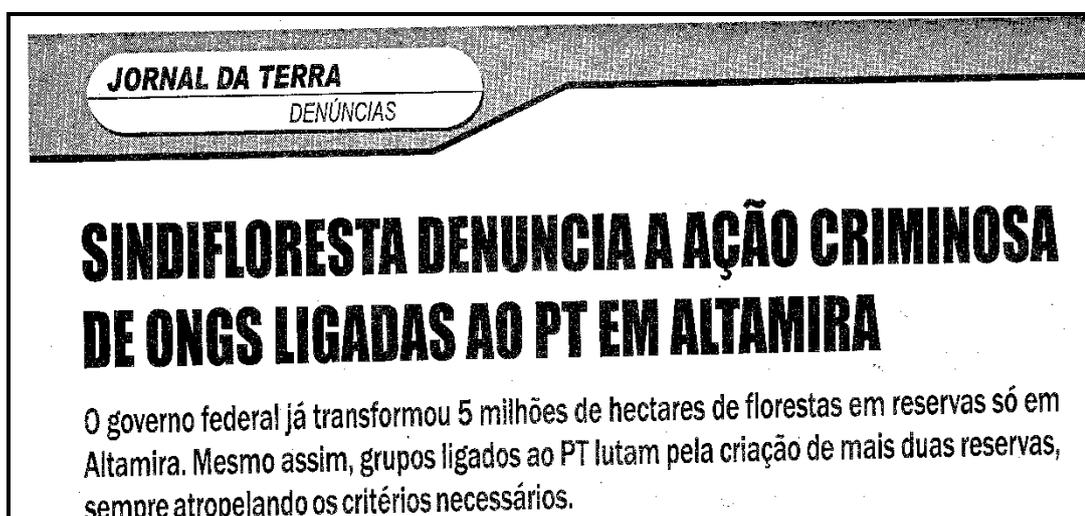


Figura 6 - Manchete do jornal impresso Jornal da Terra “denunciando” ação criminosa de ONGs em Altamira.

Fonte: JORNAL DA TERRA, 2005.

As notícias acusavam o governo e as ONGs de criarem reservas e impedir o desenvolvimento econômico da região. Essa estratégia de campanha passou a confundir cada vez mais a população ribeirinha.

Várias famílias se posicionaram a favor da CR Almeida e não aceitaram receber as visitas dos técnicos e agentes das ONGs que apoiavam a criação da RESEX do Médio Xingu que atuavam em campanhas de esclarecimento sobre a importância da unidade de conservação na região.

O Sr. Sebastião Coutinho recorda-se dessa fase vivida:

“Teve gente aqui que apoiou a firma (firma é como os ribeirinhos chamavam a CR Almeida) e hoje é a favor do povo do governo, mas antes eles nem falavam com a gente. Ai eu dizia sempre aqui em casa, gente não adianta ficar contra o governo, quando o governo quer, ele faz e acontece (Sebastião Coutinho, morador do Pedra Preta)”.

As empresas ligadas a CR Almeida eram conhecidas na região como “a firma”, a mesma denominação dada às empresas madeireiras que atuaram na região na exploração do mogno. A firma (CR Almeida) empregou quatro famílias ribeirinhas e fazia distribuição de fornos para produção de farinha. Estes moradores foram seus aliados e durante muito tempo defenderam a presença da empresa na região.

Francisco Dias Souza Neto, 51 anos de idade, conhecido como Chico Branco e morador do Seco do Laurindo ainda fala que: “o tempo bom era o tempo da firma, agora é só promessa, ninguém trás nada, o governo é só promessa”. Francisco não acredita que o governo dará condições de organizar a RESEX, pois a região onde vive sempre foi abandonada. Durante muito tempo Francisco manteve em seu porto uma placa de uma das empresas do Grupo CR Almeida, como forma de mostrar que ele estava do lado da empresa e não do governo como ele dizia (Fig. 7).



Figura 7 - Placa de proibição da entrada e uso dos recursos na região do médio Xingu, em frente a casa do Chico Branco, colocada pela Amazônia Projetos Ecológicos, filiada a CR Almeida.

Fonte: WWF, 2005.

4.3 OS PRIMEIROS ANÚNCIOS PARA A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA TERRA DO MEIO

No dia 28 de outubro de 2001, na localidade do Seco do Laurindo (Humaitá), às margens do rio Xingu na Terra do Meio, havia uma grande quantidade de madeira estocada, O que chamou a atenção da operação do IBAMA e do Greenpeace.

Neste lugar morava o Senhor Francisco Dias de Souza, conhecido como Chico Branco, e na ocasião o Coordenador do Greenpeace na Amazônia, Paulo Adário, comentou com os membros da operação sobre a responsabilidade do Brasil em garantir a conservação da biodiversidade. No grupo, estavam presentes agentes ligados ao IBAMA, ao Greenpeace, policiais e jornalistas.

O interior da casa do seu Chico serviu como base para atuação da operação e durante a exposição do Coordenador do Greenpeace, o mesmo lembrou que o Brasil poderia usar o princípio da precaução para proteger aquela área, segundo orientação da Convenção Internacional de Biodiversidade.

O relatório do Greenpeace (2001), que relata a situação da Terra do Meio, solicitou ao governo brasileiro uma medida para preservação da região. Diz o relatório:

Estabelecer moratória imediata em todas as operações com madeira em escala industrial na Terra do Meio até que uma completa avaliação dos valores ecológicos e de conservação tenha sido concluída e um plano responsável de uso dos recursos naturais tenha sido desenvolvido e implementado (GREENPEACE, 2001, p. 16).

Capobianco (2001) considera essa região do interflúvio Xingu/Iriri como uma área de alta diversidade biológica, situada em uma região com alto risco de incêndio e sujeita a pressões antrópicas por atividade madeireira, além de ter uma importância quanto aos serviços ecológicos fornecidos por pela região de floresta.

Pinto (2005, p. 17) ao estudar a Terra do Meio, abordando o avanço da fronteira agrícola e seus atores, lembra em suas análises que:

A Terra do Meio é uma região estratégica do ponto de vista da conservação: situada entre grandes unidades de conservação (RESEXs e FLONAs) e terras indígenas, o controle do processo de ocupação sustentável nessa região é fundamental para a manutenção das áreas já preservadas. O conflito recente com o caráter de enfrentamento entre Governo Federal e setores que atuam de forma ilícita na grilagem de terra e na exploração madeireira (caso do assassinato de Dorothy Stang), teve como resultado colateral a polarização da questão da Terra do Meio (criação do Mosaico de Conservação Natural) (PINTO, 2005, p.17).

Quanto ao mogno apreendido durante a operação de outubro de 2001, Paulo Adário comentou para vários ativistas que estavam no Seco do Laurindo naquela data de outubro de 2011: “Este mogno não pode voltar para as mãos desses bandidos³¹, ele deve se tornar símbolo do combate ao crime ambiental e deve voltar para essas comunidades como forma de apoio”.

O mogno apreendido durante esta operação tornou-se a base do capital permanente do FUNDO DEMA, criado em 2003 pelo Ministério do Meio Ambiente e administrado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

A madeira apreendida, depois de processada e comercializada, teve o rendimento líquido, em fevereiro de 2004, no mercado externo, no valor de R\$ 4.830.174,12 (quatro milhões, oitocentos e trinta mil, cento e setenta e quatro reais e doze centavos). Em outubro de

31 A maioria da madeira apreendida pelo IBAMA é leiloadada, com isso há grandes oportunidades das empresas que tiraram ilegalmente reavê-la em leilão público.

2005, a Fundação Ford formalizou uma doação de R\$ 2.227.000,00 (dois milhões, duzentos e vinte sete mil reais) ao FUNDO DEMA.

Os recursos do FUNDO DEMA são destinados aos projetos de conservação e manejo florestal, cujo Comitê Gestor, órgão do fundo que orienta a aplicação dos recursos, é constituído por representantes da FASE Amazônia, Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) e a Igreja Católica, representada pela Prelazia do Xingu. O Fundo tem como finalidades fortalecer os movimentos sociais na sua ação de proteção e promoção socioambiental; dinamizar o processo da inclusão social viabilizando experiências agroextrativistas, pesqueiras, agrícolas e agro-silvo-pastoris em bases sustentáveis, com equidade de gênero, geração, raça e etnia; fortalecer a cidadania indígena e as comunidades de populações tradicionais; combater o desmatamento e/ou uso predatório de recursos naturais e defender e promover de forma sustentável a Amazônia.

O FUNDO DEMA, em seus 03 primeiros anos de funcionamento, disponibilizou R\$ 1.645.942,01 (um milhão, seiscentos e quarenta cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e um centavo), sendo que, deste total, apenas R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) foram destinados a atender as comunidades da região da Terra do Meio, de onde foi retirado o mogno, correspondendo a 2% do total do capital (Fundo Dema, 2008). O FUNDO DEMA ainda não conseguiu garantir que os recursos advindos do mogno retirado da Terra do Meio fossem utilizados pela população local moradora da região do Médio Xingu.

Os estudos de campo do Instituto Socioambiental, Instituto de Pesquisas da Amazônia e da Fundação Viver Produzir e Preservar, realizados na Terra do Meio, com os trabalhos de campo ocorridos no ano de 2002, e sua publicação em 2003, recomendou a criação da reserva extrativista do Xingu, em 259.253,99 hectares, (duzentos e cinquenta e nove mil e duzentos e cinquenta e três hectares e noventa e nove centiares), levando em consideração o reconhecimento dos direitos e proteção das populações tradicionais, presença de espécies não madeireiras economicamente importantes como a castanha-do-pará, andiroba, copaíba e seringa, assegurando às populações o uso de 10 km das margens dos rios, considerado pelos estudos como área de influência das populações ribeirinhas, preservando, assim, o patrimônio arqueológico, os ecossistemas e os recursos naturais.

O relatório do ISA (2003) orienta:

A delimitação do perímetro das reservas extrativistas considerou, entre outros, um critério apresentado pela população local segundo a abrangência das áreas de uso extrativista em cada colocação; essa delimitação forma um polígono aproximado de 3 Km de frente por 10 Km de fundo, a partir da margem do rio. Esse polígono contempla a maior parte das áreas de dispersão dos

recursos extrativistas fundamentais à sobrevivência da população (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2003, p. 177).

A limitação de 10 km se aproxima da orientação dada pelo Pe. Ângelo Pansa aos ribeirinhos da região da Terra do Meio na década de 1980.

No período 2002 – 2005, quatro fazendas foram instaladas no interior da área proposta para a criação da reserva extrativista. As fazendas pertencem aos fazendeiros Francisco Adebaldo Araújo, Alberto Alves Bilmayer, Iraci dos Santos Pereira e José Ferro Brandão.

O Ministério Público ajuizou ação para remoção imediata das infraestrutura e do gado presente nas fazendas, alegando a segurança das populações ribeirinhas e das lideranças que estavam trabalhando para a criação da RESEX.

Grileiros e fazendeiros são acusados pelo MPF de enviar pistoleiros para ameaçar lideranças das comunidades tradicionais da área. Ainda não há identificação dos responsáveis pelas ameaças e violência na região. Pelo menos três pessoas foram autuadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) por desmatamento ilegal dentro da área da RESEX: Francisco Adebaldo Araújo (o açougueiro corretor), Alberto Alves Bilmayer e Iraci dos Santos Pereira (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2008).

Para os ribeirinhos, a entrada das fazendas mostrou a fraqueza do Governo Brasileiro em garantir a proteção dessa área. Todas as fazendas instaladas hoje na região foram oriundas de negociações entre fazendeiros e famílias ribeirinhas. Para documentar a área foi necessário usar de falsificação de documento público, desmatamento ilegal para formação de pasto e trabalho análogo ao trabalho escravo.

Segundo os ribeirinhos há dois grupos de famílias ribeirinhas que participaram dessas vendas. O primeiro grupo que foi coagido a vender a terra ou foi expulso pelos fazendeiros, e um segundo grupo que vendeu espontaneamente, mas alegou ter vendido a terra por não ter “assistência do governo”. A falta de assistência do governo refere-se sempre como a ausência de assistência à saúde e educação. Segundo alguns ribeirinhos, eles não queriam ver seus filhos sem serem alfabetizados.

Os dois grupos de famílias reivindicam retornar para área. O segundo grupo relata que a transação não foi completa e que o comprador da terra nunca pagou o prometido na negociação.

A possibilidade de retorno das famílias do segundo grupo vem causando vários conflitos locais, pois passaram do status de moradores para usuários dos recursos naturais;

essas famílias se deslocam das cidades próximas (São Felix do Xingu e Altamira) até a região no período da coleta de castanha, que ocorre entre janeiro e maio. E no início do verão amazônico essas famílias trazem pescadores das cidades próximas para dentro da área da RESEX do Médio Xingu.

Um dos casos é do Senhor Francisco Dias da Costa, conhecido como *Chico do Vai quem Quer*, ele com sua família chegou às terras em frente à Ilha do *Vai Quem Quer* em 1975. Foi um dos moradores que vendeu suas terras e alega ter sido enganado. Com o dinheiro da venda da terra ele comprou uma casa em São Félix do Xingu e uma embarcação que usa para realizar fretes na região.

Chico entende que tem direito de pescar na área, formou um acordo com os Parakanã para transportar o peixe e trouxe pescadores que são seus filhos. No entendimento de Chico, ele tem direito de voltar para sua terra por dois motivos: alega que foi enganado, e que não recebeu o valor real pela terra.

“Eu nasci lá, me criei lá, quando chegaram na minha casa disseram que a terra não era minha, aí eu fui para São Felix do Xingu, e um homem com um 38 na cintura já disse que tinha comprado de um parente meu. Eu fui enrolado, só me sobrou dinheiro para eu comprar uma casa e um barco (Francisco Dias da Costa, 2009, atualmente morando em São Felix do Xingu)”.

Seu Francisco animou-se pelo retorno à área para morar logo depois do anúncio da criação da reserva extrativista e dos benefícios que ela pode gerar para população que reside no local.

Seu Elinor Ferreira Viana, com 75 anos, nascido na localidade Flor do Ouro, acima de São Felix do Xingu, cresceu e se criou na ponta da Ilha do Belo Horizonte, onde havia uma vila com mais de 50 casas. Deixou a região por causa da violência fomentada pela presença de pistoleiros ligados aos fazendeiros e grileiros de terra. Seu Elinor busca o retorno à área pela promessa da assistência do governo após a criação da RESEX. Aposentado como soldado da seringa, retornou à localidade Morro do Félix vislumbrando a possibilidade de ter um pedaço de chão para seus filhos, que estão na cidade. Segundo ele, nunca trabalhou com peixe, e tem vontade de retomar os trabalhos da roça. Hoje morando com Seu Edmilson José Viana, outro aposentado com os benefícios da seringa, estão produzindo arroz.

No processo de criação da RESEX, Herculano Costa e Silva e Lauro Freitas Lopes estiveram por várias vezes em Brasília pedindo agilidade. Apoiados pelas ONGs ISA, WWF, FVPP e CPT foram buscar das autoridades que poderiam acelerar o processo de criação.

Herculano, morador da Localidade Morro Grande, foi um dos expulsos da terra. Lembra Herculano que, quando estava limpando uma plantação de cacau feita pelo seu pai no dia 10 de agosto de 2001, ouviu a chegada de uma embarcação no seu porto, e ao sair em direção ao porto foi abordado por vários homens armados de pistolas e escopetas.

“Eu nunca tinha visto aquilo lá no Xingu, os homens chegaram apontaram as armas e mandaram eu sair. Disseram que iriam mais em cima e depois iam voltar, se eu estivesse lá eles iam dar conta de mim. Disseram que tinham documento da terra. Ai eu olhei prá trás, vi tudo que meu pai tinha plantando e arrumei as coisas e fui embora nem quis esperar a volta. (Herculano Costa e Silva, 42 anos, morador da localidade Morro Grande)”.

A localidade da família de Herculano foi ocupada pela Fazenda do Bento, registrada em nome de Iraci dos Santos Pereira. Herculano, ao chegar à Altamira procurou por várias vezes as autoridades, registrou denúncia na delegacia, mas nunca tinha sido atendido completamente em seu pleito.

“Eu corri muito, fui na delegacia, falei com os conhecidos e ninguém resolveu o meu problema. Eu achava que ia desistir mais eu sempre tive força graças a Deus. Eu sempre pensei que um dia eu ia voltar no Morro Grande. (Herculano Costa e Silva, 42 anos)”.

No ano seguinte (em 2002), Herculano recorreu à Comissão Pastoral da Terra e ao Movimento de Mulheres, encontrou também a Fundação Viver Produzir e Preservar, que estava planejando com o Instituto Socioambiental e a instituição internacional Environmental Defense, um projeto com apoio financeiro da Gordon and Betty Moore Foundation, para apoiar a criação e a implementação das unidades de conservação na Terra do Meio.

A Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica foi convidada para fazer parceria neste projeto, ficando com a atribuição de sensibilizar as comunidades e famílias da terra do meio através de visitas e reuniões sobre a criação das unidades de conservação. O projeto entrou em execução no ano de 2004.

Herculano, neste período, é o principal informante da região que relatava a violência que estava ocorrendo no Xingu. E com esse papel liderou as ações pela criação da reserva extrativista com apoio das ONGs locais e internacionais. Como uma pessoa destaque,

encontrou apoio entre os ribeirinhos, mas também teve dificuldades com outras famílias que não apoiavam a criação da RESEX.

No dia 7 de janeiro de 2008, na localidade Morro Grande, Herculano foi abordado por 03 ribeirinhos contrários à criação da RESEX. Neste evento houve agressões físicas e ameaças diretas à vida de Herculano Costa.

Segundo Herculano, tais ribeirinhos tinham relações com os fazendeiros locais e também realizavam atividades de pesca na região, e com a RESEX tais atividades seriam reguladas, e no caso das fazendas, seriam destruídas.

O processo de criação foi constituído oficialmente dentro do Centro Nacional de Populações Tradicionais em 08 de novembro de 2004, solicitando a criação de uma reserva de desenvolvimento sustentável, e passou a receber apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Fig. 8). Este programa foi instituído para mostrar o interesse do Brasil com o compromisso dos países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

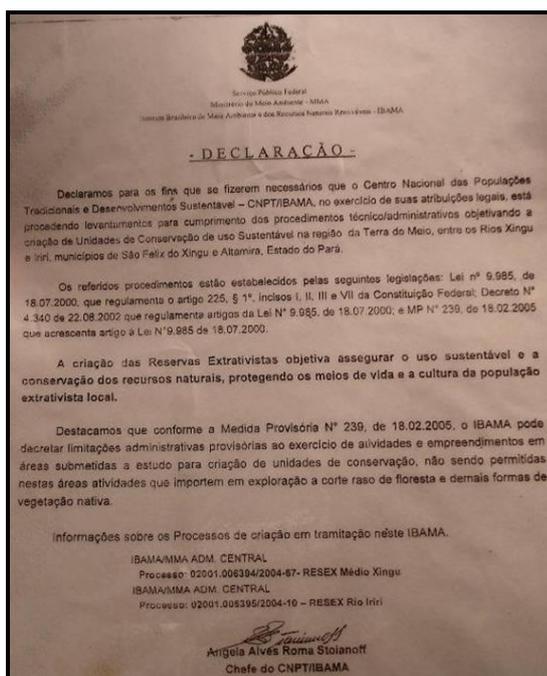


Figura 8 - Declaração enviada pelo IBAMA aos moradores da região do médio Xingu mostrando que havia um procedimento aberto para a criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu.

Fonte: CNPT/IBAMA

O Programa de Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA criado pelo Governo Federal, uma previsão de investimento para dez anos na área de conservação, foi programado para criar, expandir, consolidar e manter uma rede de unidades de conservação da Amazônia.

O ARPA, busca identificar áreas que sejam mais importantes para representar amostras da diversidade da biodiversidade ecológica da amazônica, promovendo a criação e consolidação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável. Outro objetivo do programa é desenvolver estratégias financeiras que possam garantir as atividades no interior das unidades de conservação em longo prazo. O ARPA, também busca dar apoio ao desenvolvimento das comunidades locais, e é uma parceria entre o MMA, o IBAMA, governos estaduais e municipais da Amazônia, o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), o Banco Mundial, o KfW (banco de cooperação do governo da Alemanha), a GTZ (agência de cooperação da Alemanha), o WWF-Brasil, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), e organizações da sociedade civil.

O programa ARPA criou condições financeiras e logísticas com apoio de várias instituições internacionais para estabelecer um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica. Segundo o ARPA (2008) será necessário levantar um investimento de US\$ 390 milhões ao longo de 10 anos, o que inclui recursos diretos na fase de implantação das áreas e fundos adicionais para a sua manutenção posterior.

A coordenação do ARPA hoje é atrelada ao Ministério do Meio Ambiente e executada pelo ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, podendo haver atividades conjuntas com os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente da Amazônia que queiram contribuir com o programa. Os recursos do ARPA são administrados por uma ONG denominada Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Tais recursos são acessados por servidores públicos lotados nas unidades de conservação, através de contas bancárias específicas do ARPA e mantidas pelo FUNBIO.

O ARPA a cada ano estabelece metas para garantir os aportes financeiros das instituições parceiras em busca de concretizar proteção às áreas de prioridade para conservação na Amazônia,

Nos 50 milhões de hectares de floresta preservada, estão incluídos 41 milhões de hectares de unidades de conservação de proteção integral – sendo 28,5 milhões de novas áreas e 12,5 milhões de áreas pré-existentes. Essas unidades pertencem a três categorias: parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas. Estão previstos ainda 9 milhões de hectares de unidades de conservação de uso sustentável, divididas em reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável (PINTO, 2009).

O apoio do ARPA foi fundamental na criação da Reserva Extrativista do Rio Xingu. O processo orientado pelo CNPT teve um financiamento aportado pelo ARPA em 2005, através do Projeto 0102229, no valor de R\$323.840,00 reais, para as atividades de apoio à criação. Além deste valor havia ações do mosaico na Terra do Meio que apoiavam as atividades nas áreas das RESEXs.

Tabela 2 - Mosaico da Terra do Meio- Orçamento previsto no programa ARPA para ações integradas a ESEC Terra do Meio, PARNA Serra do Pardo, a RESEX Riozinho do Anfrísio, e as futuras RESEXs Iriri e Médio Xingu.

Região	Destinação	Valor (R\$)
	Integração com Entorno e Participação Comunitária Operacionalização	440.120,00
		41.160,00
Mosaico da Terra do Meio	Proteção e manejo	424.60,00
	Total	905.880,00

Fonte: FUNBIO, 2005

Ou seja, além do valor atribuído ao processo de criação das RESEXs, ainda havia um suporte de segurança orçamentária de R\$905.880,00 reais que poderia ser manobrado para ações de apoio para a criação.

4.4 AS PRIMEIRAS RESERVAS EXTRATIVISTAS CRIADAS NA TERRA DO MEIO

No ano de 2004, o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), órgão ligado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), definiu como prioridade a criação de duas unidades de conservação na região oeste do Pará: as reservas extrativistas Riozinho do Anfrísio e Verde Para Sempre.

A Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, localizada no Município de Altamira, tinha a proposta original de 10 quilômetros ao longo das margens do Riozinho do Anfrísio. Na proposição feita pelo (ISA, 2003), Riozinho do Anfrísio ficaria com 280.514 ha (duzentos e oitenta mil quinhentos e quatorze hectares). Os moradores do Riozinho do Anfrísio perceberam

que no projeto do Instituto Socioambiental, os principais castanhais e zonas de coleta de andiroba e copaíba ficaram fora da área da RESEX proposta (Tab. 4).

Tabela 3 - Unidades de conservação propostas e criadas para a formação do Complexo de Unidades de Conservação da Terra do Meio e suas respectivas áreas.

Unidades de Conservação	Área Proposta (ha)	Área Decretada (ha)
Estação Ecológica da Terra do Meio	2.922.701,00	3.114.871,00
Parque Nacional da Serra do Pardo	726.199,00	447.733,18
Reserva Extrativista do Anfrísio	280.514,00	742.214,85
Reserva Extrativista do Curuá/Iriri*	1.432.648,00	398.938,00
Reserva Extrativista do Xingu	259.254,00	303.841,00
Floresta Nacional de Altamira	341.842,85	341.842,85
Floresta Nacional do Rio Anfrísio	246.785,26	0
Área de Proteção Ambiental São Félix do Xingu	1.345.170,00	1.679.281,00
Total	7.555.114,11	7.028.721,88

* A Reserva Extrativista do Curuá/Iriri foi decretada como RESEX do Iriri.

Fonte: ISA, 2003; ICMBio, 2009

Ao refazer o mapa, por solicitação do CNPT, aplicando as observações dos moradores do Riozinho do Anfrísio, foi justificado ao órgão que tal área não significaria a totalidade do uso feito pelas famílias ribeirinhas moradoras e usuárias daquela região. Na nova edição da área da RESEX do Riozinho levou-se em consideração: os divisores de água; a limitação com a Floresta Nacional de Altamira (FLONA Altamira), com a Terra Indígena Cachoeira Seca/Iriri e com a Terra Indígena Xipaia e; as áreas de exploração de copaíba, castanha e andiroba (Fig. 9).

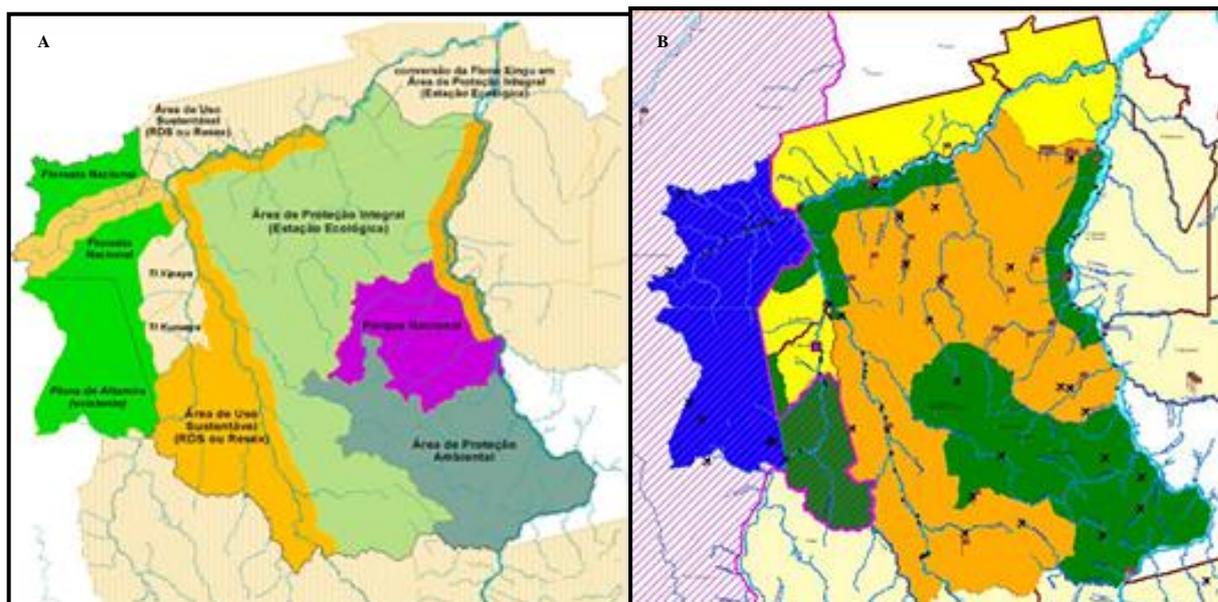


Figura 9 - Complexo de Unidades de Conservação da Terra do Meio. A - Unidades de Conservação propostas; B - Unidades de Conservação decretadas.
Fonte: ISA, 2008.

Em oito de novembro de 2004, o Governo Federal decreta a criação da reserva extrativista com 736.340 ha (setecentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta hectares), ou seja, 62% maior que a proposta inicial apresentada pelo (ISA,2003). A destinação ambiental e fundiária realizada pelo Governo Federal decretou, na mesma data, a criação da Reserva Extrativista Verde Para Sempre com 1.288.717 ha (Um milhão, duzentos e oitenta mil e setecentos e dezessete hectares), localizada em Porto de Moz no Estado do Pará.

Com a criação das reservas extrativistas do Riozinho do Anfrísio e Verde Para Sempre, o anúncio do Governo Brasileiro da possibilidade de criar novas unidades de conservação na Terra do Meio acarretou no aumento das ameaças de morte aos dirigentes, religiosos e ativistas das organizações sociais. Tais pessoas defendiam a destinação de terras para conservação ou para o uso planejado, como por exemplo, os projetos de assentamentos especiais.

No processo de criação das unidades de conservação na Terra do Meio, em 2005, ocorre a criação da Estação Ecológica da Terra do Meio e do Parque Nacional da Serra do Pardo³². As duas unidades citadas acima são de categoria de proteção integral, e juntas somam um total de 3.818.503 hectares (três milhões, oitocentos e dezoito mil e quinhentos e três hectares) localizados nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu no Estado do Pará.

³² Os decretos de criação do Parque Nacional da Serra do Pardo e da Estação Ecológica da Terra do Meio foram publicados em 17 de fevereiro de 2005.

O momento da criação coincidiu com o assassinato da Irmã Dorothy, mas o Ministério do Meio Ambiente informou que tais medidas já tinham sido planejadas e que não antecipou o ato de criação das unidades de conservação motivado pelo crime.

A criação repentina das unidades, sem observar as orientações apresentadas pelo estudo do Instituto Socioambiental e as recomendações do Conselho Nacional de Populações Tradicionais, gerou complicação para vida dos moradores do Iriri e do Xingu. Os ribeirinhos e usuários das regiões onde foram decretadas as unidades ficaram proibidos de acessarem os castanhais. Tais grupos passaram a ser fiscalizados constantemente pelos fiscais do ICMBIO, Polícia Militar e do IBAMA.

Com o abandono dos seringais, a redução da assistência de saúde, a chegada de grileiros na região, muitas famílias foram morar nas cidades próximas como Altamira e São Felix do Xingu, mas, guardaram o direito de explorar seus castanhais, suas zonas de pescas e de coleta. Vou chamar este grupo de usuários, pois os mesmo usam essa área de forma sazonal, e não estabeleceram locais de morada e sim de uso. Um exemplo do reconhecimento do direito deste grupo são as nomeações de castanhais dados pelos moradores.

Com a criação do Parque Nacional da Serra do Pardo, ficou no seu interior a vila de São Sebastião, fundada na década de 1930, contando hoje com 11 famílias. Na área da Estação Ecológica da Terra do Meio ficaram 33 famílias ribeirinhas do lado do rio Iriri e 02 famílias no rio Xingu. Essas duas unidades não permitem a presença de ocupação humana. (Silva, 2005). Tal observação irá mostrar que uma base de conhecimento sobre as áreas de uso das populações tradicionais poderia ter levado à não existência desse problema.

Em 05 de junho de 2006, o Governo decreta a criação da Reserva Extrativista do Rio Iriri com 398.938 hectares (trezentos e noventa e oito mil novecentos e trinta e oito hectares). Podemos considerar que as áreas das RESEXs do Iriri e do Xingu são sobras de terra dos limites da Estação Ecológica da Terra do Meio, do Parque Nacional da Serra do Pardo e das terras indígenas. Somente a RESEX do Riozinho do Anfrísio não seguiu essa condição. Houve tempo hábil para os moradores manifestarem suas preocupações no processo administrativo que orientava a criação e estabelecerem novos limites da área da RESEX.

4.5 A POSIÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO XINGU

Dentre as organizações envolvidas no processo de criação vamos encontrar definidas em grupos as seguintes organizações: ISA, CPT e FVPP, apoiadas pela ONG internacional do ED, subsidiada pela Fundação Moore, o WWF com contribuição de fundos próprios, e o IBAMA através do CNPT que logo depois foi substituído pelo ICMBio.

O ISA, presente na região, veio através do CEDI, que teve sua criação motivada pelo lançamento do Plano de Integração Nacional pelo governo brasileiro, isso motivou um grupo de antropólogos e militantes indigenistas a analisarem os impactos da implantação de projetos econômicos e estradas na Amazônia sobre os territórios de povos indígenas ainda isolados da sociedade nacional. Este grupo acabou formando o quadro do CEDI na década de 1980.

O ISA é uma ONG que foi gerada a partir da união do programa Povos Indígenas no Brasil e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Além do acervo do CEDI, o ISA também recebe em sua estrutura o Núcleo de Direitos Indígenas. O ISA surge em 1994, recebendo do CEDI vários documentos, informações, projetos e publicações. Uma das áreas em que o CEDI atuou foi na região do Xingu, chegando a demarcar no fim de 1994 a terra indígena Araweté do Igarapé Ipixuna. A demarcação da área dos Araweté foi balizada em um convênio estabelecido entre a FUNAI e o CEDI.

Alguns membros do ISA ocuparam cargos de relevância na pasta ambiental e indígena no Governo Federal, entre eles João Paulo Capobianco, biólogo e ambientalista, que esteve presente no cargo de Secretário Executivo do Ministério de Meio Ambiente durante cinco anos, ficando no cargo de 2003 até maio de 2008. Por sua pasta passou os processos de criação das unidades de conservação da Terra do Meio, sendo elas: Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio, Parque Nacional da Serra do Pardo, Estação Ecológica da Terra do Meio e a Reserva Extrativista do Iriri.

Na articulação para a criação das unidades de conservação da Terra do Meio, o ISA teve um papel importante, sendo a instituição que realizava as negociações junto aos Ministérios de Meio Ambiente, Justiça, Saúde e Casa Civil e junto ao Ministério Público, apresentando a importância da necessidade de criação das unidades de conservação, a proteção da integridade física das famílias ribeirinhas e a necessidade urgente de fiscalização para o combate ao desmatamento ilegal nessa região.

O ISA passou a ser neste processo a instituição localizada em Brasília que repassava aos ministérios as informações, documentos e análises sobre o que vinha ocorrendo na região. No site³³ do ISA na rede mundial de computadores eram registrados, através de matérias jornalísticas, todos os passos dados para a criação das unidades de conservação.

Com a influência do ISA junto ao poder central, podemos afirmar que foi acelerado o processo de criação das unidades de conservação da Terra do Meio. A articulação política e as interveniências do ISA tiveram mais importância no processo do que os ribeirinhos ou as outras ONGs locais.

A articulação entre Altamira e Brasília foi realizada pela Fundação Viver Produzir e Preservar no papel de orientar as ações locais e regionais para construção das unidades de conservação. A Fundação foi a institucionalização jurídica do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica. O Movimento não possuía uma figura jurídica que pudesse firmar convênio, acordo de cooperação técnica ou receber recursos internacionais para garantir projetos experimentais voltados para agricultura familiar na região.

A FVPP, fundada em 1991, com um forte alicerce nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica e nos sindicatos de trabalhadores rurais não conseguiu envolver em suas atividades os grupos de educadores urbanos que possuíam fortes ligações com grupos políticos, ligados às organizações políticas de Belém. Mas, toda a base do MPST mantinha firme conexão com os movimentos políticos de Santarém, conhecidos como “corrente santarena” que reforçaram a FVPP através da filiação de instituições que estavam ligadas ao MPST.

A iniciativa de fomentar a organização de um movimento regional foi motivada pelo abandono do projeto de colonização disposto ao longo da Transamazônica. O governo brasileiro não dava sinais de que garantiria a recuperação da estrada, nem a mobilização de créditos agrícolas, nem assistência à saúde e educação. Outro vetor de união era a questão da energia nos assentamentos e nas cidades pólos.

A chegada das madeiras vindas da região sul do Pará abriram estradas no sentido norte – sul ao longo da transamazônica e passaram a chamar a atenção para o tema de regularização fundiária, pois os futuros espaços de ocupação da agricultura familiar começavam ser ameaçados pela grilagem de terras públicas e exploração ilegal de madeira.

Boa parte da exploração de madeira era feita no município de Porto de Moz, que se limita com vários outros municípios no eixo norte da rodovia Transamazônica.

Salgado (2003) lembra que:

33 www.socioambiental.org.br

Durante a década de 1990, várias empresas (algumas provenientes de Paragominas) começaram a explorar áreas bastante extensas de floresta. Em 1996, foi estimado um volume madeira explorado total de 397.000 m³, sendo que 88% deste volume saíam do município em toras e apenas 12% eram beneficiados localmente. (Salgado, 2003, p.223).

Para moldar o discurso de agricultores do sul, assentados na região da Amazônia e organizados no MPST, com as falas socioambientais recursivas vindas de várias ONGs ambientalistas e de financiadores internacionais sobre a conservação da Amazônia, foi necessário refletir sobre a criação de áreas de preservação ao longo da rodovia. Os chamados “pulmões da transamazônica” batizados pelos representantes do MPST indicavam três grandes áreas de preservação na década de 1990 (Fig. 10).

O discurso ambientalista assumido pelos movimentos de trabalhadores rurais na região da Transamazônica também teve outro motivo: a aproximação com a mobilização indígena existente na região que apresentava uma forte relação com os grupos ambientalistas internacionais. O marco para este novo momento foi a realização do encontro dos povos indígenas em fevereiro de 1989 na cidade de Altamira – Estado do Pará. Souza (2006) ainda acrescenta outro fato que influenciou na amolda do discurso ambientalista das organizações de agricultores na Transamazônica.

Outro fato de repercussão internacional influenciaria nos rumos das preocupações ambientais das organizações dos Agricultores da Transamazônica: o assassinato do líder dos seringueiros do Acre, Chico Mendes, ocorrida no dia 22 de dezembro de 1988. Após sua morte, Chico Mendes, ficou mundialmente conhecido e teve seus princípios de preservação dos recursos naturais e respeito às populações tradicionais ainda mais difundidos, chegando aos agricultores da Transamazônica (SOUZA, 2006. p. 63).



Figura 10 - Áreas propostas pelo MPST para a criação de reservas florestais.
 Fonte: Arquivos da Fundação Viver Produzir Preservar/Altamira - Pará

O MPST, após ter apresentado ao Governo Brasileiro várias políticas para fomentar a agricultura familiar na região passa em 1998 a se chamar Movimento pelo Desenvolvimento na Transamazônica e Xingu – MDTX. A mudança foi para garantir outra filosofia de buscar alternativas de produção para região. O site da FVPP informa que:

A FVPP congrega 113 organizações filiadas ao longo dos municípios da Rodovia Transamazônica e do Rio Xingu, em 19 municípios do Oeste Paraense. Participa ativamente dos esforços por uma BR-163 Sustentável, que envolve todos os municípios do Oeste do Pará. A FVPP exerce parcerias estratégicas com organismos governamentais e não-governamentais estaduais e federais na implementação de políticas de educação, juventude, assistência técnica, crédito agrícola, economia florestal e pesqueira (FVPP, 2009).

Ao assumir o discurso ambientalista e socioambientalista na região da Transamazônica, a FVPP apresenta ao Governo Brasileiro a proposta de conservação de três grandes áreas na região, como parte do processo de regularização fundiária e ambiental, sendo elas a região da Terra do Meio, a região de Breves, no norte dos municípios de Anapú e Pacajá, e o norte dos municípios de Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará, onde hoje encontramos as reservas extrativistas Verde Para Sempre e Renascer.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT – surge com uma forte orientação contra a imponência do capital na Amazônia que agredia os direitos e usurpava as terras de grupos

como os posseiros, os índios e os migrantes. A CPT, em plena ditadura militar, defendeu os trabalhadores rurais contra as atrocidades cometidas pelo regime autoritário que controlava o país naquele período. A CPT abrigou-se no interior da Igreja Católica como forma de garantir seus trabalhos durante o regime. Foi na Amazônia que a CPT realizou seus primeiros trabalhos, voltados para acompanhar a organização de grupos de posseiros.

Terra garantida ou conquistada, o desafio era o de nela sobreviver. Por isso, a Agricultura Familiar mereceu um destaque especial no trabalho da entidade, tanto na organização da produção, quanto da comercialização. A CPT junto com seus parceiros foi descobrindo que esta produção precisava ser saudável, que o meio ambiente tinha que ser respeitado, que a água é um bem finito. As atenções, então, se voltaram para a ecologia (CPT, 2009).

A Comissão Pastoral da Terra da Prelazia do Xingu foi a instituição que, em conjunto com a FVPP, trabalhou na mobilização das famílias ribeirinhas para a criação das unidades. A CPT, um organismo da Igreja Católica no Brasil, teve seu nascimento na década 1970, após um encontro de agentes de pastorais que atuavam na Amazônia. Tal encontro foi organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e foi sediado Goiânia – Estado de Goiás.

No Xingu, a CPT foi organismo presente na Igreja Católica, e passou a organizar os trabalhadores em grupos para disputar o processo eleitoral com objetivo de ocupar os cargos de direção dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Com a expertise de trabalhar com organização e mobilização de grupos de agricultores, a CPT fez parte do grupo formado entre o ISA e FVPP, de forma a sensibilizar as populações locais da Terra do Meio, objetivando a criação das unidades de conservação. A CPT foi a referência de algumas pessoas de destaque no processo de criação, principalmente das reservas extrativistas do Riozinho do Anfrísio, do Iriri, da Verde Para Sempre e do Rio Xingu.

A Comissão recebia, anotava e encaminhava as denúncias de violência contra as populações tradicionais existentes na região. Uma das formas utilizadas pela CPT para alertar a sociedade do nível de violência que vinha ocorrendo na Terra do Meio era pelos veículos de comunicação social (Fig. 11). A segunda forma era encaminhar as denúncias colhidas ao Ministério Público Federal, solicitando pedido de providências e proteção às populações ribeirinhas ameaçadas.

The image shows a screenshot of the website for the Comissão Pastoral da Terra (CPT) Nacional. At the top, there is a header with the CPT logo and a newsletter sign-up form. Below the header is a navigation menu with links for 'CONFLITOS NO CAMPO', 'CAMPANHAS', 'NOTÍCIAS', and 'FALE CONOSCO'. The date 'Sexta-feira, 03 de Julho de 2009' is displayed. A large banner image shows a man carrying a wooden pole over his shoulder. To the right is a vertical sidebar menu with categories like 'Quem Somos', 'Estrutura da CPT', and 'Eixos de Ação'. The main content area features a news article titled '01/04/2008 - 09:38 - Líderes comunitários são ameaçados na Terra do Meio'. The article text describes the threats faced by Herculano da Costa Silva and Lauro Freitas Lopes and mentions the intervention of the Special Secretariat of Human Rights. At the bottom of the article, it says 'Inserida por: Administrador - enviar para amigo' and 'fonte: Correio Braziliense'.

Figura 11 - Site da CPT, com divulgação mundial, denunciando as ameaças de morte sofrida por Herculano Costa e Silva.

Fonte: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2008

Além da ação de expor a situação de violência instalada na Terra do Meio, a CPT também realizou visitas às famílias de ribeirinhos, informando sobre a criação da reserva extrativista, que poderia ser uma forma de garantir a terra e a subsistência dessas famílias na região. Após as visitas a CPT apoiou as iniciativas do CNPT em construir a proposta de reserva extrativista na região do oeste do Pará, mais precisamente na Terra do Meio. Segundo comenta Herculano Costa e Silva:

“A CPT foi a primeira casa que eu fui recebido, lá encontrei apoio e consegui fazer o que eu queria, que era lutar para eu voltar prá minha terra, lá onde meu pai deixou prá mim e para minha família, eu sai de lá expulso, e vou lutar para eu voltar. Depois da CPT veio a FVPP, ela me ajudou, depois veio o ISA que me deu o barco, e assim foi até criar a RESEX (Herculano Costa e Silva, 2008)”.

No campo internacional, mais precisamente nos Estados Unidos da América, a instituição Environmental Defence fazia o papel de angariar recursos para manutenção das atividades das instituições que atuavam na Terra do Meio. Os recursos levantados pela Defence

deram condições para reuniões de ONGs e órgãos do governo que passaram a funcionar em sistema de rede, com uma reunião presencial por ano. O objetivo da rede era conciliar as ações para melhorar as intervenções realizadas pelos órgãos de governo e pelas ONGs e seus projetos.

A rede Terra do Meio envolveu todas as entidades e órgãos do governo que de alguma forma tinham ações neste território. As primeiras instituições foram a CPT, FVPP, ISA e ED, por força das ações de financiamento do ARPA. O WWF foi a próxima instituição a compor a rede. As outras instituições como Movimento de Mulheres e o CIMI passaram a participar da rede. Esta foi organizada no ano de 2006, funcionando além de uma reunião presencial, com discussões pela rede mundial de computadores. O ISA foi a instituição responsável por organizar a logística para garantir a troca de informações sobre a Terra do Meio entre os grupos, pesquisadores e agentes do governo com alguma atuação na Terra do Meio ou capazes de tomar decisões que influenciem as ações na região.

Em 2008, a rede já estava com a participação do FVPP, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, IBAMA, ISA, WWF, Laboratório Agroecológico da Transamazônica - LAET, Groupe de Recherche et Échanges Technologiques - GRET, Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu - ADAFAX, Instituto de Pesquisa Ambientais da Amazônia - IPAM, ED, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira - STTR Altamira, Ministério Público Federal - MPF, Associação de moradores da RESEX do Rio Iriri, Associação de Moradores da RESEX do Riozinho do Anfrísio, Associação de Moradores do Xingu, Associação de Moradores da APA do Triunfo, Pesquisadores da Universidade da Florida e Universidade Federal do Acre.

Em 2009, a rede contava com inclusão das seguintes instituições: ICMBio, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Universidade Federal do Pará - UFPA, *The Nature Conservancy* - TNC, Associação de Moradores da Área de Preservação Permanente do Triunfo - APA do Triunfo, Moradores do Ramal do Leão – Estrada da Canopus, Moradores ribeirinhos do Rio Iriri na Estação Ecológica da Terra do Meio - ESEC Terra do Meio.

A rede realizou ações para a criação da RESEX do Rio Xingu através de cartas, correios eletrônicos e divulgação das notícias sobre a situação da área da RESEX, mas a discussão e o planejamento acabaram embasando as diversas ações de governo voltadas para as famílias ribeirinhas na Terra do Meio, incluindo a região do Rio Xingu. Dentre elas foi usar recursos do ARPA, um programa definitivamente voltado para conservação da biodiversidade, em ações de saúde e emissão de documentos pessoais como certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho e título de eleitor.

No Planejamento Orçamentário Anual de 2005 do ARPA, foi inserida uma atividade com objetivo de instruir o procedimento administrativo para a criação da Reserva Extrativista do Rio Xingu, mas garantia os objetivos específicos de: Cadastrar as famílias residentes ao longo do Rio Xingu na área proposta para a criação da RESEX e comunidades tradicionais residentes no interior da UC ESEC Terra do Meio e do Parque Nacional da Serra do Pardo; complementar o estudo sócio-econômico para a criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu; levantar e avaliar as benfeitorias das famílias tradicionais residentes no interior da UC ESEC Terra do Meio e do Parque Nacional da Serra do Pardo; apoiar logística para atendimento emergencial de saúde e ações de cidadania para emissão de documentos pessoais aos moradores da região do Rio Xingu (ARPA, 2005)

Importante citar que as ações de saúde e de emissão de documentos não fazem parte da pasta de financiamento do ARPA, mas a justificativa da situação de abandono das comunidades ribeirinhas da região acabou convencendo os financiadores a realizarem essa atividade. O processo de participação dos ribeirinhos na criação da RESEX se deu de duas formas: i) o envio de denúncias sobre as ameaças dos grileiros e dos fazendeiros que passaram a destruir áreas de castanhais ou a demarcar suas terras e; ii) participação de pessoas destaques em reuniões em Altamira, Belém e Brasília, no caso alguns ribeirinhos da região.

Outro grupo que buscava a criação da RESEX era os ribeirinhos, a preocupação deste grupo era garantir seu direito sobre a terra ou suas áreas de uso e “a firma” (CR Almeida) era uma ameaça constante a tais objetivos.

Não havia nenhuma organização social formal de base como uma associação de moradores ou um sindicato, a organização sempre foi familiar, os grupos de vizinhos e os grupos de parentes. Isso favoreceu que alguns indivíduos buscassem articulações com instituições de apoio à defesa dos direitos humanos, neste caso a Comissão Pastoral da Terra e a Fundação Viver Produzir e Preservar.

A carta enviada por Lauro Freitas Costa, em 10 de Junho de 2006, relata o medo com a ação dos grileiros que passaram a demarcar sua área de coleta, Lauro pede a intervenção do IBAMA para proteger sua área (Fig. 12).

Herculano Costa e Silva, Francisco Chagas Dias (Chiquito) e Lauro Freitas Costa foram os primeiros a buscarem apoio de instituições para garantir seu pedaço de terra. Ao saber sobre a proposta de reservas extrativistas elaborada pelas ONGs, logo entenderam que poderia ser uma forma de garantir seus direitos sobre a terra.

Herculano e Francisco Chagas, em 2005, acompanharam a primeira missão de reconhecimento da área para construção da proposta de criação da RESEX, realizada de 09 a

24 de janeiro de 2005. Tal missão foi apoiada pelo ARPA e contou em sua primeira fase com a presença de representantes do WWF (SILVA, 2005).

Dessa missão foi construído o filme “Terra do Meio: fronteira do medo no sul da Amazônia, 2005”, produzido por Ana Cíntia Guazzelli e Robson Maia. Herculano e Francisco foram importantes protagonistas do filme que foi baseado na violência a que foram submetidas as famílias ribeirinhas durante o processo de grilagem. Este documentário acabou sendo exibido em vários locais, inclusive em uma sessão especial no Senado Federal, realizada em 22.02.2005, na qual foram ouvidos Dom Erwin Krautler - Bispo da Prelazia do Xingu em Altamira/PA, Dr. Manoel Santino Nascimento Júnior - Secretário Especial de Defesa Social do Estado do Pará, Desembargador Gercino José da Silva Filho - Ouvidor Agrário Nacional do INCRA e Dr. Felício Pontes - Procurador da Republica no Estado do Pará.

10-6-006 - ilha de co co morro grande
Kozix na terra do meio no Xingu
Salda são
Tarcizio eu to te escrevo sopra
te pedis quise e faca alguma coisa
promin por que eu não tenho
trias posti e nem comunicação comigue
Tarcizio eu to ilhado por que si eu tovisi
Radio eu gatinha lipa o tudo qui
ta acantileno pos o pessoal da ~~terra~~
Serra Almuda ta certano picada
empreitada minha casa eu não posso
fezer nada porisso eu to preso da no
ibama e ali pra to junto mandar
tirar as pessoas daqui pra fora por não
e gente de otro lugar não e mesmo
da Serra Almuda siza o Daniel
por que souis du ibama e qui po di
dar jeito nisso eu so não posso e
ficar asin comendo a ti di sair di casa
Tarcizio eu to preso o Radio por que
asin não tem jeito por que eu não
to menting não to falando a verdade di
por favor para que to peding vao no
ibama pra qui eli po sa fazeisso pro nos

So do seu Amigo Lauro Freitas Kper.

Figura 12 – Carta escrita pelo senhor Lauro Freitas, morador do Morro Grande, no Médio Xingu, e enviada a Tarcísio Feitosa da Silva informando a invasão de sua terra por grileiros. Fonte: Arquivo Pessoal

As denúncias formuladas pelos ribeirinhos fizeram com que o governo brasileiro passasse a dar prioridade na criação da Reserva Extrativistas do Rio Xingu. Somente as pessoas destaques como Herculano, Lauro e Francisco conseguiam acompanhar o processo de criação. As outras famílias não tiveram acesso às informações por dois motivos, segundo Herculano Costa: o isolamento e a falta de comunicação na área.

Para conseguir uma representação dos moradores do médio Xingu, Herculano buscou apoio da Fundação Viver Produzir Preservar que acabou patrocinando a criação de uma associação de moradores. No entanto, sua liderança é questionada por alguns moradores que não aceitam sua forma de trabalhar e em virtude de ter deixado seu local de morada e ter ido morar na cidade de Altamira.

Esses questionamentos podem ter sido gerados pelo uso que Herculano faz da embarcação. Como não recebe nenhum provimento para manter sua família, da associação como presidente, em alguns momentos usa a embarcação doada para a associação em favor de seu sustento, através da pesca e transporte de farinha até a cidade de Altamira.

Marinez Lopes de Sousa (43 anos), moradora da região do Baliza, questiona o uso do barco da comunidade, dizendo que poucas vezes fez uso do mesmo, e que dificilmente o barco para no seu porto: “Herculano nunca encosta aqui, ele sempre passa lá longe no canal, eu não sei o que ele tem contra a gente, o barco parece que é dele e não serve prá comunidade”.

Marinez é casada com o Senhor Lindolfo Silva de Oliveira Filho, que se estabeleceu na região após trabalhar para “a firma”. Instalou-se como agricultor entre os anos de 2002 – 2005 e agora produz farinha para vender em Altamira e para os índios.

Hoje Marinez e Lindolfo são considerados moradores da área pelos seus vizinhos. Antes não defendiam a criação da RESEX e atualmente estão profundamente envolvidos na construção do conselho deliberativo que teve suas primeiras reuniões realizadas neste ano.

A participação dos ribeirinhos no processo de criação não foi muito efetiva. Muitas ações foram realizadas pelas ONGs e órgãos do governo que queriam destinar a última sobra de terra localizada entre as terras indígenas, o parque nacional e a estação ecológica para a criação da reserva extrativista do rio Xingu. O único entendimento dos ribeirinhos era a garantia de suas terras, áreas de pesca e áreas de coleta de castanha.

A Reserva Extrativista do Xingu acabou sendo criada em 05 de junho de 2008 pelo ato presidencial. Ficando localizada na porção sul do município de Altamira no Estado do Pará, foi a última peça criada do complexo de unidades de conservação na região da Terra do Meio (Fig. 13). Com uma área de 303.841,4 hectares, teve seu processo administrativo constituído no Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) no mesmo período em que o

governo federal apresentava ao setor elétrico a construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte. A criação da RESEX garantiu pelo menos a proteção da integridade física das populações ribeirinhas moradoras e usuárias da região do Xingu.

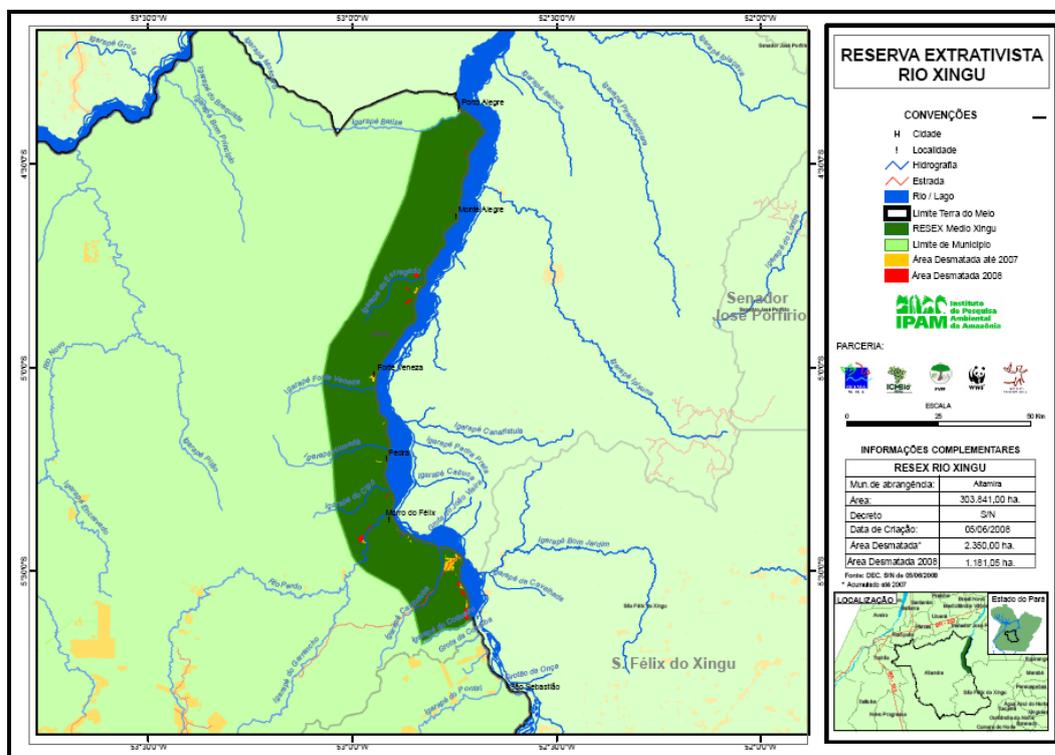


Figura 13 - Área da reserva extrativista do rio Xingu, a última unidade de conservação criada que forma o Complexo de Unidades de Conservação da Terra do Meio.

Fonte: IPAM, 2009.

5 ACORDOS PRELIMINARES E ENTRAVES PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE MANEJO

A construção de acordos para formação dos planos de manejo das unidades de conservação deve obedecer a legislação existente, uma base de conhecimento, e um diálogo profundo com os moradores e usuários de uma unidade de conservação de uso sustentável. Neste contexto, abaixo vamos analisar esta edificação do plano de manejo e tudo o que pode lhe servir de base.

5.1 O QUE QUER A LEI E O QUE PODE SER FEITO

A base legal para construção das unidades de conservação ainda vem sendo construída no Brasil. Para entender as diversas categorias de unidades de conservação, vamos analisar no texto abaixo quais as principais diferenças entre as unidades de uso sustentável e de proteção integral, e após isso, teceremos uma análise sobre a construção dos planos de manejo e os subsídios existentes até hoje.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação construiu dois blocos de áreas, sendo um de desenvolvimento sustentável e outro de proteção integral. No Brasil hoje temos aproximadamente 75 milhões de hectares em unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável (ICMBIO, 2009).

As unidades de proteção integral são áreas para preservação da natureza, com apenas o uso indireto dos recursos naturais. Os estudos, pesquisas, visitação pública e turismo podem ser admitidos nessas unidades, caso tais atividades sejam compatíveis com seus planos de manejo e suas modalidades. No caso da Estação Ecológica e da Reserva Biológica somente estudos são permitidos e em casos compatíveis a visitação pública após o ordenamento da unidade.

As unidades de proteção integral estão divididas nas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Todas são terras públicas, exceto o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre que podem ser em terras particulares, mas que estão sob um ordenamento legal dos princípios ambientais estipulados pela legislação, devendo o proprietário compatibilizar suas

atividades produtivas com a conservação da biodiversidade ou beleza cênica existente na área. Caso isso não seja possível, será atribuição do órgão público ambiental usar da ferramenta legal de desapropriação.

No caso das unidades de conservação de uso sustentável, existe o objetivo de relacionar conservação com uso de recursos naturais. O texto é mais restritivo, pois fala em uso de uma parcela de seus recursos naturais, ou seja, não é toda área da unidade de conservação que estaria disponível para as atividades dos moradores ou usuários, mas apenas parcela desta. O SNUC em seu parágrafo 2º diz que: O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza **com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais (grifos nossos)**. (BRASIL, 2000).

Nas categorias de unidades de conservação de uso sustentável iremos encontrar: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Essas categorias são marcadas pela possibilidade de uso dos recursos existentes no interior das unidades. Dependendo da configuração elas podem ser de patrimônio público, conter áreas públicas e particulares ou ser somente particulares, mas todas serão regidas por uma regulamentação de uso e manejo construída pelo órgão gestor ambiental, ou terão compromissos *ad eternum* com a conservação, como no caso da Reserva Particular de Patrimônio Natural.

No caso das reservas extrativistas, teremos a presença de populações extrativistas e seu modo de vida e de economia, com forte esteio nas atividades de coleta, caça, pesca e pequenas roças de subsistência, além da criação de pequenos animais.

A proteção dos meios de vida e a cultura relacionada com o uso sustentável dessa unidade reforçam o preâmbulo para reconhecer uma área como reserva extrativista. Neste caso deverá haver desapropriação das áreas particulares e o domínio da terra passa a ser patrimônio da união. A União por sua vez, depois de estabelecidos os limites, demarcados fisicamente, matriculada a área no Sistema de Patrimônio da União, construído o plano de manejo, o plano de gestão e constituído o conselho deliberativo da RESEX, poderá destinar a área, através de concessão, para as populações residentes e usuárias. A concessão deverá garantir o fruir das utilidades e os frutos existentes na área. O *unwritten law*³⁴ será observado no processo de construção da concessão, com base nas regras de uso dessas populações.

34 Expressão inglesa que serve para denominar o direito não escrito

As duas unidades de uso sustentável: reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável são áreas de domínio público com uso concedido a populações tradicionais/extrativistas, geridas por um Conselho Deliberativo. Nessas áreas teremos a permissão do uso sustentável dos recursos naturais e a implementação de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das famílias usuárias e comunidades.

No ano de 1990, nos estados do Acre, Amapá e Rondônia, tivemos as primeiras reservas extrativistas. As ações coletivas de comunidades e ONGs para a criação das RESEXs expandiu-se da Amazônia para outros biomas e outros tipos de ecossistemas brasileiros. (ICMBIO, 2009).

Dois anos depois da instituição das primeiras RESEXs florestais amazônicas, temos decretada a primeira unidade costeiro-marinha e quatro unidades voltadas para o extrativismo nas Matas de Babaçu. Em 2006, houve demandas de criação para o cerrado propriamente dito, com a criação de duas unidades no Estado de Goiás.

Atualmente o número de RESEX e RDS federais oficialmente criadas totalizam 57 unidades - sendo 56 RESEX e uma RDS - distribuídas em 17 estados brasileiros e somando cerca de 12 milhões de hectares (Tab. 5).

São singulares as mudanças significativas nas formas como as comunidades tradicionais se organizam e se apropriam dos seus territórios, nos sistemas de produção, na visibilidade política, e na inserção social e política para garantir a gestão de seus territórios. Hoje as comunidades já discutem o uso de produtos não madeireiros e madeireiros de forma isolada ou em parceria com empresas, mostrando a habilidades nas relações sociais e econômicas nas quais estão embutidos os produtos florestais.

Nos Planos de Manejo das unidades são definidas as normas de uso, o zoneamento das áreas e os programas de sustentabilidade ambiental, econômica, social e política. Estão garantidas na legislação a visitação pública e a realização de pesquisas científicas. A criação destas unidades surge por demanda espontânea de populações tradicionais e seus objetivos vão além da conservação da biodiversidade e do próprio uso sustentável. Ao Estado cabe – em caso de proteção física desses territórios – realizar uma intervenção para a criação ou proteção das áreas.

Tabela 4 – Reservas extrativistas criadas em todo o Brasil e suas respectivas áreas (ha).

Estado	Tamanho (ha)
Acre	3.186.001,00
Alagoas	10.204,00
Amazonas	3.516.055,00
Bahia	325.415,00
Ceará	601
Goiás	29.301,00
Maranhão	224.059,00
Pará	4.177.321,00
Paraíba/Pernambuco	6.678,00
Piauí	27.021,00
Rio de Janeiro	56.769,00
Rondônia	441.484,00
Santa Catarina	1.444,00
São Paulo	1.175,00
Tocantins	9.280,00
Total	12.012.808,00

Fonte: ICMBio, 2009

Teremos então o reconhecimento pelo Estado Brasileiro das comunidades tradicionais, de seus territórios e da importância do conhecimento e das práticas locais para a conservação ambiental. Para as populações tradicionais podemos ter um modelo diferenciado de desenvolvimento, de economia, de inclusão social e melhoria de qualidade de vida dessas populações locais, além da valorização do patrimônio cultural desses grupos.

O Governo Brasileiro iniciou uma série de discussões sobre a construção de um roteiro metodológico, que foi apresentado e debatido no I Encontro Nacional de Técnicos e Técnicas do CNPT – realizado em Brasília em março de 2006 e consolidado no I Encontro Nacional de Lideranças Comunitárias de RESEX e RDS – realizado em Brasília em dezembro do mesmo ano. Uma Instrução Normativa, objetivando regulamentar os procedimentos, foi instituída em setembro de 2007 (ICMBio, IN Nº. 01/2007).

A gestão da unidade caberá ao pleno do Conselho Deliberativo da reserva extrativista, e neste instrumento, constituído por representantes das populações residentes da área e por instituições reconhecidas pelas populações moradoras, de relevante contribuição à

administração da RESEX. O conselho, por força de lei, será presidido pelo órgão ambiental responsável. Os usuários sazonais não aparecem na lei como membros do conselho.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e **das populações tradicionais residentes na área**, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. (BRASIL, 2000).

Iremos nominar neste caso o termo usuários para categorias como os pescadores, castanheiros e caçadores que vivem em Altamira e fazem uso dos recursos naturais da área. Alguns deles são ex-moradores ou são parentes de moradores ou ex-moradores que em alguns momentos usam os recursos. A RESEX passa então a ser uma unidade ou área onde há presença de populações tradicionais moradoras ou usuárias, sendo que agora há necessidade de estabelecer regras de uso segundo a legislação em vigor.

Com a presença de populações tradicionais em um território de uso identificado, veremos que a legislação orienta através de vários documentos que o Estado colabore com essas populações para construir um processo de administração dessa área.

A relação entre a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, chamada de OIT 169, a Política Nacional de Populações Tradicionais, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e todas as normativas geradas pelos ICMBIO, geram um arcabouço para garantir a gestão dos recursos das áreas onde estão presentes as populações tradicionais, neste caso as RESEX.

A OIT 169 orienta que os governos, em conjunto com essas populações, organizem atividades que garantam ações que possam proteger os seus meios de vida e a integridade física. Deverá o Estado assegurar que tais populações possam ter condições e oportunidades iguais aos restantes dos membros do Estado signatário da convenção, garantindo os direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, conforme a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições.

A eliminação das diferenças sócio-econômicas entre essas populações e os demais membros da comunidade nacional, observando as aspirações e forma de vida das populações, é uma garantia da lei.

A proteção dos recursos naturais e dos povos que tratam a Convenção obriga o Estado signatário a garantir o acesso aos recursos naturais existentes no território pelas

populações tradicionais. Os povos devem participar da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados conforme orienta o artigo 15 da Convenção.

A Convenção traz ainda orientações para o respeito ao uso dos recursos naturais dessas comunidades, recomendando aos governos resguardar as formas de uso.

Artigo 23 1. O artesanato, as indústrias rurais e comunitárias e as atividades tradicionais e relacionadas com a economia de subsistência dos povos interessados, tais como a caça, a pesca com armadilhas e a colheita, deverão ser reconhecidas como fatores importantes da manutenção de sua cultura e da sua autosuficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos, e sempre que for adequado, os governos deverão zelar para que sejam fortalecidas e fomentadas essas atividades (BRASIL, 2004).

A estratégia das populações para conduzir o uso dos recursos no futuro é explicitada na Convenção na forma de criação de programas que serão desenvolvidos e aplicados em comum acordo. Tais programações devem responder às suas necessidades particulares, reconhecendo a sua história, conhecimentos tradicionais, técnicas, sistemas de valores e as aspirações sociais, econômicas e culturais que os grupos apresentem.

À luz do texto da Convenção nº169, da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, o Brasil passou a ser signatário no ano de 2004, e instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

No texto do decreto que criou a política, foi reconhecida a existência no território nacional de grupos culturalmente diferenciados, com formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais. Tal ocupação e uso têm como condição básica sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Lembrou que essas populações utilizam de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Outro termo abordado pela nova legislação foi conceituar o que são territórios tradicionais:

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e (BRASIL, 2007b).

O reconhecimento pela lei de populações diferenciadas e a ocupação do território, resultou com um sistema de uso dos recursos naturais de forma sustentada, sendo garantido o equilíbrio, a melhoria da qualidade de vida da presente geração, e a possibilidade de uso das gerações futuras.

A política se propõe a gerar conhecimento, fomentar as atividades produtivas, observando as tecnologias sustentáveis. Propõe ainda um diálogo entre o Estado e as populações tradicionais que possa respeitar o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais. Na lei ficou garantida a valorização dos recursos naturais locais, as práticas, os saberes e as tecnologias tradicionais, além de recomendar planos de desenvolvimento que busquem a sustentabilidade.

Antes de o Brasil se tornar signatário da OIT 169, foi decretada a Política Nacional de Unidades de Conservação. A exigência de planejar o uso dos recursos naturais existentes nas unidades de conservação por populações tradicionais foi citada pela Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que regulamentou os o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O SNUC, como é conhecido a Lei 9.985, definiu o zoneamento e o plano de manejo como ferramentas de administração dos recursos existentes em uma unidade de conservação.

XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas fiscais necessárias à gestão da unidade; (BRASIL, 2000).

As duas ferramentas geram orientações que serão transformadas em regras de uso para populações residentes e usuárias dos recursos naturais. Essas ferramentas só foram regulamentadas em 2008, pelo órgão gestor das unidades de conservação, através da Instrução Normativa 01, de 18 de setembro de 2007. Essa Instrução Normativa disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo das Unidades de Conservação Federal (reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável), sendo estas as duas únicas unidades que reconhecem o uso dos recursos naturais por populações tradicionais.

O plano de manejo, segundo a IN N° 01, passa a ser a principal ferramenta de gestão da Unidade de Conservação, onde estará definida sua estrutura física e administrativa. O zoneamento, as normas de uso da área e de manejo dos recursos naturais e os programas de sustentabilidade sócio-econômica e ambiental, completam o arcabouço de ferramentas para administração da unidade.

A Instrução Normativa conhecida como “IN do Plano de Manejo”, construída pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão que assume a gestão das unidades de conservação no Brasil a partir de agosto de 2007³⁵, orienta a participação das populações tradicionais neste processo de elaboração das ferramentas de gestão.

O Plano de Manejo Participativo levará em consideração a conservação da biodiversidade, a sustentabilidade ambiental da Unidade, a transparência dos processos de gestão, a realidade local e o reconhecimento dos sistemas de organização e de representação social das populações locais.

O plano assegurará que os territórios tradicionais sejam espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais. E deverá garantir os meios necessários e adequados para a efetiva participação dessas populações nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade. A normativa ainda garante a:

- VI - a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais;
- VII - a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio-culturais (BRASIL, 2007a).

O Plano de Utilização é outra ferramenta da gestão no qual serão construídas as regras internas definidas e compactuadas pela população da Unidade, observando as atividades tradicionais praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental. O Plano de Utilização não irá substituir ou ficar acima da legislação vigente no país, mas será a referência para firmar um termo de compromisso entre a população tradicional beneficiária da Unidade e o Instituto.

O Plano de Utilização foi mantido pela legislação como instrumento de gestão vinculado ao Plano de Manejo, sendo um elemento histórico remanescente da construção das primeiras RESEXs e será um referencial de gestão participativa da unidade.

³⁵ A Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007 estabelece o regimento interno do Instituto, tirando do IBAMA a responsabilidade de administrar as unidades de conservação.

Para que o plano de gestão seja efetivo é necessário construir os acordos estabelecidos com a população da unidade.

Segundo informa Pinto (2009), das 57 unidades de conservação federais das categorias RESEX e RDS decretadas, só duas possuem Plano de Manejo concluído, a RESEX Chico Mendes e a RESEX Cazumbá-Iracema, ambas no Estado do Acre. Vinte e duas possuem Plano de Utilização, ou seja, 40% das unidades criadas nestas categorias. Somente nove unidades possuem portarias formalizando e oficializando o plano. Mas, segundo Pinto, muitos destes documentos necessitam passar por um processo de revisão.

Outro item da normatização sobre a construção do plano de manejo é o zoneamento. Essa ferramenta deve estabelecer setores ou zonas, com normas e regras específicas de uso, manejo e ocupação da Unidade. Deve também apresentar a diversidade de paisagens e ecossistemas além de ter uma leitura sobre a situação fundiária e a forma tradicional como as famílias dividem a área para seus diversos usos.

Observada a legislação em vigor, as ferramentas Plano de Manejo e Plano de Utilização juntarão as informações necessárias fornecidas pelas populações locais, e acrescidas dos estudos científicos existentes serão as bases para administração e a gestão compartilhada entre o órgão ambiental e as populações tradicionais. Com estes documentos e com a formalização do conselho, teremos o mecanismo da concessão do direito real de uso que será destinado às populações tradicionais beneficiárias da área.

Segundo o ICMBIO, existem no Brasil 300 unidades de conservação, sendo 170 unidades de uso sustentável e 130 de proteção integral. As primeiras reservas extrativistas foram criadas na década de 1990. Entre elas as reservas extrativistas do Alto Juruá e Chico Mendes no Acre, do Rio Cajari no Amapá e do Rio Ouro Preto em Rondônia.

As reservas extrativistas e as reservas de desenvolvimento sustentável foram utilizadas em vários biomas pelas populações tradicionais para garantir seus espaços de uso. As RESEX estão espalhadas em todo território nacional em áreas de floresta amazônica, em matas de babaçu, na zona marinho-costeira, rios, lagos, mangues e estuários e de cerrado. Segundo o órgão gestor há uma demanda de criação de 130 unidades de conservação tipo RESEXs e RDSs. (PINTO, 2009).

Com a decretação do SNUC, a estrutura de gestão das unidades foi modificada. Antes havia as associações representativas, assembléias gerais de moradores, os planos de utilização, os planos de desenvolvimento e o estabelecimento do contrato de concessão de direito real de uso. Agora com o SNUC a estrutura de gestão é feita pelos conselhos

deliberativos presididos pelo órgão gestor, pela orientação do plano de manejo e pelos projetos produtivos.

Os conselhos deliberativos são a forma de diálogo criada para garantir a gestão compartilhada entre os usuários e os gestores das unidades como reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável. Hoje temos, segundo Pinto (2009), no Brasil, 26 RESEXs e RDSs com conselhos deliberativos instituídos, 10 em formalização, ou seja, já composto ou em processo de escolha dos conselheiros, e 21 sem conselhos deliberativos. Para os planos de manejo das RESEXs e RDS(s), Pinto informa que há 20 planos em fase inicial, 24 em elaboração, 10 concluídos, e 3 formalizados.

O ICMBIO, respondendo às pressões da falta de planos de manejo das RESEX e RDS, o que acaba inviabilizando todos os processos produtivos dentro de uma UC tipo RESEX e RDS, passou a montar uma estratégia de dividir a construção do plano de manejo em duas fases, a elaboração dos planos de manejo participativos - fase 1 e fase 2.

Na fase 1 teremos os estudos sócio-econômicos e socioambientais, e na fase 2 os estudos ambientais. A fase 1, segundo Pinto (2009), deverá conter as estratégias de cadastro da população, divulgação de informações e mobilização social, bem como de articulação de parcerias para a execução das atividades.

Um banco de informações contendo estudos, relatórios, dados e relatos sobre a unidade e a região deverá ser organizado para que se possa dar condições à caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos mínimos, de acordo com os temas estabelecidos no Art. 7 da Instrução Normativa ICMBio Nº. 01/2007:

A base de informações segundo a IN. 01 deverá conter uma contextualização regional, os aspectos ambientais, diversidade de paisagens e ecossistemas, aspectos sócio-econômicos, culturais e institucionais da Unidade, população tradicional beneficiária da Unidade e outros usuários, suas formas de organização e de representação social, histórico e formas de uso e ocupação do território, práticas produtivas, uso e manejo dos recursos naturais, estado de conservação, principais ameaças, conflitos e impactos ambientais e sociais e situação fundiária.

Nessa fase as informações serão analisadas e sistematizadas construindo dados sobre onde não há conhecimento produzido que possa orientar novos estudos. Faz-se necessário indicar onde se deverá aprofundar informações ou realizar estudos complementares para gestão da unidade. Tal base de conhecimento é construída com a participação comunitária e os resultados sistematizados devem ser debatidos com os usuários e moradores das UCS.

Nesta fase é necessário gerar estratégias de planejamento, organizar e realizar trabalhos que promovam debates e a construção dos conteúdos do Plano de Manejo. Indica-se a metodologia de diagnósticos participativos, oficinas, reuniões e outros eventos, utilizando-se de metodologias apropriadas que garantam a participação efetiva da população tradicional das unidades, integrando conhecimentos técnico-científicos e saberes, práticas e conhecimentos tradicionais.

Será nesta fase que o órgão gestor irá elaborar ou atualizar o cadastro da população beneficiária da unidade (usuários e moradores), e quando será realizada a caracterização das comunidades/localidades envolvidas.

O ICMBIO cunhou um modelo de ficha de cadastro mínimo e roteiro para caracterização de comunidades/localidades, que será sistematizado em um banco de dados.

A construção de mapas temáticos com a participação das comunidades e observando as análises técnicas, deverá ter os espaços de utilização e intensidade de uso dos recursos, áreas de conflitos, ocupação, localização das comunidades/localidades, classificação de ambientes e zoneamento e o indicativo de zona de amortecimento.

Na parte de estrutura de gestão da unidade será necessário analisar as competências das associações e outros sistemas de organização e de representação social da população tradicional. Além de ter uma visão das instituições que estão envolvidas em algumas atividades relativas ao desenvolvimento da unidade, isso poderá ser um indicativo para ter as relações institucionais e para formação do colegiado do Conselho Deliberativo e ainda ser orientador para Instituto Chico Mendes firmar parcerias para gestão da unidade.

Nesta fase do plano será necessário elencar atividades para administração, demarcação física e sinalização, proteção e conservação ambiental da unidade, além de indicar os processos produtivos que podem ser inseridos para a melhoria da qualidade de vida da população tradicional.

Uma das ferramentas importantes do Plano de Manejo é o Plano de Utilização. Nele as regras internas serão construídas, definidas e pactuadas pelos moradores e usuários da unidade, levando em consideração as atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental. É neste momento que acontece o contraste entre as regras tradicionais de uso e a legislação nacional.

O zoneamento deve mostrar áreas, setores ou zonas com normas e regras específicas de uso, manejo e ocupação da unidade, com base na diversidade de paisagens e ecossistemas, na situação fundiária, na tradição e na forma como a população local divide, categoriza e utiliza seu espaço. Deve conter a zona de amortecimento, sendo uma área no

entorno da Unidade, estabelecida com o propósito de minimizar ameaças e impactos negativos sobre a mesma, considerando as características socioambientais regionais, as atividades existentes e os impactos potenciais na Unidade. Nesta zona de amortecimento haverá normas para o seu uso e ocupação, podendo haver restrições para atividades impactantes.

A construção de análise de cenários deverá avaliar as situações do contexto ambiental e sócio-econômico interno e externo à unidade, para identificar oportunidades e ameaças e orientar as escolhas e ações estratégicas para a gestão, como grandes projetos e acordos políticos locais e regionais. Tal análise deverá ser projetada para identificar sua influência sobre a unidade.

Outra finalidade do Plano de Manejo será propor programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Os programas a serem implementados na unidade com projetos específicos tem base nas demandas, necessidades e potencialidades identificadas ao longo do processo de construção do Plano de Manejo Participativo, lembrando que serão necessários, ao observar os programas de sustentabilidade, a promoção da conservação ambiental e o manejo sustentável dos recursos naturais.

A fase 2 é formada pelos estudos de ecologia, estudos mais técnicos que deverão fomentar os acordos, incluindo a questão de capacidade de uso dos recursos. Serão realizadas análises complementares apontadas na fase 1, porém tais estudos deverão ter uma forte ligação com as populações usuárias integrando conhecimentos técnico-científicos e saberes, práticas e conhecimentos tradicionais.

5.2 A ESTRATÉGIA DO INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO) PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO XINGU

O ICMBIO optou por trabalhar a construção da fase 1 do plano de manejo da RESEX do Rio Xingu, constituindo um grupo de trabalho formado pelas instituições de pesquisa sendo elas, a Faculdade de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Pará, o Laboratório Agroecológico da Transamazônica, atualmente ligado ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA, o Instituto Socioambiental, a Fundação Viver Produzir Preservar e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

O papel deste grupo será orientar o processo metodológico durante a elaboração do plano, e também contribuir com as informações existentes nos bancos de dados de cada instituição que possa ajudar na construção do plano em sua fase 1.

No tempo de 120 dias um consultor contratado pelo ICMBIO com recursos do ARPA, deverá entregar os dados sistematizados e realizar as missões de campo necessárias para construção da fase 1.

O consultor contratado realizou uma reunião com representantes de ex-moradores da RESEX e contou com a presença de alguns moradores e da diretoria da associação. Tal reunião ocorreu no dia 24 de junho de 2009, na Sala de reuniões do ICMBIO, nela o consultor relatou a parte do documento onde trabalhou os dados e informações sobre o histórico de ocupação da região, e apresentou a divisão institucional dos setores a serem trabalhados na área da RESEX do rio Xingu, baseadas nas sub-regiões denominadas pelos moradores ribeirinhos.

Nas notas apresentadas pelo consultor ficaram definidos os seguintes setores: Baliza, Pedra Preta, Morro Grande e Morro Juruti, sendo que localmente as famílias estão divididas em 14 setores (Tab. 6).

Tabela 5 - Divisão dos moradores da RESEX do rio Xingu, por setores e o número de famílias em cada área no ano de 2009.

Setor	Número de Famílias
Baliza	7
Pedra Preta	8
Humaitá	5
Bom Jardim	1
Ilha do Belo Horizonte	1
Morro do Costinha	2
Morro Grande	7
Morro do Juruti	5
Morro do Felix	1
Carreira Comprida	2
Monte Alegre	6
Vai quem quer	3
Forte Veneza	3
Caxinguba	1
Total	52

Fonte: IPAM/NEPO/WWF/ICMBio, 2009 (no prelo)

A definição de setor foi realizada durante as visitas de técnicos do ICMBio, do IPAM e representantes nomeados dos grupos de famílias. O setor aqui definido foi construído a partir de dois critérios: segundo as proximidades das residências e afinidades de vizinhança, ou de lugares que marcam uma determinada região onde há uma quantidade de famílias. Lembrando que não há concentrações ou vilas nessa região e que as famílias estão dispostas nas margens esquerdas do rio, em distância média de até duas horas de canoa entre uma casa e outra.

O próximo passo estabelecido foi a visita casa por casa, com um questionário padrão e reuniões por setor. Tais visitas tiveram o objetivo de realizar um censo que pode ser considerado um cadastro de moradores.

5.3 ACORDOS PRELIMINARES PARA USO DOS RECURSOS: ANÁLISE DOS CONFLITOS EM FUNÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS DIFERENTES ATORES

Os ribeirinhos possuem regras de respeito para o uso dos recursos naturais, sendo que o único recurso livre é o peixe, pois entendem que o rio não tem regra para pesca e cada ribeirinho pode pescar em qualquer lugar. Essa situação leva ao primeiro conflito estabelecido dentro da RESEX, pois os índios também dependem deste pescado para sobreviver.

“Tu sabe né Tarcísio, os parakanã são muitos, tem duas aldeias, os velhos querem caçar e pescar, os velhos não entendem quando eles estão vendo pescadores dentro da área, ele ficam com raiva e não entendem, ai é perigoso. (Jabor, Parakanã, Cacique da Aldeia - Apiterewa, 11.06.2009)”.

Os parakanã são moradores na margem direita do rio Xingu na Terra Indígena Apiterewa e também realizam contratos comerciais com pescadores de São Felix do Xingu. Tais contratos estabelecem limites de pesca que vão da região do Igarapé Escondido até o Igarapé São Sebastião, limite da terra indígena ao sul. Os Parakanã reconhecem que os moradores antigos possuem o direito de pesca, no caso, três famílias presentes neste trecho possuem este direito, segundo os índios.

Assim como os Parakanãs delimitam suas áreas de pesca, os moradores também delimitam seus espaços. A expressão “meu porto”, usada pelos ribeirinhos para estabelecer uma determinada área que as famílias usam para suas pescas de subsistência diária, representa

bem essa situação. No porto é proibido ter pesca comercial, salvo com autorização da família. Nessa situação a família recebe algum benefício. “Meu porto” se transforma em uma unidade territorial respeitada pelas outras famílias.

“Eu não gosto que pesquem no meu porto, eu não vivo só da pesca, eu vivo de fazer farinha, quando eu preciso pescar eu vou, se outro e pesca o peixe fica escasso, ai quando eu quero pegar o almoço depressa eu não tenho como pegar. (Bernaldo Dias Ferreira de Carvalho, 46 anos, morador da localidade do Baliza, 02.06.2009”.)

Os conflitos “no porto” ocorrem sempre com pescadores oriundos da cidade de Altamira ou de São Felix do Xingu. A unidade territorial pode ser extensa, indo até a próxima casa do vizinho, ou em outros casos, até o limite da terra indígena na outra margem do rio, ou nas pontas de ilhas na frente das residências, uma área de aproximadamente 2.000 – 3.000 metros a montante e a jusante da casa podemos considerar a área de pesca de uma família.

No decreto de criação da terra indígena e no decreto de criação da reserva extrativista não está estabelecido o uso das ilhas que são pontos de pesca tanto dos índios quanto dos ribeirinhos e pescadores vindos de Altamira e de São Felix do Xingu. A zona obscura criada pelos dois decretos entre uma margem e outra, não norteia o uso das ilhas e do curso d’água, e vem causando fortes dúvidas por parte das populações ribeirinhas sobre a forma de uso.

Os pescadores de Altamira são parte da tripulação dos barcos geleiros, muitos destes pescadores são parentes e conhecidos antigos, ou filhos de antigos moradores que abandonaram a região em anos passados por causa da falta de assistência. Algumas famílias reclamam da presença desses pescadores da cidade, principalmente aquelas que vivem de atividades agrícolas: Como vamos fazer agora? Eu trabalho na roça e quando quero pegar um peixe eu tenho muita dificuldade, pois tá cheio de pescador no meu porto (Lindolfo, agricultor, morador da região do Baliza).

A atividade de pesca é considerada de grande esforço, pois consome muito tempo do chefe de família, dos filhos mais velhos e algumas vezes das mulheres, impedido os ribeirinhos de terem outra ocupação, conflitando principalmente com a atividade do roçado.

A pesca nesta região não garante aos moradores nenhum direito trabalhista, e na maioria das vezes ocorre o endividamento dos ribeirinhos com os atravessadores. Os produtos manufaturados são negociados com os pescadores a preços elevados, sendo que estes repassam

o peixe aos atravessadores a preços baixíssimos. Tal relação comercial lembra o sistema de aviamento realizado no interior da Amazônia entre os seringueiros e os donos dos seringais (IANNI, 1979; TRECANNI, 2001; LIMA ; POZZOBON, 2005).

A única atividade não conflitante com a pesca é a colheita de castanha, realizada no período do inverno amazônico (dezembro a março), quando o leito do rio adentra a floresta tornando as pescarias complicadas devido ao grande volume de água: Na época de cheia o rio espalha e o peixe fica difícil, aí o jeito é ir trabalhar na castanha, e dar o jeito de garantir a comida. Até a caça fica difícil nessa época. (Herculano Costa Dias, 48 anos morador da região do Morro Grande).

A coleta da castanha faz parte das atividades produtivas desenvolvidas pelas populações ribeirinhas do Xingu. As castanheiras estão dispostas em agrupamentos ou “bolas”, em áreas de ocorrência natural, podendo atingir até 15 árvores por hectare. (SHANLEY; MEDINA, 2005). Cada família possui um castanhal ou mais de um, o que depende muito de sua capacidade de trabalho. O uso dos castanhais é estabelecido pelo tempo de uso, como comenta seu Elinor Ferreira Viana, antigo soldado da borracha aposentado.

“Tem um castanhal que eu uso todo ano, este ano e tirei 20 caixas de castanha, mas, se eu não for tirar castanha eu posso deixar outra família entrar no meu castanhal. Se for parente ele pode entrar no meu castanhal, não tem problema. (Elinor Ferreira Viana, 75 anos, morador do Morro do Felix)”

O acesso aos castanhais é realizado pelas famílias ribeirinhas e por famílias de origem no Xingu que estão morando na cidade de Altamira. Alguns desses castanhais utilizados por essas famílias estão hoje no interior do Parque Nacional da Serra do Pardo. O parque nacional é uma das unidades criadas na Terra do Meio, na categoria de unidade de proteção integral.

“Eu entrei no processo de procurar meus direitos e saber qual é o direito das autoridades, as informações que me deram lá, foi o seguinte, eu que tinha direito de trabalhar lá até que o governo me indenize ou me pague algum benefício, no período que do inverno que é o tempo da castanha. (Francisco das Chagas Dias, conhecido como Chiquito, 59 anos, morador da região do rio Pardo)”

Segundo informou Francisco das Chagas, ele fez um acordo verbal com os responsáveis do ICMBIO em Altamira, no qual deve todo ano solicitar uma autorização por

escrito para ter acesso aos castanhais. Ele deve comunicar às autoridades quantas e quais são as pessoas que irão coletar com ele naquela safra.

Na formação das fazendas existentes na área, muitos castanhais foram destruídos e substituídos por pastos, como no caso dos castanhais localizados ao longo do rio Pardo. Francisco das Chagas passa a disputar castanhais com outras famílias na região, o que causa um estremecimento nas regras de uso. A outra parte dos castanhais de Francisco ficou dentro do Parque Nacional da Serra do Pardo, como ele mesmo relata, gerando prejuízo grande.

“Eu estou no prejuízo, se corro para dentro do Parque tenho medo da polícia, se vou para outro castanhal lá tem dono, e ninguém me responde se vou ser indenizado pela perda dos meus castanhais. (Francisco das Chagas Dias, conhecido como Chiquito, 59 anos, morador da região do rio Pardo)”.

Sebastião Coutinho relata que as demarcações dos castanhais são sempre orientadas por quem chegou primeiro na localidade, como a sua família, que é uma das mais antigas. Ele reivindica 06 piques de castanha entre a foz do igarapé Baliza e até o igarapé do Adalto, onde mora o Chico Bibiano.

“Naquele tempo (se refere ao tempo da seringa) só tinha nós neste lugar, depois é que chegou, aqui todo mundo respeita o direito do outro, nós tem consideração pelos castanhais deles (dos vizinhos) e eles tem com o nosso. (Sebastião Coutinho de Araújo, 56 anos, morador da região do Pedra Preta)”.

Sebastião é membro de uma das famílias mais antigas da região. A chegada dessa família data do ano de 1941, oriunda da região do Tapajós e afirma ser de origem indígena do grupo Munduruku. Existem outras famílias de origem indígena como a família de seu Izaltino cuja esposa é de origem Curuaia, morando atualmente na Ilha do Tamanduá, no setor Morro Grande.

Outra atividade que exige um maior aparato de equipamentos é a pesca artesanal de peixes ornamentais, realizada no período de seca (de junho a novembro), em afloramentos rochosos localizados no canal do rio. Neste período há uma diminuição da vazão do rio, facilitando a captura dos peixes ornamentais, principalmente os acaris (família Loricariidae)

capturados através de mergulho livre ou com auxílio de aparelho compressor de ar. Segundo Gonçalves (2008) a captura de acaris realizada no médio rio Xingu, onde são utilizados equipamentos apropriados para tal:

A pesca acaris no médio rio Xingu é realizada de forma manual, com o uso de máscara de mergulho, tarrafinha, vaqueta³⁶, cinto com pesos, recipientes plásticos de boca larga com tampa para acondicionamento rápido dos peixes, compressores de ar, lanterna, puçá e basquetas plásticas para armazenamento dos peixes ao serem retirados do rio até o momento em que é entregue ao atravessador.

A captura dos peixes ocorre através do mergulho livre com máscara, em locais rasos, no período da seca e é empregada principalmente para a captura de peixes como o amarelinho. Já o mergulho com ar comprimido é realizado através da passagem de ar por extensas mangueiras ligadas a um compressor de ar movido a gasolina, a bordo da embarcação. Na extremidade da mangueira há uma válvula de sucção “chupeta” por onde o pescador recebe o ar e uma lâmpada para iluminar. Com este aparelho, os pescadores conseguem se manter pescando horas em profundidades até de 40 metros.

Uma vez capturados, os peixes são colocados em recipientes plásticos acondicionados dentro das embarcações ou em viveiros feitos com as próprias basquetas em superfícies rochosas ou lajeiros. Os viveiros permitem manter os exemplares vivos durante vários dias na água circulante do próprio rio até o seu transporte para comercializar. (GONÇALVES, 2008, p. 11-12)

Para realizar este tipo de pesca são necessários equipamentos de mergulho que muitas vezes são repassados pelas casas de aquários de Altamira e São Felix do Xingu. Essa atividade na maioria das vezes é realizada pelos jovens das famílias, bons pilotos que conhecem bastante os locais de pequenas corredeiras.

Poucas famílias realizam este tipo de pesca - 3 ou 4 famílias executam tal atividade, o restante é feito por moradores das cidades de Altamira e São Felix do Xingu, que durante o verão viajam até essa região com objetivo de trabalhar nesta tarefa.

Na atividade de pesca do peixe ornamental são envolvidos os jovens, e para essa atividade não existem áreas de uso determinadas pelas famílias. Os “pedrais” são livres e quaisquer moradores que trabalhem com essa atividade podem ter acesso.

Outra atividade realizada com os recursos da RESEX é a venda de carne de caça, ocultada com apoio dos geleiros. Há sempre o fornecimento de carne no comércio de Altamira, em alguns casos tal comércio é usado pelas famílias ribeirinhas para adquirir um recurso rápido

³⁶ Apetrecho de pesca feito pelos próprios pescadores com pedaços de madeira, com a ponta no formato da ponta de um punhal e com 50 a 100 centímetros de comprimento. É utilizado para facilitar a captura dos acaris principalmente em fendas de pedras, onde não é possível retirar com a mão.

que possa cobrir os custos de tratamento de alguma doença contraída. Com a criação da RESEX este assunto tornou-se proibido nas rodas de encontros de vizinhos, mas há denúncias informais quando não moradores caçam na área, e mesmo os geleiros, quando trazem seus pescadores próprios para realizar atividades de caça, esta ação se torna uma atividade não aceita pelas famílias ribeirinhas moradoras.

Os não-moradores, ou melhor, os chamados usuários, que realizam essa atividade, procuram fazê-la fora das áreas de caça das famílias ribeirinhas, usando sempre as ilhas ou áreas onde não há residências próximas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto pretendi retomar alguns pontos do atual estágio de discussão sobre o uso de recursos naturais por populações tradicionais e seus entraves econômicos, sociais, organizativos, políticos e a necessidade de proteção dos territórios em que elas habitam.

Estamos vivendo nos últimos anos na Amazônia a onda da criação das unidades de conservação, a intervenção ecológica vem motivada pelos altos índices de desflorestamento, pelas alterações de clima, ou pela necessidade de regular a ocupação de terras públicas onde há uma concentração da biodiversidade significativa e boa parte dela ainda desconhecida.

Fica claro que o Governo Brasileiro apresentou a intencionalidade de interferir na gestão do território, buscando parâmetros ambientais, e encontrou nas unidades de conservação uma forma de realizar essa intervenção. Entretanto, apesar da intencionalidade e da criação de mecanismos concretos, faltou ao governo providenciar ações de saúde, educação, assistência técnica florestal e rural nessas regiões.

É necessário haver uma base de conhecimento mais aprofundada sobre os próprios recursos existentes e sua distribuição no espaço regional assim como o sistema de uso e manejo por parte das populações tradicionais.

Uma consequência dessa falta de conhecimento foi a decretação de unidades de proteção integral nas áreas de uso das populações ribeirinhas, o que diminuiu diretamente as regiões de uso das famílias ribeirinhas divididas entre moradores e usuários.

A decretação de áreas onde há presença de populações tradicionais em unidades de conservação de proteção integral vem ocorrendo não só no Xingu, mas em outras áreas (UC) no Brasil.

Outra observação que podemos fazer é relativa à falta de conhecimento sobre os sistemas de produção das famílias residentes e usuários e das relações sociais existentes. Boa parte dos problemas identificados decorre de uma leitura fechada e conservacionista orientada unicamente pelo o que preconiza o SNUC.

Caso fossem considerados os critérios da OIT 169, como: adotar medidas de participação e cooperação dos povos interessados, voltadas a aliviar as dificuldades que esses povos experimentam ao enfrentarem novas condições de vida e de trabalho, reler a política nacional de populações tradicionais e garantir um intenso diálogo em todas as fases do processo de implementação com os atores locais, muitos desses problemas poderiam ser amenizados.

No Xingu podemos perceber que a necessidade de conservação dos recursos naturais e da biodiversidade foi o motivador para a criação de grandes áreas de conservação. As terras, florestas e rios que sobraram foram destinadas ao uso das populações ribeirinhas, pescadores e usuários na forma de reserva extrativista.

A intervenção ecológica apresentou regras pouco observadas pelas populações locais como o defeso do pescado e as regras de caça e de uso dos castanhais, mas teve resultados significativos como: interrupção do processo de desmatamento na região, a queda nos índices de violência por força da grilagem da terra, e a proteção da integridade física das populações tradicionais.

As populações ribeirinhas passaram a ter várias dúvidas sobre “o que se pode e o que não pode”. Essa situação de desconfiança, somada à incapacidade dos técnicos em responder as perguntas dos ribeirinhos os levou a atribuir ao plano de manejo todas as respostas possíveis e imagináveis. Muitas das dúvidas estão ligadas ao sistema de produção familiar e o plano de manejo é visto como a única ferramenta que irá dar orientações de uso dos recursos ligados ao sistema de produção.

Outras incertezas são: como será o acesso aos castanhais que ficaram dentro do Parque Nacional? Os parentes que moram nas cidades podem usar os recursos naturais como castanha, peixe, madeira e outros? Como fica a situação das populações tradicionais que estão dentro das unidades de conservação de proteção integral?

A base legal hoje acolhida e que serve de orientação para o órgão gestor das unidades de conservação é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e as instruções normativas, não levando em consideração a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, e outras legislações afins. Isso também traz um grande problema de interpretação, pois no caso das florestas comunitárias produtivas, no caso das RESEXs, são consideradas com uma unidade de conservação.

O próprio processo de criação das RESEXs não possui momentos específicos que garanta um estudo aprofundado da área de uso das comunidades, isso pode levar a um risco grande, pois como não há uma orientação para os estudos de criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, hoje os estudos para a criação são balizados no estudo socioambiental e estudo fundiário.

O estudo socioambiental deve ter a função de organizar os levantamentos e compilar dados disponíveis sobre a área solicitada para a criação da reserva extrativista, aspectos sobre a região, compreendendo o contexto regional, a caracterização ambiental, sócio-econômica, cultural e institucional da unidade. Além disso, deve identificar e caracterizar a

população tradicional e os outros usuários da área, os modos de vida, práticas produtivas, o uso e manejo dos recursos naturais pela população tradicional e usuária.

No entanto, para a criação de uma RESEX deverá ocorrer uma solicitação oriunda das populações locais, sendo encaminhada formalmente ao ICMBIO. Isso significa que se uma população não tiver condições de enviar tal documentação ela não poderá ter seus direitos reconhecidos e não poderá ter acesso a proteção de seus territórios tradicionais, impedindo que o governo exerça o papel de adotar medidas necessárias para a segurar as terras onde povos tradicionais ocupam e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade.

Não há mecanismos existentes hoje que possam ser usados pelo governo para tomar a deliberação de proteger a integridade física e os territórios das populações tradicionais até que seja definida a destinação das mesmas. A única medida conhecida é o ato da limitação administrativa, onde o Poder Público isola uma área, adverte aos proprietários que exercem atividades agropecuárias, cita as atividades econômicas em andamento e obras públicas licenciadas, comunicando sobre as restrições provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos na área limitada.

A limitação administrativa impede parcialmente a execução de atividades causadoras de degradação ambiental, até a realização de estudos com vistas à criação de unidades de conservação.

Tais estudos poderiam se realizados em meses improrrogáveis; com o fim deste prazo, findaria o efeito da limitação administrativa. Com os “estudos relâmpago” podem vir a ocorrer graves situações já relatadas anteriormente, como ter a criação de uma unidade de proteção integral onde há presença e uso de populações tradicionais, já que a limitação é voltada exclusivamente para a proteção da biodiversidade, excluindo da proteção as populações tradicionais existentes na área.

Um novo mecanismo, ao qual nomearia de interdição ilimitada, pode ser acrescentado ao processo de limitação administrativa. O efeito da interdição recairia onde houvesse a presença de populações tradicionais.

Tal interdição reconheceria a necessidade de proteção ambiental, mas principalmente a proteção à integridade física, social e cultural dos povos ali existentes considerando os meios de produção, e suas áreas de uso dos recursos naturais.

Assim, no caso da existência de populações tradicionais na área, o Estado poderia tomar a ação de interveniência antecipada, resguardando o uso dos recursos naturais dessas populações, suspendendo todas as políticas de regulação territorial e ambiental que não consideram a presença das mesmas. Dessa forma, haveria tempo suficiente para que as

populações locais, em conjunto com os órgãos de regulação ambiental e territorial, tomassem as devidas providências para salvaguardar as áreas de uso das comunidades tradicionais.

A interdição poderia ser um ato do presidente do órgão ambiental, após alertado da presença de populações tradicionais ou de ameaças que poderiam ser detectadas, ameaças aos recursos naturais renováveis, a atividades impactantes ao meio ambiente como exploração ilegal de madeira ou aberturas de estradas ilegais.

O presidente do órgão regulador ambiental ou fundiário teria poder de impedir qualquer dessas atividades que colocassem em risco o acesso das populações aos recursos naturais. Tal procedimento seria comunicado às instituições financeiras públicas e particulares, aos órgãos das esferas da união, estado e municípios e ainda ser divulgado nos meios de comunicação social da região, paralisando qualquer ação que pudesse ameaçar as áreas de uso das populações tradicionais.

Com a interdição por tempo indeterminado os estudos para destinação da área deveriam ser iniciados, e junto a eles o plano de manejo e o plano de uso, independente do formato da área a ser destinada. Este período de interdição garantiria as populações acesso aos recursos públicos para atividades já exercidas pelas mesmas, que no caso das populações tradicionais voltadas àquelas para o uso dos recursos naturais.

Os planos de manejo hoje são peças para responder os parâmetros burocráticos, servindo muito pouco para garantir a gestão das populações sobre os recursos de seus territórios. Com uma falta de estratégia clara para produção dessa peça que possa servir para as deliberações sobre o uso dos recursos naturais pelas comunidades.

Há uma necessidade de implementar as análises sobre o sistema de produção no corpo do plano de manejo, entendendo as dinâmicas internas, as tendências do uso dos recursos, as estratégias familiares e a projeção do uso dos recursos no mercado local e regional. Boa parte do uso tanto dos moradores quanto dos usuários está orientado pelo consumo nos mercados mais próximos.

Como conclusões dessas análises, podemos proferir que:

A construção da RESEX do Médio Xingu atendeu duas expectativas, a primeira das ONGs conservacionistas que inseriram seus empenhos na criação das unidades de conservação na Terra do Meio e por segunda os interesses dos ribeirinhos de estarem protegidos em suas terras com a assistência do governo federal.

Não ficou claro no processo analisado, como os técnicos do governo e das ONGs que apoiaram a criação da RESEX do Médio Xingu estabeleceram ou não a estratégia de incluir a categoria dos usuários neste processo, no uso e na gestão da unidade de conservação.

Os pescadores sazonais, coletores de castanha e pescadores de peixes ornamentais, os usuários dos recursos da RESEX estão usando os recursos naturais da unidade por temporada, sem nenhuma inclusão no processo de criação.

Podemos afirmar que o plano de manejo é uma das ferramentas importantes, onde é incluído o cadastramento dos moradores, mas, tal plano deveria também se ater ao levantamento dos usuários, o que não ocorreu, pois para isso é necessário construir o plano em várias etapas observando o uso sazonal de alguns recursos.

Após esse período de uso eles desaparecem da região, e vão buscar seus sustentos em outras atividades fora dali.

No processo de construção e do plano de manejo da RESEX do Médio Xingu não foram observados os sistemas de uso dos recursos naturais existentes na área e suas variações e expectativas futuras, ou o projeto familiar ou coletivo dos ribeirinhos e usuários, um com pouco aporte de um estudo científico.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, Ricardo (Org.). **O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro/Curitiba: Relume-Dumará/Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais/ Fundação Konrad Adenauer, 1994. p. 17-47.

_____. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. 2002. 826 f Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

AMEND, Stephen; AMEND, Thora. Habitantes en los parques nacionales: una contradicción insoluble? In: AMEND, Stephen e AMEND, Thora. (Org.). **Espacios sin habitantes? Parques nacionales de América del Sur**. Caracas: Nueva Sociedad, 1992. p. 457-472.

ARAÚJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 272 p.

ARPA. **Estudos Região Médio Xingu: RESEX Médio Xingu e RESEX do rio Iriri**. Brasília, 2005. (Cadastramento e apoio às ações de saúde).

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. (Série José Veríssimo)

_____. **Ensaio coreográfico sobre a Província do Grão-Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARROS, Ludmila Caminha. Presença humana em Unidades de Conservação – aspectos jurídicos. In: FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. **Relatório do Seminário: Questões fundiárias relativas à presença humana em unidades de conservação - Aspectos conceituais, jurídicos e metodológicos**. Manaus, 24 e 25 nov. 2008.

BARRETO, Ricardo. **Estados Unidos e União Europeia barram mogno do Brasil**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=232>> Acesso em: 8 abr. 2008.

BRASIL. Lei nº. 9.985, de 18 de Julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Jul. 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 abr. 2004.

BRASIL. Ministério Público Federal. Ação Civil Pública, com pedido de antecipação parcial da tutela em face de impedir que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA indenize a Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do

Xingu Ltda. – INCENXIL pela desapropriação de aproximadamente 4.772.000 (quatro milhões setecentos e setenta e dois mil) hectares titulados ilegalmente. Santarém, abr. 2005.

BRASIL. Instrução Normativa Nº 01, de 18 de setembro de 2007. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Diário Oficial da União** 182, Brasília, DF, 20 set. 2007. Seção 1, p. 101-102.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 fev. 2007b. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em: 28 Mai. 2008.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; MOREIRA, Adriana; SAWYER, Donald; SANTOS, Iza e PINTO, Luiz Paulo. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Socioambiental, 2001.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: EDUFPA, 1999. p. 129-194.

COLCHESTER, Marcus. Salvaging Nature: indigenous peoples and protected areas. In: GHIMIRE, Krishna; PIMBERT, Michel (Orgs.) **Social change and conservation: environmental politics and impacts of national parks and protected areas**. Londres: Unrisd/Earthcan, 1997.

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Xingu**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

CPT – **COMISSÃO PASTORAL DA TERRA**. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/?system=news&eid=26>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1994. 163 p.

_____. **Biodiversidade e as comunidades tradicionais no Brasil: os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP/ PROBIO- MMA/ CNPq, 1999. 211 p.

DRUMMOND, José Augusto. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia Brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 115–137.

_____. A Visão Conservacionista (1920 a 1970). In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (Orgs.). **Ambientalismo no Brasil – Passado, Presente e Futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental/Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 19-28.

FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.fvpp.org.br/apresenta.asp>> Acesso em: 20 jan. 2009.

GALVÃO, Eduardo. **Diários de campo: entre os Tenetehara, Kaioá e Índios do Xingu**. Rio de Janeiro: UFRJ/FUNAI, 1996.

GLASS, Verena. IBAMA diz que ONG age como grupo paramilitar no Pará. **Folha do Amapá**, Amapá, 18 jan. 2006. Disponível em: <http://www.folhadoamapa.com.br/classica/diario_comments.php?id=P13098_0_4_0> Acesso em: 5 dez. 2008.

GOMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Taming the wilderness myth. **Bioscience**, Uberlândia, v. 42, n. 4, p. 271-279, 1992.

GONÇALVES, Alany Pedrosa. **Aspectos Etnoecológicos e Caracterização da Pesca de Peixes Ornamentais no Médio Rio Xingu, Altamira, Pará**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas)- Universidade Federal do Pará, Altamira, 2008. 72 p.

GREENPEACE. **Parceiros do crime: a extração ilegal de mogno: a Amazônia à mercê de “acordos entre cavaleiros”**. Amazonas, 2001. 18 p.

HENCHEN, Mário José. **Transamazônica: Limite das Políticas Públicas do Estado e Surgimento do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica**. 1995. 59 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária: a luta pela terra, história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projeto Altamira 1 – INCRA**. Brasília, 1972.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Tabela de Assentamentos da SR Santarém**. Santarém, 2008.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Relatório Final de Atividades da Realização dos Estudos Preliminares e Formulação de uma Proposta Técnica para a Implantação de um Mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu**. São Paulo, 2003. 207 p.

KELLY-NORMAND, Arlene Marie. **The Xingu and José Porfírio**. Flórida: University of Florida, 1975.

_____. **Family, Church, and Crown: A social and Demographic History of the Lower Xingu Valley and the Municipality of Gurupá, 1623-1889**. Tese (Doutorado) - University of Florida, Flórida, 1984.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphaël. Du bon usagem de la nature. Pour une philosophie de l’environnement. **Natures Sciences Societes**. v. 5, n. 3, p. 84-84(1), 1997.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, Belém, v.19, n. 54. 2005. Disponível em: <http://www.ufpa.br/numa/mestrado2008/textos/Lima_e_Pozzonbon_Diversidade.pdf>

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. **História Econômica**. 12^a. Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1991. 456 p.

MEIRA, Márcio. **Livro das Canoas**: documentos para a história indígena da Amazônia. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, FAPESP. São Paulo, 1994.

MÜLLER, Regina. A P. **De como Cinquenta e duas Pessoas Reproduzem uma Sociedade Indígena**: os Asurini do Xingu. 1987. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

NIMUENDAJU, Curt. Tribes of the Lower and Middle Xingu River. In: Steward, J. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. New York: Cooper Square Publ., v. 3, p. 213 – 243.

OSTROM, Elinor; MCKEAN, Margaret. Regimes de Propriedade Comum em Florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana; MOREIRA, André de Castro Cotti (Orgs.). **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 79-96.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820 – 1920). In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (Orgs.). **Ambientalismo no Brasil – Passado, Presente e Futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental/Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 13–18.

PANSA, Ângelo P. **A realidade humana e ambiental das populações ribeirinhas dos rios Xingu, Iriri e Curuá na Prefeitura de Altamira (Estado do Pará)**. Altamira: Prelazia do Xingu, 1985. 43 p.

PIMBERT, Michel; PRETTY, Jules. Parks, People and Professionals: Putting participation into Protected Area Management. In: GHIMIRE, Krishna; PIMBERT, Michel (Orgs.) **Social change and conservation**: environmental politics and impacts of national parks and protected areas. Londres: Unrisd/Earthcan, 1997.

PINTO, Jax Nildo Aragão. **Terra do Meio**: estudo de caso na nova fronteira amazônica. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. 159 p.

PINTO, Erika. **Informações das Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Brasil (ICMBIO)**, 2009. 22 slides.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. Extrativismo e desenvolvimento regional. In: EMPERAIRE, Laure (Org.). **A Floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. São Paulo: UNESP, 2000. p. 151-160.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a Civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. 520 p.

ROCHA, Carla; CARVALHO, Soraya Abreu; SILVA, Tarcísio Feitosa. Conservação da Biodiversidade e as Novas Regras para os Extrativistas da RESEX Riozinho do Anfrísio, Altamira, Pará. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE ANPPAS. N., 2008, Brasília. 1 CD-ROM.

SALGADO, Iliana Maria das Graças; KAIMOWITZ, David. Porto de Moz: o prefeito, o dono do município. In: TONI, Fabiano; KAIMOWITZ, David. (Orgs.). **Municípios e Gestão Florestal na Amazônia**. 1. ed. Natal: AS Editores, 2003. p. 219-252.

SANTA ROSA, Henrique Américo. **História do rio Amazonas**. Belém: Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1922.

SANTILLI, Juliana Ferraz da Rocha. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005. 303 p.

SCHWARTZMAN, Stephan. Forests under siege: lesson from the past proposals for the future. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 4, n.16, p.9-18, 1999.

SHANLEY, Patrícia; MEDINA, Gabriel. **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. Belém: Supercores, 2005. 300 p.

SILVA, José de Arimatéia. **Análise Quali-Quantitativa da Extração e do Manejo dos Recursos Florestais da Amazônia Brasileira**: uma abordagem geral e localizada (Floresta Estadual do Antimari-AC). 1996. 539 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

SILVA, Tarcísio Feitosa. **Relatório da Expedição Rio Xingu (09 – 24 de janeiro de 2005 – Igarapé Cajueiro até o Porto Xingu)**. Altamira, 2005. 24 p.

SOUZA, Andre Luiz Lopes. **A Influência das Políticas de Ocupação da Amazônia no Agravamento da Questão Florestal no Estado do Pará**. 1988. 158 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1988.

SOUZA, Ana Paula Santos. **O Desenvolvimento Socioambiental na Transamazônica: A Trajetória de um Discurso a Muitas Vozes**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável)- Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. 140 p

STEINEN, Carl Ven Den. Conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1888. In: SANTA ROSA, Henrique Américo. História do rio Amazonas. **Revista da Sociedade de Geografia**, t. 4, Bol. 3, 1888, Belém: Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1922.

TERRA do meio: fronteira do medo no sul da Amazônia. Direção de Robson Maia; Roteiro de Ana Cíntia Guazzelli. Z Serviços de Comunicação, 2005. 1 DVD (60 Min.)

TRECCANI, Domênico Girolamo. **Violência e Grilagem - Instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. Belém: UFPA/ITERPA, 2001. 600 p.

VASCONCELOS, Manoel de Frias e. **Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província do Pará na 2^a. Sessão pelo Senhor Tenente Coronel Manoel de Frias e Vasconcelos. Presidente da província.** Pará: Typ. Comercial, 1 out. 1859.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920.** São Paulo: Hucitec USP, 1993.